

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO
MESTRADO**

**EDUCAÇÃO EM CAMBÉ: HISTORIA E MEMÓRIA DA ESCOLA
BRATISLAVA (1934-1949)**

ISABEL FRANCISCO DE OLIVEIRA BARION

**MARINGÁ
2014**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO
MESTRADO**

**EDUCAÇÃO EM CAMBÉ: HISTÓRIA E MEMÓRIA DA ESCOLA BRATISLAVA
(1934-1949)**

Dissertação apresentada por ISABEL FRANCISCO DE OLIVEIRA BARION, ao programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de Concentração: EDUCAÇÃO

Orientador:
Prof. Dr. CÉZAR DE ALENCAR ARNAUT
DE TOLEDO.

MARINGÁ
2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B253e Barion, Isabel Francisco de Oliveira
Educação em Cambé: história e memória da Escola
Bratislava (1934-1949) / Isabel Francisco de Oliveira. -
- Maringá, 2014.
197 f. : il., figs., quadros.

Orientador: Prof. Dr. César de Alencar Arnaut de Toledo.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2014.

1. História da Educação. 2. Educação brasileira. 3. Instituições escolares. 4. Escola Bratislava - Cambé - Pr I. Arnaut de Toledo, César de Alencar, orient. II. Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDD 21.ed.: 370.98162

CRB9 - n. 629

ISABEL FRANCISCO DE OLIVEIRA BARION

**EDUCAÇÃO EM CAMBÉ: HISTÓRIA E MEMÓRIA DA ESCOLA BRATISLAVA
(1934-1949)**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. César de Alencar Arnaut de Toledo
(Orientador) – UEM

Prof.^a Dr.^a Vanessa Campos Mariano Ruckstadter –
UENP – Campus Jacarezinho

Prof.^a Dr.^a Analete Regina Schelbauer – UEM

Março de 2014

Dedico este trabalho...

Ao meu esposo Geraldo, sem o qual eu não teria conseguido.

Aos meus filhos Daniel e Benjamin, que são alegria constante em minha vida.

Ao meu pai Juvenal, meu maior incentivador, e à minha mãe Cida, minha conselheira de todas as horas.

AGRADECIMENTOS

A Deus doador de toda a sabedoria.

Deus colocou pessoas maravilhosas em meu caminho, que, de algum modo, contribuíram com a realização deste trabalho. A essas pessoas meu profundo agradecimento.

Minha eterna gratidão e respeito ao professor e orientador Dr. César de Alencar Arnaut de Toledo, que me privilegiou com a sua orientação, com paciência me acolheu e me ajudou em momentos de dúvidas e de insegurança.

Às professoras Prof.^a Dr.^a Vanessa Campos Mariano Ruckstadter, Prof.^a Dr.^a Analete Regina Schelbauer, Dr.^a Maria Aparecida de Araújo Barreto Ribas, pelas pertinentes sugestões durante o Exame de Qualificação.

Às minhas amigas, Talita e Joyce, que fizeram com muito carinho e competência a revisão deste trabalho.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, seus professores e secretários, Hugo e Márcia, que sempre me acolheram e, com paciência, sanaram minhas dúvidas.

Aos meus queridos colegas de trabalho da Universidade Estadual de Londrina, que me acompanharam desde a elaboração do projeto de pesquisa, torceram por mim durante o processo de seleção e, principalmente, apoiaram-me cada vez que me sentiam desanimar, muito obrigada.

À Secretaria Municipal de Educação, que permitiu, por meios legais, que eu me ausentasse de minhas atividades docentes para cursar os créditos do Programa. Aos meus amigos da Escola Municipal Ruth Ferreira de Souza, que me apoiaram e compreenderam os motivos de minha ausência.

À Secretaria Municipal de Educação de Cambé, por ter possibilitado o acesso às fontes relacionadas ao tema. À Ticiane, responsável pela documentação escolar, pela disponibilidade e gentileza.

À Câmara Municipal de Londrina, por ter aberto o setor de arquivo e documentação para a pesquisa. Ao Museu Histórico Pe. Carlos Weiss, da cidade de Londrina, por ter disponibilizado seu acervo para a pesquisa.

Ao Museu Histórico de Cambé, especialmente à Cristina e ao César, que, com dedicação, contribuíram durante o processo de levantamento das fontes.

Às amigas que cultivei durante esta jornada, em especial, à amiga Karen Bettina Ikeda de Ortiz, que sempre acreditou em mim e me ajudou nos momentos mais difíceis.

Meu profundo agradecimento à minha família que esteve sempre ao meu lado, mantendo-se como meus maiores incentivadores nesta caminhada.

Ao Geraldo, por seu amor incondicional, por sua paciência infinita, sua dedicação ilimitada, enfim, por ter sido companheiro e amigo nos mais difíceis momentos.

Ao meu filho Daniel, que deixou de lado sua rotina, momentos de adolescente, para se dedicar ao pequeno Benjamin e às tarefas domésticas. Ao pequeno Benjamin, que veio para trazer alegria e, sendo ainda tão pequeno, precisou aceitar a mudança de sua rotina para que eu pudesse estudar.

Não sei se a vida é curta ou longa para nós, mas sei que nada do que vivemos tem sentido, se não tocarmos o coração das pessoas. Muitas vezes basta ser: colo que acolhe, braço que envolve, palavra que conforta, silêncio que respeita, alegria que contagia, lágrima que corre, olhar que acaricia, desejo que sacia, amor que promove. E isso não é coisa de outro mundo, é o que dá sentido à vida. É o que faz com que ela não seja nem curta, nem longa demais, mas que seja intensa, verdadeira, pura enquanto durar. Feliz aquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina.

Cora Coralina

BARION, Isabel Francisco de Oliveira. **EDUCAÇÃO EM CAMBÉ: HISTÓRIA E MEMÓRIA DA ESCOLA BRATISLAVA (1934-1949)**. 197 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientador: Prof. Dr. César de Alencar Arnaut de Toledo. Maringá, 2014.

RESUMO

O objeto desta pesquisa é a Escola Bratislava, fundada no ano de 1936 na região rural de Cambé no Estado do Paraná. A investigação está situada no campo da História e Historiografia das Instituições Escolares. O objetivo geral do trabalho é realizar um levantamento sobre a história e a memória da Escola Bratislava por meio da constituição de fontes e informações, no intuito de contribuir não só com a preservação da memória da instituição, mas também com o estudo da história das instituições escolares no Norte do Paraná. A escolha desse objeto de pesquisa se deu por ser a primeira escola instalada na região rural de Cambé e que ainda está em atividade. Em seus primeiros anos de atuação, a instituição funcionou em um espaço construído pelos moradores da Colônia Bratislava. No ano de 1944, a Secretaria Municipal de Educação de Cambé assumiu a direção da escola, a qual teve seu nome alterado, em 1948, para Escola Manoel Ribas. Para a composição deste trabalho, foram utilizadas fontes documentais, orais e iconográficas. Foram analisadas as condições econômicas, históricas, sociais, políticas e culturais que envolveram a história da instituição no intuito de averiguar de que maneira a Escola Bratislava, que foi fundada por imigrantes europeus com o objetivo não só de alfabetizar, mas, também, de preservar a identidade étnica dos moradores, se adequou as políticas nacionalizantes e desenvolvimentistas da Era Vargas (1930-1945)? A hipótese inicial era de que as políticas nacionalizantes e desenvolvimentistas de Vargas não havia afetado a região, pelo fato de estar em processo de colonização. Entretanto a reconstituição da história da Escola Bratislava permitiu constatar que a educação oferecida pela instituição se deu em meio a conflitos e resistência por parte dos moradores, os quais viam, na instituição, a oportunidade de preservar a identidade étnica do grupo. As políticas de nacionalização da Era Vargas se fizeram presentes na colônia por meio da municipalização da instituição. A pesquisa também destaca a relação entre as mudanças histórico-sociais que aconteceram no Brasil e no Paraná, e como a região pesquisada foi influenciada por tais mudanças. Os resultados da pesquisa demonstram ainda, que, a instituição investigada, ao ser assumida pelo poder público, tornou-se uma porta-voz dos ideais do Estado na divulgação de valores patrióticos por meio de desfiles públicos e festas em comemoração a datas oficiais. Para tal, a escola foi utilizada como propagadora do amor ao trabalho e do respeito à pátria. Assim, o currículo escolar e a maneira como a escola estava organizada fizeram dela uma instituição de referência, o que permitiu a sua permanência até o presente momento numa região em crescente expansão urbana.

Palavras-chave: Educação. História da Educação. Instituições Escolares. Paraná. Cambé. Escola Bratislava.

BARION, Isabel Francisco de Oliveira. **EDUCACION IN CAMBÉ: HISTORIOGRAPHIA OF SCHOOL BRATISLAVA (1934-1949)**. 197 f. Dissertation (Master in Education) – State University of Maringá. Supervisor: Prof. Dr. César de Alencar Arnaut de Toledo. Maringá, 2014.

ABSTRACT

The object of this research is Bratislava School, founded in 1936 in rural area of Cambé City. This Investigation is located in the History and Historiography fields of Educational Institutions. The general objective of this work is to survey about the history and memory of Bratislava School by research and constitution of sources and informations, to contribute not only with the preservation of that institution memory but also with the history of educational institutions history from north of Paraná state. The choice of this subject of research occurred because it was the first school built in rural area of Cambé in activity. In its first years of operation, the institution worked in a place built by dwellers of Bratislava community. In 1944, the Cambé Educational Secretary took the school control, that had its name changed to Manoel Ribas School in 1948. To this work composition, we used documentary, oral and sources iconographic sources. It were analyzed economical, historical, social, policies and cultural conditions that envolved the school history in order to ascertain how the Bratislava School, that was founded by european immigrants to alphabetize and also to preserve ethnic identity from residents, adapted itself with nationalizing and developmental policies from Vargas Era (1930-1945)? The initial hypothesis was that the nationalizing and developmental policies had not affected the region because it was in process of colonization. The reconstitution of Bratislava history have revealed the the education offered by this institution happened amid conflicts and opposition by dwellers, because they understood that this institution was na opportunity to preserve the ethnic group identity. The nationalization policies of Vargas Era were present in colony by the municipalization of the school. The research also highlights the relation between the historical-socials changes that happened in Brazil and Paraná and how these changes had influenced that region searched. The research results demonstrate, also, when the institution began to be controled by government, it became spokesman of Government ideals to divulgation of patriotic values by public parades and parties to celebrate official dates. To this, the school was used as propagator of love of work and respect to country. Thus, the curriculum and how it was organized made this school a referral institution, allowing its permanence up to the present moment in a region of growing urban expansion.

Key-words: Education. History of Education. Educatinal Institution. Paraná. Cambé. Bratislava School.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Colonos na plantação de café na região de Londrina ([194-])	45
Figura 2 -	Lançamento da pedra fundamental da Escola Alemã (1935)	66
Figura 3 -	Rudolf Sellmar ao lado de uma criança na escola Alemã ([193-])	67
Figura 4 -	Desfile escolar na Avenida Inglaterra (década de 1940)	70
Figura 5 -	Padre José Mistrik com a comunidade na Capela Nossa Senhora de Lourdes ([194-])	80
Figura 6 -	Catequese na escola ([194-])	81
Figura 7 -	Alunos e professores na Escola 'Estadual Eslovaca'	83
Figura 8 -	Foto de inauguração da escola Bratislava em 26 de setembro de 1936	88
Figura 9 -	Lançamento da Pedra Fundamental do Grupo Escolar Rural 'Manoel Ribas' (1949)	104
Figura 10 -	Inauguração do Grupo Escolar Municipal 'Manoel Ribas' (1949)	105
Figura 11 -	Inauguração do Grupo Escolar na Colônia Bratislava (1949)	107
Figura 12 -	Alunos e professores da Escola Bratislava (1947)	112
Figura 13 -	Desfile da Escola Bratislava (1946)	121
Figura 14 -	Desfile dos alunos da Escola Bratislava (1948)	122
Figura 15 -	Aula de educação-física em comemoração ao dia do município (1948)	123

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	O Ensino Primário no Paraná – Jornal Paraná-Norte (1940)	50
Quadro 2 -	Data de fundação das escolas rurais de Cambé	71
Quadro 3 -	Professores municipais da Escola Bratislava de Cambé (1944-1948)	110
Quadro 4 -	Quantidade de matrículas da Escola Bratislava (1944-1948)	113
Quadro 5 -	Quantidade de alunos aprovados e reprovados da Escola Bratislava	114
Quadro 6 -	Grupo de examinadores da Escola Bratislava	118

LISTA DE SIGLAS:

CPDOC	Centro de Pesquisa e documentação de História Contemporânea do Brasil
CTNP	Companhia de Terras Norte do Paraná
IPAC	Inventário e Proteção do Acervo Cultural
PUC-PR	Pontifícia Universidade Católica do Paraná
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
UTPR	Universidade Tuiuti do Paraná

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 O PROJETO EDUCACIONAL BRASILEIRO: ASPECTOS DA REOCUPAÇÃO DO NORTE NOVO PARANAENSE NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX	24
2.1 A EDUCAÇÃO BRASILEIRA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX ..	25
2.2 DESENVOLVIMENTO URBANO DO NORTE PARANAENSE: ASPECTOS HISTÓRICOS.....	39
2.2.1 Café: um capítulo à parte na história do Norte do Paraná	43
2.3 EDUCAÇÃO NO CONTEXTO PARANAENSE	46
2.4 LONDRINA E CAMBÉ: O DESTINO PLANEJADO.....	54
3 OS PRIMÓRDIOS DA EDUCAÇÃO EM CAMBÉ.....	61
3.1 EDUCAÇÃO ESCOLAR EM NOVA DANTZIG.....	61
3.2 PRIMEIRO GRUPO ESCOLAR DE NOVA DANTZIG	73
4 DA ESCOLA BRATISLAVA AO GRUPO ESCOLAR MANOEL RIBAS (1936-1949)	77
4.1 COLÔNIA BRATISLAVA: EDUCAÇÃO E FÉ.....	77
4.2 IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA BRATISLAVA	86
4.2.1 O processo de nacionalização das escolas étnicas no Paraná e a Escola Bratislava	93
4.3 ORGANIZAÇÃO DA ESCOLA BRATISLAVA APÓS A MUNICIPALIZAÇÃO (1944-1949)	100
4.3.1 Da Escola Bratislava ao Grupo Escolar ‘Manoel Ribas’	100
4.3.2 Alunos, professores e o contexto educacional da Escola Bratislava ..	109
4.3.3 Patriotismo no contexto escolar	120
5 CONCLUSÃO	125
REFERÊNCIAS.....	130
APÊNDICES	142
ANEXOS	147

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa está situada no campo disciplinar da História da Educação e História das Instituições Escolares, e tem como objeto de pesquisa a Escola Municipal Rural Ana Zifchack Mazzei, no período em que era denominada Escola Bratislava (1936-1949). A escola está localizada na região conhecida como Bratislava, no município de Cambé, Estado do Paraná.

O objetivo geral do trabalho é reconstituir a história e a memória da Escola Bratislava por meio do levantamento de fontes e informações, no intuito de contribuir não só com a preservação da memória da instituição, mas com o estudo da história das instituições escolares no Norte do Paraná.

Este trabalho se deu por meio do estudo bibliográfico-documental sobre a Escola Bratislava. A escolha do objeto da pesquisa foi decorrente da revisão bibliográfica e da investigação preliminar em pesquisas já realizadas sobre o processo de escolarização da Região Norte do Paraná, mais precisamente do município de Cambé. Ao fazer esse levantamento verificou-se a escassez de fontes historiográficas sobre o início da educação escolar na região, principalmente sobre a Escola Bratislava. Um dos motivos pela ausência de documentos é devido ao fato de a região ter sido colonizada por imigrantes estrangeiros no período das políticas nacionalistas de Vargas (1930-1945). A falta da cultura de preservação de fontes e monumentos no Brasil também dificultou a pesquisa.

A presente pesquisa tem como fontes documentos disponíveis no Acervo Histórico do Museu Histórico de Cambé e da Secretaria de Educação do município investigado. Dentre os documentos constam atas sobre exames finais, leis e decretos, fotos, jornais impressos e entrevistas que foram realizadas com ex-professores e moradores da Colônia Bratislava.

Além do acervo documental, aqui entendido como fontes escritas e iconográficas, também trabalhos monográficos, dissertações e teses auxiliam no alcance do objetivo traçado. A seleção de todos os materiais e documentos se deu após a leitura e o entrecruzamento das fontes. Esse movimento foi importante

para a construção dessa narrativa histórica que compõe a história da educação escolar no município de Cambé.

A pesquisa sobre instituições escolares têm sido de grande relevância para a área de História da Educação no Brasil, pois cada instituição escolar carrega em si marcas da comunidade em que está inserida, bem como se constitui como um espaço de produção da realidade educacional de épocas distintas. Desta forma, é necessário analisar todo o contexto relacionado com a instituição pesquisada no intuito de relacioná-la ao processo em que se deu a consolidação de sua identidade.

A história da Escola Bratislava se confunde com a história do próprio município, haja vista que o local onde a escola foi implantada é considerado o marco inicial de Cambé. O tema foi escolhido pela importância que a escola teve para a região, mas também pelo fato de eu ter iniciado o meu processo de formação enquanto professora em uma instituição escolar de Cambé. Nesse aspecto, a história do início da educação em Cambé sempre me despertou o interesse, principalmente a história da Escola Bratislava, haja vista que realizei parte do estágio de formação docente lá.

A Escola Bratislava foi fundada no ano de 1936, como resultado de esforços da própria comunidade, com o objetivo de atender aos filhos dos imigrantes de origem tcheco-eslovaca que habitavam a região. Após 8 anos de funcionamento, a escola teve suas atividades incorporadas pela Secretaria Municipal de Educação, no ano de 1944, mas foi no ano de 1948 que a escola teve seu nome alterado para Escola Manoel Ribas, por meio da Lei Municipal n.º 8, de 5 de julho de 1948. No ano de 1949 foi construído o Grupo Escolar Rural Manoel Ribas. Essa designação esteve em vigor até o ano 2000, quando a escola passou a ser chamada de Escola Municipal Rural Ana Zifchack Mazzei, pela Lei Municipal n.º 1322/99, que entrou em vigor em quinze de março do mesmo ano. O nome da escola foi escolhido em homenagem à falecida professora Ana Zifchack Mazzei (1928-1999), que lecionou na escola no período de 1947 a 1975. A escola passou por várias reformas e está sob a jurisdição da Secretaria Municipal de Educação de Cambé, atualmente atende cerca de 50 alunos, que moram na região.

O período pesquisado (1934-1949) se refere ao início da educação escolar em Cambé, um período de mudanças políticas, econômicas, culturais e sociais na sociedade brasileira que influenciaram, por meio das políticas públicas, a região pesquisada. Por se tratar de uma região rural habitada, em sua maioria, por estrangeiros, surgiu a seguinte problemática: de que maneira a Escola Bratislava, que foi fundada por imigrantes europeus com o objetivo não só de alfabetizar, mas, também, de preservar a identidade étnica dos moradores, se adequou as políticas nacionalizantes e desenvolvimentistas da Era Vargas (1930-1945)?

No intuito de responder tal questão, foi selecionado o método de investigação a ser seguido, pois a escolha do método é importante para a realização da pesquisa, visto ser ele o fio condutor dos trabalhos. Ao escolher a metodologia, o pesquisador assume uma posição teórica frente ao seu objeto de pesquisa, e a escolha do método adequado é importante para não comprometer os resultados da pesquisa, contribuindo para o seu sucesso (ARNAUT DE TOLEDO; VIEIRA, 2011).

De acordo com Marx (1983), o homem, enquanto sujeito real e que vive numa realidade material, produz sua historicidade a partir das condições materiais que lhe são dadas pela natureza, pelas suas necessidades e pelas novas relações que estabelece com o mundo e com os outros homens. Nesse sentido, a compreensão de uma instituição passa, necessariamente, por uma análise da totalidade, enquanto o singular, no caso, a escola, não existe por si, pois está contido no universal e o universal, por sua vez, está envolto nas contradições das múltiplas singularidades. Sendo assim, o estudo das instituições escolares contribui para a construção de conhecimentos históricos e também para a reconstrução da história da educação (SANFELICE, 2009).

Baseado em estudos de Ester Buffa e Paolo Nosella (2009), este trabalho está pautado numa metodologia que busca relacionar o particular com a totalidade. Essa relação se dá na análise do objeto frente ao contexto em que está inserido. Desta forma, as mudanças que ocorreram em âmbitos políticos, sociais, econômicos e culturais na região pesquisada foram analisadas a fim de verificar de que maneira a constituição da educação em Cambé, principalmente na região do Bratislava, foi influenciada pelas mudanças ocorridas no Paraná e no Brasil. Essa concepção metodológica foi assumida por considerar a sua

contribuição na análise de temas presentes no contexto social, inclusive a educação, já que nos permite realizar uma análise de conjunto.

Partimos da concepção de que as fontes não falam por si, mas cabe ao pesquisador interpretá-las, pois, ao produzir história, a humanidade deixa vestígios, registros, documentos, e o pesquisador, ao selecionar tais fontes, cria e as institui como necessárias para a análise do objeto a ser estudado, principalmente quando os atores do processo não estão mais presentes.

Nos últimos anos do século XX, o conceito de fontes foi ampliado devido a vários estudos realizados no campo da história e historiografia. Os estudos sobre fontes contribuíram para a compreensão de que elas são produções humanas, desta forma, não são dadas *a priori*, mas é o pesquisador quem estabelece quais fontes irá utilizar, por isso, é necessário selecionar as fontes que possam contribuir para a compreensão e a análise do objeto de pesquisa. Esse trabalho deve ser minucioso, no entanto, vale lembrar que, seja qual for a fonte selecionada, não há nela verdade absoluta, pois as fontes carregam em si marcas humanas que são passíveis de múltiplas determinações e interpretações.

Cada época e cada grupo social produzem seu referencial de verdade, cabe ao pesquisador interpretar essas verdades, principalmente no que se refere à instituição escolar, visto que a educação não é neutra. “As pistas, as marcas, os documentos, são fragmentos que não possuem uma verdade inerente, pronta a ser desvelada pelo pesquisador.” (STEPHANOU; BASTOS, 2005, p. 417). Sendo assim, pesquisar a historiografia de uma instituição escolar possibilita ao pesquisador, e à própria comunidade escolar, analisar os enlaces que cercaram ou cercam tal instituição para desvendar, desta forma, seu papel na sociedade.

Para a realização desta pesquisa, foram selecionadas fontes iconográficas, pois em se tratando de instituições escolares, as fotografias podem ser utilizadas devido à subjetividade representada na imagem. As fotografias permitem a compreensão da escola enquanto produção social, de conhecimentos, de hábitos, de ideologias e de práticas (BARROS, 2005).

Quanto mais minuciosa a pesquisa, mais elementos o pesquisador terá para compor e recompor um trabalho de qualidade que sirva como referência historiográfica. Nesse sentido, esse trabalho pôde contar com fontes primárias, com fontes secundárias e também com literatura de apoio. As fontes primárias

são aquelas que têm relação direta com o problema estudado, sendo elas originais ou cópias, podendo ser obras de autores, fotografias, documentos, enfim, tudo o que remete diretamente à problemática da pesquisa e que, de alguma forma, contribui para que o pesquisador possa investigar e analisar o objeto de sua pesquisa. As fontes secundárias também são importantes para o pesquisador. No entanto, elas não estão ligadas diretamente à problemática estudada. Esse tipo de fonte se baseia, muitas vezes, nas próprias fontes primárias, podendo ser relatos e depoimentos de pessoas a respeito do objeto de pesquisa, dicionários, dados estatísticos, ou seja, fontes que transmitem informações indiretas a respeito do objeto a ser pesquisado. Já a literatura de apoio é a revisão bibliográfica da qual o pesquisador faz uso para compor a sua discussão e análise do seu objeto de estudo e investigação (ARNAUT DE TOLEDO; GIMENEZ, 2012).

Após ter estabelecido esses conceitos, foi feito um levantamento a respeito de pesquisas já realizadas sobre a mesma temática, no intuito de ter clareza do estudo a ser feito sobre o objeto pesquisado, podendo, desta forma, contribuir para o campo da pesquisa em instituições escolares. Esse mapeamento é importante para possível seleção das fontes, pois é comum que, com o passar do tempo, percam-se os registros históricos de muitas instituições escolares brasileiras. Isso ocorre pela falta de espaço físico adequado para o armazenamento de documentos e materiais que compõem a história da instituição, mas também pela falta de conscientização sobre a preservação do acervo e pela falta de pessoas habilitadas para a realização do arquivamento dos documentos.

A história das instituições escolares no Brasil tem sido um campo promissor para pesquisas. Os estudos nessa área são recentes, pois, apesar de surgirem estudos esporádicos nas décadas de 1950 e 1960, foi a partir de 1990 que os estudos sobre instituições ganharam mais vigor entre os pesquisadores da educação (BUFFA; NOSELLA, 2009).

A pesquisa sobre instituições escolares tem possibilitado uma melhor compreensão sobre aspectos culturais, políticos, econômicos e sociais que permeiam o campo educacional brasileiro. Por isso, a história de instituições escolares não deve ser vista apenas como relatos históricos imparciais e, muitas

vezes, 'lineares' sobre uma instituição. Desta forma, a investigação histórica busca, por meio da reconstrução da historiografia de determinadas instituições escolares, a compreensão desses fatores, que estão presentes no dia a dia, por meio de marcas e registros produzidos pelos atores desse processo.

A recuperação da história local permite reconstruir as intencionalidades e interesses que nortearam seu processo, permitindo a compreensão ampliada da sua configuração atual. Ao realizar o trabalho de preservação histórica de uma instituição, o historiador contribui também para a valorização do patrimônio cultural.

É possível observar que, nos últimos 20 anos, o estudo historiográfico sobre instituições escolares tem ganhado destaque entre pesquisadores e historiadores, principalmente nos programas de mestrado e doutorado em educação das universidades brasileiras. Por isso, após a leitura de bibliografia que discutia o tema, foi dado início ao processo de investigação sobre as instituições já historiadas no Paraná, principalmente na região norte do estado. A pesquisa foi realizada na página virtual de 7 instituições de ensino superior do Paraná que ofertam a pós-graduação em nível de mestrado e doutorado em educação. Sendo elas: Universidade Federal do Paraná (UFPR), Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), Universidade Tuiuti do Paraná (UTPR), Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Universidade Estadual de Maringá (UEM), Universidade Estadual de Londrina (UEL). Essa pesquisa foi realizada com o intuito de verificar quais instituições escolares já haviam sido objeto de pesquisas por essas universidades.

O levantamento aconteceu por meio da seleção dos títulos dos trabalhos que remetessem a pesquisa de instituições escolares no Paraná entre os anos de 2000 a 2013 e que estavam disponibilizadas na página virtual das instituições até o final do primeiro semestre do ano de 2013. Ao todo, foram localizados 32 trabalhos produzidos sobre a temática, sendo 26 dissertações de mestrado e 6 teses de doutorado, que discorrem sobre a história e a historiografia de instituições escolares no Paraná (APÊNDICE A)¹.

¹ Foram investigados trabalhos sobre a história e historiografia de instituições escolares do Paraná. Teses e dissertações em andamento e produções que não constavam na página virtual

O levantamento sobre as produções a respeito de instituições escolares foi importante para ter uma visão ampla da quantidade de trabalhos realizados sobre a historiografia das instituições escolares paranaenses, bem como o caminho metodológico traçado pelos pesquisadores. Em relação aos trabalhos realizados na área da historiografia, são bem variados os níveis e modalidades educacionais pesquisados. Os trabalhos abordavam desde a história e historiografia de instituições públicas estatais até as privadas. Não foi realizada uma classificação minuciosa a esse respeito por não ser esse o objeto de nossa pesquisa. Mesmo assim, pode-se afirmar, que a pesquisa sobre instituições escolares na região Norte do Paraná tem ganhado espaço na academia e tem contribuído para a construção da história da educação no Brasil.

Por meio desse levantamento, foi possível observar que estudos sobre a temática na região Norte do Paraná tem aumentado gradativamente, pois, houve um aumento processual de instituições escolares pesquisadas nos últimos anos.

Trabalhos como o de Pavinato (1995), Azevedo (1996), Gaspar (1996), Tirandelli (1988), Dutra (2000), Capelo (2000) e Faria (2010), também contribuíram para a realização desta pesquisa (APÊNDICE B).

O trabalho de Pavinato (1995) foi realizado como parte do processo de avaliação da disciplina de Metodologia e Técnica de Pesquisa do curso de História da Universidade Estadual de Londrina e consistiu numa historiografia da capela 'São João Batista da Colônia Bratislava', construída por moradores da colônia no início do período de ocupação da região. Esse trabalho foi utilizado como fonte de pesquisa principalmente porque utiliza depoimentos e relatos de moradores da região que participaram do processo de construção da igreja e da escola presente na colônia.

'Bratislava, um ponto de encontro na história' foi o tema do trabalho de Azevedo (1996), que apresentou a historicidade da Bratislava europeia em face da historiografia da Bratislava brasileira. Nesse trabalho é apresentada a história da formação da colônia Bratislava e como se deu o processo de adaptação dos imigrantes europeus.

das instituições não foram pesquisadas, sendo assim, é possível que existam outros trabalhos que discutam a temática, além dos selecionados na pesquisa.

Gaspar (1996) fez o trabalho monográfico intitulado 'A imigração de Danzig para Nova Dantzig'. A autora levanta aspectos da reocupação do município de Cambé pelos imigrantes oriundos de Danzig, na década de 1930. A autora contextualiza o fim do século XIX e início do século XX. Faz a correlação entre a necessidade brasileira de imigrantes para ocupar 'espaços vazios' em regime de pequena propriedade. Gaspar discute a imagem vendida sobre a nova terra e o despreparo dos imigrantes em enfrentar o trabalho agrícola².

Dutra (2000), por sua vez, apresentou o trabalho de conclusão do curso de especialização em Língua Portuguesa, intitulado 'Duas gerações da colônia Bratislava', com o objetivo de identificar variantes lexicais e fonéticas presentes na fala de duas gerações descendentes de imigrantes eslavos.

Tirandelli (1988) produziu sua dissertação de mestrado intitulada 'A colônia Bratislava – A unidade familiar e o bairro rural em mudança'. Nesse trabalho, é apresentada a história da colônia Bratislava em Cambé e a relação familiar existente entre os moradores.

Capelo (2000) defendeu, pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), a tese de Doutorado intitulada 'Educação, escola e diversidade cultural no meio rural de Londrina: quando o presente reconta o passado'. A autora discutiu a dinâmica cultural que possibilitou a estruturação do sistema escolar rural de Londrina no período em que a Secretaria Municipal de Educação de Londrina promovia a nucleação das escolas rurais. A presença europeia e japonesa nas escolas rurais foi um elemento apresentado no trabalho. Três escolas rurais isoladas da região de Londrina foram objetos de estudo da autora, a escola da Warta, do Heimtal e a Escola Bratislava. Essas escolas foram escolhidas por serem as primeiras da região e também pela diversidade étnica. Na tese, Capelo (2000) abordou brevemente o histórico das três escolas rurais no período em que ambas pertenciam a região de Londrina. Entretanto, a autora não tinha como objetivo a reconstrução historiográfica das instituições, mas sim revelar a dinâmica cultural que possibilitou a estruturação do sistema escolar rural de Londrina, contrapondo-a com as características presentes na atualidade. Com

² A cidade Danzig estava situada no "corredor polonês", em meio à disputa por território entre Alemanha e Polônia, ora pertenceu à Alemanha, ora à Polônia. Em 1919, com o Tratado de Versalhes, Danzig se tornou uma cidade livre. Após a Segunda Guerra Mundial, passou a fazer parte da Polônia até os dias de hoje com o nome de Gdansk (CORTEZ, 2012).

ênfase no estrangeiro que frequentava a escola, a autora discute as diferenças socioculturais que estavam presentes nas instituições pesquisadas e que foram diluídas após as políticas nacionalistas, restando, porém, o etnocentrismo branco e europeu, que marcou o sistema escolar brasileiro nas primeiras décadas do século XX. Nesse contexto, a autora discute de que maneira o índio, o negro e o caboclo que habitavam a região até a década de 1930 foram expulsos da região pelo processo de reocupação capitalista que usurpou deles o direito à memória e à história.

Faria (2010) desenvolveu sua dissertação de mestrado com o tema 'Em traços de modernidade: a história e a memória do Grupo Escolar Hugo Simas (Londrina-PR, 1937-1972)'. O objetivo de Faria foi reconstruir a história e a memória do Grupo Escolar 'Hugo Simas' no período de 1937 a 1972 a fim de discutir como a instituição pesquisada incorporou o pensamento da Escola Nova. De acordo com a autora, a estrutura arquitetônica, o currículo e a prática pedagógica fizeram do Grupo Escolar 'Hugo Simas' uma instituição de referência e sintonizada com os princípios de modernidade, racionalização, padronização e higienização, tal como propunham os grupos escolares da época.

A Universidade Estadual de Londrina (UEL) também tem contribuído com pesquisas sobre instituições escolares em Londrina e região. A área de História da Educação do Departamento de Educação da UEL tem contribuído com a historiografia de instituições escolares por meio do projeto de ensino e pesquisa 'História das Instituições Educativas: pesquisa e ensino'. O projeto teve início no ano de 2010 e, desde então, tem realizado o trabalho de localização e catalogação de instituições escolares da cidade de Londrina por meio de pesquisas sobre a temática, contribuindo, desta forma, para a cultura de preservação da memória das escolas em espaços educacionais.

Após o levantamento bibliográfico e a investigação preliminar a respeito do objeto da pesquisa, a diretora da instituição a ser pesquisada foi contatada no intuito de verificar a possibilidade da realização da pesquisa. A diretora da instituição, Maria Regina Ribeiro Russi, concordou em ajudar com a pesquisa e relatou que, nos últimos anos, a escola passou por várias reformas e todos os documentos, inclusive fotos, haviam sido levados para a Secretaria Municipal de Educação do município.

Em visita à Secretaria Municipal de Educação, dentre os documentos pesquisados, foram encontradas atas contendo a vida escolar dos alunos a partir do ano de 1944, cópias de decretos que autorizavam o funcionamento da escola dentre outros documentos de menor relevância. Alguns dos documentos encontrados estavam ilegíveis por serem cópias muito antigas.

Encerrada a visita à Secretaria Municipal de Educação, o Museu histórico de Cambé foi procurado com o objetivo de encontrar documentos que contribuíssem com a pesquisa. Foram localizadas fotografias da instituição, atas de nomeação de professores para as escolas da região no período estudado e também entrevistas realizadas com ex-professores da Escola Bratislava que estavam arquivadas em fitas cassetes.

Pelo fato de Cambé ter sido distrito de Londrina no início da reocupação, foi considerado necessário realizar uma pesquisa no Museu Histórico de Londrina. Os arquivos do Museu de Londrina são organizados e catalogados de modo a atender pesquisadores e comunidade. Havia algumas fotos e também uma coletânea do *Jornal Paraná-Norte*, que circulou no final dos anos 1930 até a década de 1950. O jornal noticiava acontecimentos de Londrina e região.

Seguindo o roteiro de visitas e partindo de 'pistas' encontradas nos locais visitados, os próximos lugares pesquisados foram a Câmara Municipal de Cambé e a Câmara Municipal de Londrina. Verificou-se a necessidade de ir a alguns cartórios das cidades de Londrina e Cambé em busca de documentos que comprovassem a história sobre a doação do terreno em que a escola foi construída, uma vez que relatos orais indicavam que o terreno havia sido doado por moradores da colônia.

Em pesquisa no sítio eletrônico do Arquivo Público Paranaense, foram localizados vários documentos sobre a instrução pública no Paraná no período das primeiras décadas do século XX, mas nenhum deles fazia referência direta ao objeto deste estudo.

A realização do trabalho de pesquisa em fontes historiográficas não foi uma tarefa fácil a ser realizada. Em se tratando Deste trabalho, muitas foram as dificuldades encontradas, dentre elas, é possível destacar a falta de documentos, pois não houve a preocupação em arquivar corretamente os documentos da instituição, muitos se perderam pelo caminho. A contradição nas informações a

respeito da história da escola também foi um fator que dificultou bastante a realização da pesquisa.

Os resultados desta pesquisa são apresentados em três seções. Na primeira seção, intitulada 'O projeto educacional brasileiro: aspectos da reocupação do norte novo paranaense na primeira metade do século XX', é apresentado o contexto histórico da reocupação na região Norte do Paraná, bem como a importância da imigração e do cultivo do café para essa reocupação. A seção apresenta também o contexto em que se encontrava a sociedade brasileira no período de 1930 até 1945, principalmente nos aspectos educacionais da época.

Na segunda seção, é analisado o início da educação escolar no município de Cambé, bem como é discutido de que maneira a presença de imigrantes contribuiu para a instituição da educação escolar na região, mas é na terceira seção que é feita a análise do objeto de estudo propriamente dito, a Escola Bratislava. Nessa seção é apresentada a relação que existia entre a educação e religião na colônia, bem como o processo de instalação e organização da Escola Bratislava, principalmente após a municipalização no ano de 1944. É apresentado ainda, como se deu o processo de formação patriótica nos alunos que frequentavam a instituição.

Na conclusão, faço minhas considerações parciais sobre o tema, entretanto o referencial utilizado sugere que a instituição pesquisada deve ser investigada a partir de sua relação com a sociedade que a produziu, e não como algo isolado. Nesse aspecto, este trabalho buscou relacionar o particular – escola – com a totalidade – sociedade –, no intuito de produzir uma interpretação do objeto, e não apenas uma descrição histórica e linear da instituição.

2 O PROJETO EDUCACIONAL BRASILEIRO: ASPECTOS DA REOCUPAÇÃO DO NORTE NOVO PARANAENSE NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Na composição de um trabalho é importante estabelecer a relação entre o particular e a totalidade na análise dos acontecimentos frente ao objeto de estudo do pesquisador. Dessa maneira, é apresentado, nesta seção, o contexto histórico do Brasil a partir do final da Primeira República (1889-1930) até o final da Era Vargas (1930-1945). Esse recorte cronológico e temático é importante para a discussão sobre como se constituiu historicamente a educação pública no país e como essa história se relaciona com o início da educação no município de Cambé, no período de reocupação da região Norte Novo do Paraná³.

Para a análise do objeto desta pesquisa, a Escola Bratislava, faz-se necessária uma investigação do espaço em que ele está inserido. Para uma boa apreensão e explicação da realidade histórica de uma instituição escolar, é fundamental integrá-la no sistema educativo mais amplo, na comunidade e na região onde a instituição desenvolveu e/ou desenvolve suas atividades (MAGALHÃES, 2004). Sendo assim, a presença dos migrantes e imigrantes na região e as atividades de ocupação planejada da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) também serão esboçadas nesta seção, nos aspectos sociais, políticos, religiosos e educacionais.

³ A utilização do termo reocupação está pautada em estudos de Tomazi (1997; 1999); Noelli e Mota (1999); Capelo (2000); Adum (1992); Padis (1981); Nakagawara (1981); e Rosaneli (2009), os quais defendem a ideia de que, apesar do mito do 'vazio demográfico' ser frequente nas narrações sobre a história do Norte do Paraná, a região era habitada por indígenas, caboclos e posseiros, os quais foram expulsos para que acontecesse o processo de urbanização dos núcleos por meio da venda dos lotes aos estrangeiros e aos migrantes oriundos de outros lugares do país. Esse movimento é conhecido pela história oficial como "colonização". Reitera-se que o uso, neste trabalho, dos termos colonização e povoamento não fazem apologia ao mito 'vazio demográfico' nem têm a intenção de negar a história da resistência e dos conflitos existentes na região pelo domínio das terras. Os termos serão utilizados ao se fazer referência ao processo de reocupação planejada pelo Governo e por empresas privadas.

2.1 A EDUCAÇÃO BRASILEIRA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

A Primeira República foi um período de grandes transformações na sociedade brasileira. As transformações se deram nos âmbitos: político, por meio de mudanças no sistema de governo; econômico, pelo crescimento do setor industrial, no qual o país passava de agrário comercial para urbano industrial, dentro do sistema capitalista; e no social, com o fim do sistema escravista e a ascensão de uma burguesia urbana emergente. No campo educacional, a instrução pública passou a ser denominada 'educação'.

A diferença entre educar e instruir sublinhada por vários educadores na época não era simples questão semântica. Ela reportava a uma clara concepção de ensino; educar pressupunha um compromisso com a formação integral da criança que ia muito além da simples transmissão de conhecimentos úteis dados pela instrução e implicava essencialmente a formação do caráter mediante a aprendizagem da disciplina social-obediência, asseio, ordem, pontualidade, amor ao trabalho, honestidade, respeito às autoridades, virtudes morais e valores cívico-patrióticos necessários à formação do espírito de nacionalidade. (SOUZA, 2004, p. 127).

A Primeira República foi marcada, também, por conflitos militares e sociais e por crises no sistema econômico, principalmente na produção cafeeira. O resultado desse contexto foi a instabilidade dos acordos políticos, afetando, dessa forma, a consolidação do sistema republicano no país. Fatores como a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a crise de 1929 contribuíram, ainda, para discussões sobre a reorganização política e econômica do Brasil. Essa reorganização foi almejada durante a década de 1920 por “[...] uma geração recém-ingressa na vida política e intelectual, a qual não se identificava como aristocracia ou burguesa ou proletária, mas como grupo disposto a construir um outro e novo sistema de expressão de vida [...]” (MONARCHA, 2009, p. 68).

Essa nova geração de políticos e intelectuais demonstrou a insatisfação que tinha em relação ao modelo de governo o qual estava instituído, entretanto, tinham divergências a respeito de como organizar a República, essas divergências eram políticas e também ideológicas. Dentre os grupos,

destacavam-se representantes políticos de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. O Estado de São Paulo tinha o domínio da cultura e da produção cafeeira, devido à capacidade de exportação por meio dos portos, mas também devido à hegemonia da oligarquia paulista. Minas Gerais era um grande produtor de leite e era também o estado com maior poder de eleição do país (FAUSTO, 2003).

São Paulo e Minas Gerais tinham uma aliança na qual os dois estados alternavam o controle do país por meio do cargo de presidente do Brasil, haja vista que a bancada política dos dois estados asseguravam o apoio político ao Presidente da República. O apoio ao Governo Federal acontecia por meio de uma troca de favores em prol dos estados governados pela oligarquia dominante. Essa relação de reciprocidade entre Minas e São Paulo ficou conhecida como a 'política dos governadores' e a 'política do café com leite'. Nesse período, existia também o chamado 'voto de cabresto', no qual os eleitores eram obrigados a votar nos candidatos escolhidos pelos coronéis. Isso acontecia por meio do recebimento de alguns benefícios pelos eleitores, mas também por meios violentos (PERISSINOTTO, 1994).

Por liderarem as exportações, principalmente de café, São Paulo e Minas Gerais defendiam a economia agroexportadora, enquanto os outros estados brasileiros defendiam políticas econômicas voltadas para o mercado interno. Essa defesa se dava por vários motivos, inclusive pela falta de estrutura para a exportação da produção agrícola, como estradas e transportes.

O período republicano ficou conhecido, também, pela ideologia higienista na qual, influenciados pelos moldes europeus, médicos sanitaristas organizaram, juntamente com políticos e intelectuais, um discurso o qual tinha como objetivo "limpar" a sociedade, tanto das doenças como das mazelas sociais que representavam o atraso brasileiro, formando, dessa forma, um novo cidadão para a ordem e para o progresso.

Mas, no caso brasileiro, a campanha higienista esteve sobretudo a serviço de dois projetos da classe dominante: superar a humilhação frente ao 'atraso' do país em relação aos 'países civilizados', pela realização do sonho provinciano de assemelhar-se à Europa, e salvar a nacionalidade pela regeneração do povo. (PATTO, 1999, p. 178).

Em nome do projeto higienista brasileiro, muitas ações repressivas, como aplicação de multas, perseguição política, prisões e despejo de pessoas, foram realizadas contra aqueles que não se enquadravam no modelo ideal de sociedade. Tudo em nome do desenvolvimento. Esse foi um período no qual as grandes cidades fizeram uma 'limpeza' social, 'expulsando' os pobres e os negros para as regiões mais distantes dos centros urbanos, para a periferia e os morros (DOMINGUES, 2002).

Junto ao projeto higienista, pairava entre a elite brasileira a ideologia do branqueamento da população, a qual aconteceria por meio da vinda de imigrantes estrangeiros para o Brasil. A ideologia do branqueamento estava presente na sociedade brasileira desde o século XIX, mas ganhou força na primeira metade do século XX, principalmente após a abolição da escravidão no Brasil e a vinda de imigrantes estrangeiros⁴.

A entrada dos maiores fluxos de imigrantes no Brasil corresponde ao período de unificação da Itália e da Alemanha, entre 1880 e 1920, quando mais de um milhão de pessoas ingressaram em terras brasileiras, a maioria proveniente da Itália. Esses países europeus estavam se industrializando e havia intensas migrações do campo para a cidade, desemprego e fome, o que impulsionava as emigrações. No Brasil, na iminência da abolição da escravatura, os produtores de café de São Paulo conseguiram do governo estadual a subvenção para trazer ao país a mão de obra europeia, barata e disciplinada. Isso se justificava pela necessidade de braços para a lavoura. (RENK, 2009, p. 28).

As políticas migratórias foram responsáveis pela vinda de muitos europeus para o Brasil. A presença dos estrangeiros no país não se deu pela falta de mão de obra nacional, mas o que pairava entre a elite dominante era a ideia de que os trabalhadores nacionais eram preguiçosos e 'caipiras', enquanto os trabalhadores europeus eram vistos como disciplinados para o trabalho livre e portadores dos elementos de civilização (HALL, 1989; KOWARICK, 1994).

⁴ O discurso do branqueamento é conhecido também como 'discurso do aprimoramento da raça'. Esse discurso esteve presente no Brasil a partir do final do século XIX e era baseado na teoria darwinista social e da eugenia racial. A elite brasileira se apropriou dessa ideologia para compor o discurso de que o branqueamento da população era necessário para o desenvolvimento econômico e social do país, pois acreditava-se que a 'raça branca' era superior às outras raças. Sobre o assunto ver Domingues (2002), Patto (1999) e Renk (2009).

Além de cumprir com o propósito de branqueamento da população brasileira, a vinda de estrangeiros europeus para o Brasil foi projetada para compor a mão de obra branca que iria substituir a mão de obra negra e escrava, após a abolição; foi também pensada para ampliar o mercado interno e formar uma classe média que iria contribuir com o desenvolvimento e a modernização do país (PEREIRA, 2000). Sendo assim, a política migratória brasileira foi baseada nos pressupostos de inferioridade racial e braçal. Nesse aspecto, o branqueamento acontecia de duas maneiras, pela interiorização da cultura dos brancos pelos negros, mas também pelo casamento de negros com brancos.

Os que defendiam o incentivo do branqueamento por meio de casamentos inter-raciais faziam-no não porque acreditassem na igualdade entre os homens, mas porque o viam como “condição de vitória do branco no país”, o que significava nada mais nada menos do que a exclusão dos negros do projeto de Nação. (PATTO, 1999, p. 186).

Estima-se que, do final do Império até o início da Primeira República, cerca de 3,8 milhões de estrangeiros entraram no país para trabalhar nas lavouras de café. No entanto, a Primeira Guerra Mundial foi um fator que dificultou o fluxo de imigrantes para o país, o qual só voltou a receber os estrangeiros após o término do conflito (FAUSTO, 2003).

No período republicano, a presença de muitos estrangeiros no país, bem como o processo de urbanização e industrialização, o qual se constituiu aos poucos, contribuiu para o discurso sobre a necessidade de uma educação laica e gratuita que pudesse estabelecer um novo padrão de homem para um novo modelo de sociedade.

A educação escolar foi pensada pelos republicanos como aquela que deveria transformar os antigos súditos em cidadãos e exercer a função de nacionalizar os imigrantes, dando a eles a noção de pertencer à nação brasileira e, ainda, instaurar a democracia por meio da formação dos eleitores. Nesse sentido, a educação foi acometida de uma série de reformas educacionais no intuito de instaurar um novo modelo educacional diferente do modelo humanista do Brasil colônia. Dentre as reformas, destacam-se a Constituição de 1891 que outorgava aos estados e municípios brasileiros a responsabilidade pela

organização, implementação e manutenção do ensino primário, entretanto, não havia um modelo de como isso deveria acontecer. São Paulo e Rio de Janeiro saíram na frente no que concerne à oferta desse nível de ensino. Desse modo, o modelo implantado por São Paulo foi referência para os demais estados brasileiros (BENCOSTTA, 2005).

Os republicanos pensaram a escola nos moldes dos cafeicultores, ou seja, a oligarquia cafeeira se preocupou em ofertar a educação de acordo com os ideais que eles tinham para a sociedade, mantendo a estratificação social.

O direito à educação foi amplamente discutido nas três últimas décadas da Primeira República, tanto por grupos políticos, que viam a escola como um instrumento para a formação do cidadão patriótico, como por movimentos socialistas, comunistas e libertários, os quais almejavam mudanças na sociedade por meio da educação da massa popular.

Esses movimentos foram marcantes principalmente nos anos de 1910 e 1920, os quais deram origem ao que Nagle (2001) intitula entusiasmo pela educação e otimismo pedagógico. O entusiasmo pela educação foi um movimento que via na educação do povo a oportunidade de superar o atraso da nação, principalmente por meio da participação política.

A erradicação do analfabetismo, preocupação constante nos meios educacionais, seria motivo de intensas campanhas jornalísticas. Seja pela consciência acrítica de que a superação do analfabetismo significa a abertura do país a nível de países desenvolvidos, seja porque aumentaria o 'curral eleitoral', seja porque a presença de novas forças sociais despontando acarretaram um intenso 'entusiasmo pela educação'. (CURY, 1988, p. 18).

O entusiasmo pela educação teve um caráter quantitativo pela preocupação com a necessidade de alfabetização da população brasileira. A burguesia acreditava que o povo instruído saberia escolher melhor os governantes, entretanto, o povo não estava escolhendo os governantes os quais a elite agrária queria. Dessa forma, o problema não era a falta de instrução, mas a falta de qualidade no ensino, assim, o entusiasmo pela educação dá lugar ao otimismo pedagógico. Nesse período, prevalecia o mito liberal de que pela educação era possível reduzir a pobreza e as desigualdades sociais. A escola era

vista como redentora aquela que iria tirar o analfabeto da situação de marginalidade, contribuindo para a superação das mazelas sociais (LUCKESI, 1994).

O otimismo pedagógico foi um movimento que disseminou a necessidade de mudança e de renovação da escola. A preocupação com a educação não era somente em relação à abertura de escolas, mas também quanto à melhoria na qualidade do ensino. Para tal, era necessário melhores condições didáticas e pedagógicas, investimentos na arquitetura escolar, melhoras na relação ensino-aprendizagem, bem como novas formas de avaliação.

A crença na valorização da educação escolar como elemento fundamental de inserção social e de saída do atraso e o fato da escola não contemplar a população como um todo e dos diferentes graus de ensino estar ao alcance dos diferentes segmentos sociais, traduz como foi encaminhado o processo de modernização no país, que não absorveu a demanda por inserção social, mesmo que as décadas de 1930 e 1940 apresentassem uma conformação de abertura no sistema produtivo. (ANDREOTTI, 2008, p. 15).

Até o final do primeiro período republicano, não havia um Sistema Nacional de Ensino, nem mesmo uma organização curricular que atendesse ao novo modelo de Brasil. A educação escolar era elitizada e o analfabetismo era considerado um mal social, um empecilho para o desenvolvimento. A escola republicana foi gestada

[...] na direção da construção de um sistema nacional de ensino, colocando-se a instrução pública, com destaque para as escolas primárias, sob a égide do governo central, seguindo, na verdade, a tendência dominante nos países europeus, assim como nos nossos vizinhos, a Argentina, o Chile e o Uruguai. Emergia a tendência a considerar a escola como a chave para a solução dos demais problemas enfrentados pela sociedade, dando origem à idéia da 'escola redentora da humanidade'. (SAVIANI, 2006, p. 22).

Com o processo de industrialização no país, o ensino escolar se tornou a bandeira de luta tanto de intelectuais quanto da população em geral, os quais viam na educação a oportunidade da ascensão social via escola (XAVIER, 1990).

Em meio a muitas reformas educacionais, a Primeira República se finda, dando início a Era Vargas, que aconteceu num contexto de crise social, econômica, política e partidária.

A crise partidária, que se estabeleceu principalmente entre São Paulo e Minas, levou Washington Luís, presidente do país (1926-1930), a insistir na candidatura do paulista Júlio Prestes para a sucessão à presidência da República. Essa atitude do presidente contribuiu para o rompimento do acordo da política 'café-com-leite', dando margem para o fim de seu mandato. Em meio a tantos conflitos e divergências, a Primeira República terminou com o golpe de Estado o qual aconteceu no mesmo ano que a posse de Getúlio Vargas na presidência, no dia 3 de novembro de 1930⁵.

Os vitoriosos de 1930 compunham um quadro heterogêneo, tanto do ponto de vista social como político. Eles tinham-se unido contra um mesmo adversário, com perspectivas diversas: os velhos oligarcas, representantes típicos da classe dominante de cada região do país, desejavam apenas maior atendimento à sua área e maior soma pessoal de poder, com um mínimo de transformações [...]. (FAUSTO, 2003, p. 326).

O governo de Vargas foi dividido, historicamente, em dois momentos importantes. O primeiro foi de 1930 até 1937, e foi conhecido como governo provisório, já o outro momento foi de 1937 até 1945. Esse período ficou conhecido como Estado Novo.

Vargas assumiu o poder num período em que o Brasil refletia os efeitos da crise mundial. Havia problemas com a exportação de produtos agrícolas e falta de estradas para escoamento da produção, além da necessidade de reforma tributária. Esse período é considerado como o início do processo de declínio do sistema agrícola, bem como das oligarquias agrárias e a ascensão da burguesia urbana brasileira.

⁵ Baseado no livro 'Da Revolução' de Hannah Arendt (1998), este trabalho utilizará o termo 'Golpe' em vez de 'Revolução' para nomear o período em que Vargas esteve na presidência do Brasil (1930-1945). Para Hannah Arendt, revolução está relacionada com a libertação da opressão, principalmente de tiranias. A libertação proporciona rupturas com o que está instituído, proporcionando o 'novo', politicamente falando, a revolução proporciona a participação política da sociedade e não apenas de grupos hegemônicos. A Era Vargas foi marcada por um 'governo centralizador, unitário e antiparlamentar'. (FAUSTO, 1999, p. 20).

Na passagem dos anos 20 para a década de 30, há um fator crucial que empurra o Brasil para o caminho autoritário, ou seja, a crise mundial aberta em 1929. Por seu impacto, a crise desmonta uma série de pressupostos do capitalismo liberal, que já não era tão liberal, e fornece uma boa justificativa, no plano político, para a crítica à liberdade de expressão, para a crítica ao dissenso, expresso na liberdade partidária, tidos como elementos que conduziram o país à desordem e ao caos. (FAUSTO, 1999, p. 19).

Com a intenção de diminuir os efeitos da crise e valorizar os produtos brasileiros, o governo de Vargas efetivou uma série de medidas de cunho nacionalista. Essas medidas atingiram vários setores da sociedade, entre eles, a educação.

A 'onda' nacionalista atingiu os setores produtivos no Brasil. Vargas decretou a Lei conhecida como 'Dois terços', na qual dois terços dos funcionários das empresas deveriam ser brasileiros natos. Também, foi proibida a importação de vários produtos, inclusive máquinas, com o objetivo de valorizar a produção brasileira.

Em relação à crise cafeeira,

Vargas atuou em três frentes no início da década de 30: primeiro, obteve de bancos ingleses um empréstimo no valor de 20 milhões de libras esterlinas para a compra de café paulista da safra 1929/30, buscando assim evitar a falência da cafeicultura naquele estado. Depois, para desespero dos produtores, o governo passou a queimar estoques de café de qualidade inferior, evitando o declínio mais pronunciado do preço do produto, que despencava no mercado internacional. Por fim, o governo lançou-se numa ofensiva comercial, estabelecendo acordos de venda de café com dezenas de novos países. (LEOPOLDI, 1999, p. 119).

Com as mudanças que ocorreram na sociedade, principalmente com a política de industrialização e desenvolvimento do país, a escola assumiu o centro das discussões. Por meio dela, pretendia-se vencer o analfabetismo, que tomava conta da sociedade. A preocupação com a educação fez com que fosse criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, no ano de 1930. Francisco Campos foi durante os dois primeiros anos o responsável pela pasta do Ministério. As reformas educacionais feitas por ele não foram direcionadas às escolas primárias.

Francisco Campos criou o Conselho Nacional de Educação, organizou o ensino superior, comercial e secundário no país (FAUSTO, 2003).

No ano de 1932 foi publicado o Manifesto dos Pioneiros, que foi um documento redigido por Fernando de Azevedo e assinado por um grupo de 26 intelectuais brasileiros os quais se opunham ao modelo da educação vigente. Os signatários do Manifesto (1932) teceram críticas ao modelo educacional vigente até o final do período republicano. Segundo o documento, a educação escolar, da maneira como estava organizada, era fragmentada e desarticulada. Já as reformas educacionais que aconteceram até o início da década de 1930 eram parciais e não deram conta de transformar o sistema educacional vigente (MANIFESTO, 2006).

No documento, aparece a crítica pela falta de cientificidade no ensino, considerado pelos intelectuais como verbalista e estruturado numa concepção “vencida” e tradicional, que não contribuía mais com a formação dos indivíduos numa sociedade a qual estava em transformação.

Diante de tais críticas, o modelo de educação sugerido pelo Manifesto, chamado de ‘educação nova’, deveria contar com uma educação voltada ao interesse do indivíduo e não aos interesses de classes. A educação deveria ser essencialmente pública e mantida pelo Estado, o qual também deveria ser o responsável por supervisionar as instituições privadas de ensino. Para uma educação de qualidade, deveria haver a cooperação entre família e escola. A escola deveria ser unitária, comum e igual às crianças de 7 a 15 anos, gratuita e laica. A coeducação também era defendida pelos pioneiros, bem como a continuidade da educação escolar sem rupturas entre os níveis.

A educação nova, alargando a sua finalidade para além dos limites das classes, assume, com uma feição mais humana, a sua verdadeira função social, preparando-se para formar ‘a hierarquia democrática’ pela ‘hierarquia das capacidades’, recrutadas em todos os grupos sociais, a que se abrem as mesmas oportunidades de educação. Ela tem, por objeto, organizar e desenvolver os meios de ação durável com o fim de ‘dirigir o desenvolvimento natural e integral do ser humano em cada uma das etapas de seu crescimento’, de acordo com uma certa concepção do mundo. (MANIFESTO, 2006, p. 191).

O documento traçado por princípios de cunho liberal, via na educação a condição primordial para o desenvolvimento da riqueza do país. À escola caberia formar os cidadãos produtivos, mas, de certa forma, conformados com a estrutura social vigente.

[...] os ideais liberais da escola redentora, promotora de progresso individual e social, móvel do desenvolvimento econômico, acabaram por se traduzir na acanhada defesa da ampliação do sistema tradicional que produzia elites dominantes. (XAVIER, 1990, p. 61).

As reivindicações manifestas no documento dos pioneiros influenciaram na elaboração da Constituição de 1934, na qual teve algumas reivindicações atendidas, haja vista que a Constituição apresentava a educação como um direito e o ensino religioso como facultativo. A esse respeito, o Artigo 10 da Constituição de 1934 em seu inciso VI, prescrevia que “competia à União e aos estados difundir a instrução pública em todos os seus graus” (BRASIL, 1934, p.1).

O Manifesto dos Pioneiros da Educação pode ser considerado um dos importantes legados deixados pelo século XX. Apesar de ter sido um instrumento político, o Manifesto pode ser considerado um marco referencial que inspirou as gerações seguintes, tendo influenciado inclusive, a teoria da educação, a política educacional, assim como a prática pedagógica em todo o país. As diretrizes apresentadas no Manifesto influenciaram também o texto da Constituição de 1934 que consagrou o Conselho Nacional de Educação, atribuindo-lhe como principal função a de elaborar o Plano Nacional de Educação (SAVIANI, 2004)

Já a Constituição de 1934 não perdurou por muito tempo. No ano de 1937, foi promulgada uma nova Constituição em face ao Estado Novo (1937-1945).

A carta magna de 1937 desresponsabilizou o ‘Estado Novo’ com relação à educação pública. Nesse aspecto, o Estado deixou de exercer um papel central para assumir um papel subsidiário no que concerne ao ensino.

No entanto, a partir de 1937, as linhas ideológicas que definiam a política educacional foram se orientando pela centralização, autoritarismo, nacionalização e modernização. Evidencia a política do Estado Novo de uniformidade e centralização após a luta pela democratização e estruturação do ensino público e gratuito que o movimento escolanovista dava importância. A ênfase se voltou

para a Educação Física, o ensino da moral católica e da educação cívica, por meio do estudo da História e Geografia do Brasil, instituído pelo Estado Novo. Isto veio reforçar o nacionalismo nos currículos dos cursos elementares e secundários. (BERTONHA, 2010, p. 31).

Em sequência ao projeto nacionalista, foi criada, em 1938, a Comissão Nacional de Ensino Primário, por meio do Decreto-Lei n.º 868. Esse Decreto tinha a função de nacionalizar o ensino em escolas fundadas por imigrantes, bem como era padronizar o ensino com o intuito de eliminar o 'regionalismo', principalmente em regiões nas quais havia europeus e descendentes de primeira geração⁶.

De acordo com o artigo 2º, competia a Comissão "Definir a ação a ser exercida pelo Governo Federal e pelos governos estaduais e municipais para o fim de nacionalizar integralmente o ensino primário de todos os núcleos de população de origem estrangeira" (BRASIL, 1938a).

Portanto, esse Decreto proibiu que os materiais usados nessas escolas fossem estrangeiros, para tal, todo e qualquer material utilizado ou que estivesse em circulação, principalmente na zona rural, deveria estar em português. Os professores e diretores das escolas também não poderiam ser estrangeiros. Houve mudanças até mesmo no currículo escolar, com ênfase no ensino de história e geografia brasileiras. Outros decretos foram promulgados a respeito da nacionalização, por via da educação escolar. Dentre eles,

O Decreto n.º 948, de 13 de dezembro do mesmo ano, determinou quais seriam as medidas a serem tomadas para a nacionalização do ensino, com a expansão do ensino público e do controle sobre o ensino particular nas colônias, além do fechamento das escolas que ministravam o ensino em língua alemã, instituindo o português como língua oficial. Além disso, este decreto estabelecia que estas medidas, por sua complexidade, deveriam passar para a alçada do Conselho de Imigração e Colonização. (BOMENY, 1999, p. 157).

Quando Vargas assumiu o poder, o Brasil era um país considerado regionalista. Não havia uma visão de nação, nem um povo patriótico. A noção de

⁶ Os decretos-leis foram muito utilizados durante o governo militar. A expedição do decreto-lei representava o caráter de urgência ou de interesse público relevante, e ele não podia receber emendas. Os decretos-leis tinham força de lei e foram expedidos por Presidentes da República, principalmente nos períodos de ditaduras (de 1937 a 1946 e de 1965 a 1989).

pertence estava vinculada à região onde as pessoas habitavam ou com a cultura étnica a qual pertenciam. Diante desse contexto, o Governo brasileiro temia que ideologias políticas fossem disseminadas no país, por meio dos estrangeiros, e alguns movimentos colocassem em risco a 'democracia brasileira'.

Na verdade, o Brasil democrático de Vargas seria um Estado nacional unitário, obedecendo a um único senhor, era a afirmação da autoridade do chefe central, que dava maior coesão e unidade ao País. Qualquer dissidência política em relação ao governo era vista como ato criminoso. Juntaram-se assim aos comunistas, como alvo de ações repressivas, os integralistas e os 'estrangeiros nocivos', considerados difusores de 'ideologias exóticas'. (PEREIRA, 2004, p. 54).

Após a instauração do Decreto n.º 868, voltado à nacionalização das escolas primárias estrangeiras, Getúlio Vargas assinou o Decreto-Lei n.º 1.006, de 1939, no qual censurava conteúdos e livros utilizados tanto na rede de ensino elementar como na de segundo grau.

O Decreto entrou em vigor em 1º de janeiro de 1940. Essa lei foi considerada nacionalista, uma vez que rezava, no seu artigo 22, que os livros didáticos deveriam estar escritos em língua nacional e só poderiam ser utilizados depois de serem avaliados pela comissão responsável. Caso houvesse o descumprimento dos artigos previstos na Lei, haveria penalidades, conforme o descrito no Artigo 29, nas alíneas a seguir.

a) ao autor ou editor que, violando a disposição da segunda parte do art. 16 desta lei, fizer constar no livro didático, a declaração em livro cujo uso não tenha sido autorizado, ou violar o disposto nos arts. 26 e 28 desta lei, a multa de um conto de réis a cinco conto de réis; b) aos infratores da proibição constante do parágrafo único do art. 5º, ou dos arts. 25 e 27 desta lei, e ainda aos diretores das escolas pré-primárias ou primárias e aos professores das escolas normais, profissionais ou secundárias, que, a partir de 1 de janeiro de 1940, admitirem no ensino de sua responsabilidade, livros didáticos de uso não autorizado, a multa de cem mil réis a dois contos de réis. Se não forem empregados públicos, ou, se o forem, a suspensão por quinze a sessenta dias. (BRASIL, 1939c, p. 1).

Em continuidade ao projeto de nacionalização, foi assinado o Decreto-Lei n.º 1.545, de 25 de agosto de 1939, o qual dava instruções para os estados

construírem e manterem escolas nas regiões as quais haviam sido colonizadas por estrangeiros, com o intuito de fiscalizar e direcionar o ensino que deveria ser voltado para o 'abrasileiramento' dos imigrantes.

No primeiro artigo, o Decreto-Lei determinava que:

Art. 1º Todos os órgãos públicos federais, estaduais e municipais, e as entidades paraestatais são obrigados, na esfera de sua competência e nos termos desta lei, a concorrer para a perfeita adaptação, ao meio nacional, dos brasileiros descendentes de estrangeiros. Essa adaptação far-se-á pelo ensino e pelo uso da língua nacional, pelo cultivo da história do Brasil, pela incorporação em associações de caráter patriótico e por todos os meios que possam contribuir para a formação de uma consciência comum. (BRASIL, 1939b, p. 1).

O Decreto prescrevia no artigo 4º o dever de cada órgão público federal, estadual e municipal em contribuir com o cumprimento da Lei. Em relação ao Ministério da Saúde e da Educação, era determinado a incumbência de:

- a) promover, nas regiões onde preponderarem descendentes de estrangeiros, e em proporção adequada, a criação de escolas que serão confiadas a professores capazes de servir os fins desta lei;
- b) subvencionar as escolas primárias de núcleos coloniais, criadas por sua iniciativa nos Estados ou Municípios; favorecer as escolas primárias e secundárias fundadas por brasileiros;
- c) orientar o preparo e o recrutamento de professores para as escolas primárias dos núcleos coloniais;
- d) estimular a criação de organizações patrióticas que se destinem à educação física, instituíam bibliotecas de obras de interesse nacional e promovam comemorações cívicas e viagens para regiões do país;
- e) exercer vigilância sobre o ensino de línguas e da história e geografia do Brasil;
- f) distribuir folhetos com notícias e informações sobre o Brasil, seu passado, sua vida presente e suas aspirações (BRASIL, 1939b, p. 1).

Com a leitura da Lei, é possível verificar que havia uma preocupação por parte do Governo em relação às colônias de imigrantes estrangeiros. Nesse aspecto, o artigo 8º determinava que se evitasse a junção de imigrantes da

mesma origem em núcleos próximos, e que fossem fiscalizadas as colônias já existentes⁷.

À vista da proposta 'varguista' de se 'abrasileirar' a República e de se incrementar uma consciência nacional, em 1938 o Estado Novo entrou em choque com o projeto alemão e o seu nacionalismo. Tomou força o imperativo do Estado Novo de formação de uma 'raça homogênea' e de um 'povo integral', da proteção do homem brasileiro visando o progresso material e moral do país. Por conta desta proposta, o governo de Vargas elaborou uma política de proteção à família, ao trabalho e à pátria, através da educação e do controle da imigração. Outra medida foi um projeto contra a entrada de estrangeiros em prol do 'abrasileiramento' dos núcleos de colonização. Por isso, o Estado Novo implementou leis que proibiam aos estrangeiros várias atividades econômicas e políticas. (THOMÉ, 2004, p. 11).

A política educacional desenvolvida no Estado Novo era autoritária e controladora, e para reforçar o nacionalismo nas escolas, houve mudanças no currículo escolar. Foi dada ênfase ao ensino de educação física e valorização do ensino de História e Geografia brasileiras, bem como a valorização de atividades cívicas que enalteciam o país.

A política educacional em vigor na Era Vargas determinou os rumos educacionais do país. A legislação educacional influenciou na composição do cenário escolar tanto dos grandes centros urbanos já estabelecidos quanto das regiões em processo de urbanização e desenvolvimento, como o Norte do Paraná. Dessa forma, na subseção a seguir, será discutido como se deu o processo de expansão do Norte do Paraná e a importância da produção cafeeira para a região.

⁷ Entende-se por colônia a organização de moradias de pessoas da mesma nacionalidade que se estabelecem em país estrangeiro numa mesma região.

2.2 DESENVOLVIMENTO URBANO DO NORTE PARANAENSE: ASPECTOS HISTÓRICOS

O Paraná do início do século XIX era habitado por caboclos e indígenas, mas a ocupação da região Norte do Paraná aconteceu pautada no discurso das terras desocupadas e do 'vazio demográfico' (CAPELO, 2000).

A imagem das terras vazias esteve muito presente nos documentos oficiais e nos livros didáticos que narravam a história da região. Esse discurso foi produzido pela classe dominante, a qual tinha o interesse em expandir o sistema capitalista. Para isso, era necessário "vender" a ideia de que as terras do Norte do Paraná eram desocupadas e precisavam de desbravadores para colonizar a região⁸.

Constituiu-se a ideologia de que esses territórios indígenas estavam vazios, desabitados e prontos para serem ocupados. Tal construção ocorreu dentro dos marcos da expansão capitalista que incorporou essas novas áreas ao seu sistema de produção. (MOTA; NOELLI, 1999, p. 21).

O processo de reocupação da região Norte do Paraná aconteceu por meio da expulsão de moradores da região, pois, em 18 de setembro de 1850, foi aprovada a Lei de Terras, que versava sobre as terras 'devolutas' do Império. Com a aprovação dessa lei, era necessário a comprovação da posse da propriedade mediante documentos. Quem não apresentasse o documento, perderia a posse da terra. Entretanto, a Constituição de 1891 transmitia aos Estados o poder de decisão sobre as terras devolutas. Em relação ao Paraná, faltavam recursos para colonizar as terras e a solução para o problema era investir na colonização planejada e direcionada por empresas privadas (ROSANELI, 2009).

⁸ A expressão Norte do Paraná é utilizada de maneira não precisa por pesquisadores, para alguns caracteriza uma certa unidade demográfica, econômica, política e fisiográfica, para outros a expressão é utilizada sem muita caracterização ou especificidade (NAKAGAWARA, 1981). O Norte do Paraná pode ser dividido em três áreas: o Norte Velho que vai da divisa nordeste com São Paulo até o rio Tibagi, colonizado entre os anos de 1860 a 1925; o Norte Novo, delimitado pelos rios Tibagi, Ivaí e Paranapanema, entre 1920 e 1950 e o Norte Novíssimo, que se estende do rio Ivaí ao rio Paraná e ao rio Piquiri, colonizado entre 1940 e 1960 (BERTONHA, 2010).

O Paraná foi uma província de 1853 até 1889, quando o Brasil se tornou República, após esse período, foi crescente a reocupação do estado por migrantes brasileiros oriundos principalmente de São Paulo e Minas Gerais, bem como por imigrantes europeus. Essa reocupação foi possível por meio de projetos políticos que visavam o desenvolvimento e o crescimento paranaense na economia e na política brasileiras. A política de imigração no Paraná tinha duas vertentes: a primeira, para o povoamento do território e a diversificação das atividades econômicas; a segunda, para formar a classe média, composta por pequenos proprietários rurais, artesãos e comerciantes (MAGALHÃES, 2001).

A região Norte Novo do Paraná se desenvolveu no final da década de 1920, pois, no ano de 1923, vieram ao Brasil alguns ingleses que faziam parte de uma missão chamada Montagu. O objetivo da missão era o de resolver assuntos sobre a dívida do Brasil com a Inglaterra. Dentre os que vieram estava Simon Joseph Fraser (1871-1933), conhecido como Lord Lovat. Ele ficou muito impressionado com a terra roxa do norte paranaense, e ao regressar para a Inglaterra, ele e mais alguns colegas fundaram a empresa colonizadora *Brazil Plantations Syndicate Ltd*, a qual, após ser desativada, foi substituída pela *Paraná Plantation Ltd*. No Brasil, foi criada a sua subsidiária, a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), que foi organizada por Arthur Hugh Miller Thomas (1889-1960) o qual, no ano de 1925, deu início a venda de terras da região norte paranaense (CANDOTTI, 1997).

Até o período anterior à Segunda Guerra Mundial, a CTNP esteve sob a direção dos ingleses. Devido ao conflito entre os países envolvidos com a guerra e por motivos de segurança, o governo brasileiro proibiu a propriedade de terras por estrangeiros. Essa situação ocasionou a nacionalização de várias companhias, inclusive a empresa inglesa colonizadora do Norte do Paraná. A empresa foi adquirida por um grupo de empresários paulistas, no ano de 1944, e nomeada Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, tendo, ainda, cerca de 70% de lotes a serem vendidos (STECA; FLORES, 2002).

A CTNP utilizava propagandas em jornais e folhetins convidando pessoas de vários lugares do Brasil e também de outros países, para que viessem morar no Norte do Paraná. Movidos pelas propagandas a respeito da fertilidade das terras do norte paranaense, muitos imigrantes se deslocaram para lá, no intuito de

terem uma vida melhor. A alta fertilidade das terras roxas do Norte do Paraná atraiu cerca de 33 etnias, dentre as quais estavam alemães, portugueses, japoneses, italianos, poloneses, eslavos, ucranianos, tchecos e russos, além de muitos paulistas e mineiros (STECA ; FLORES, 2002).

O estado do Paraná tinha interesses econômicos e políticos na reocupação da região, por isso, firmou parceria com várias empresas de colonização.

O Estado do Paraná acreditava que ganharia com a colonização privada, primeiro porque a venda de terras para Companhias privadas ainda que por preços baixos e doze anos para pagar, dariam maiores lucros do que a simples concessões; depois, ao serem emitidos os títulos de posse, poderiam recolher impostos dos donos dos lotes e da produção e comercialização neles desenvolvidos. (STECA; FLORES, 2002, p. 138).

A colonização da região Norte do Paraná aconteceu de maneira gradativa, tanto por parte de empresas privadas como pelo Estado. Esse processo foi iniciado pelos arredores do rio Itararé, região que ficou conhecida como Norte Velho. Na sequência, foi a região que contempla as cidades de Londrina, Maringá, Ivaiporã e Apucarana, a qual ficou conhecida como Norte Novo (LUZ, 1988).

O Paraná foi colonizado por migrantes brasileiros e por imigrantes estrangeiros. As imigrações para o Brasil começaram entre o final do século XIX e o início do século XX. Muitos imigrantes vieram para o Brasil devido aos problemas econômicos e sociais que estavam enfrentando nos países nos quais viviam.

A elevada taxa de desemprego na Europa, ocasionada pela substituição da mão de obra por máquinas, provocou o desemprego e o achatamento dos salários, o que gerou muitas greves e protestos, resultando em uma desordem econômica e social (HELOANI, 1994). Entre algumas das ações para reestabelecer a ordem nos países da Europa, estava a política emigratória, ou seja, a “política de eliminar” o excedente de pessoas, realizada por meio da emigração para países em processo de reocupação territorial, como o Brasil.

Muitos imigrantes vieram para o Brasil na esperança de terem dias melhores, almejando construir riquezas e voltar ao país de origem, outros queriam

ter condições melhores de vida para buscar os demais membros da família que haviam ficado em seu país de origem (CORTEZ, 2012).

Muitos desses imigrantes que vieram para o Paraná estavam em sua segunda imigração e sonhavam serem donos de suas próprias terras.

O desenvolvimento econômico do Norte do Paraná, baseado no modelo de inovação e do progresso pregado pelos capitalistas trouxe a triste realidade do desmatamento da floresta, assim como em outros Estados, dando espaço ao desenvolvimento da agricultura, especificamente no período de 1930 a 1963, o da produção de café. Muitos atraídos pelas propagandas, chegaram à região, vislumbrados com a possibilidade de melhorar de vida. Essa produção de riquezas fez com que esses homens, brasileiros e estrangeiros, contribuíssem de forma direta ou indireta no desenvolvimento econômico, social, político e cultural do Norte do Estado do Paraná. (LIMA, 2011, p. 50).

A iniciativa privada contribuiu com a colonização de algumas regiões do estado. Aos poucos, colônias de europeus foram surgindo e se espalhando pelo Paraná⁹.

Dentre os inúmeros motivos que fizeram com que o empreendimento da Companhia Inglesa se tornasse um sucesso, destaca-se a farta propaganda feita por todo o território nacional, bem como no exterior. A Companhia divulgava suas terras de forma a atingir os imigrantes das várias nações radicadas no Brasil. A propaganda era feita em vários idiomas: inglês, húngaro, italiano, alemão, japonês, etc. Além do Brasil espalhava seus folhetins por outros países como: Suíça, Itália, Alemanha, Áustria, entre outras. (SCHWENGBER, 2012, p. 261).

A década de 1930 foi muito importante para o desenvolvimento do Norte Novo, de acordo com Fernandes e Silva (2008), nessa década, houve a criação da Colônia Roland, por alemães; a Colônia Concórdia, de eslavos oriundos da Romênia; e a Colônia Bratislava, formada por eslavos e tchecos¹⁰. Essas colônias foram formadas em regiões de áreas rurais, onde os colonos trabalhavam com a agricultura de subsistência e, também, com a produção de café. As terras férteis

⁹ Cambé, Rolândia e Londrina presenciaram, a partir da reocupação de suas terras, a presença de imigrantes europeus que se estabeleceram na região, principalmente alemães e poloneses. A esse respeito, ver Renk (2009), Capelo (2000) e Schwengber (2012).

¹⁰ Bratislava é uma palavra de origem eslovaca e significa 'Salve irmão ou Glória Irmãos' (CAPELO, 2000).

do Norte do Paraná contribuíram para a difusão da cultura cafeeira, que foi um elemento propulsor do desenvolvimento da região.

2.2.1 Café: um capítulo à parte na história do Norte do Paraná

O café foi introduzido no Paraná entre os anos de 1850 e 1860 por colonos que trouxeram as sementes de São Paulo. As primeiras produções do café paranaense eram dedicadas apenas ao consumo local. Isso se deveu à dificuldade de transporte do produto e à falta de estradas, sendo assim, “[...] as plantações de café se expandiram de modo lento e espontâneo, quando novos agricultores paulistas e mineiros tomaram conhecimento das riquezas a serem exploradas” (POZZOBON, 2006, p. 28).

Com o passar dos anos, a cultura cafeeira deixou de ser apenas para o consumo e se tornou um produto de alta rentabilidade para o Norte paranaense. Entre os anos de 1903 e 1929, houve um incentivo à produção paranaense, esse período foi importante para a reocupação do Norte do Paraná. Mesmo com as oscilações na produção do café, ele contribuiu com o processo de colonização da região, que foi acontecendo de maneira planejada, tanto pelo governo quanto por particulares.

O período entre os anos de 1929 e 1945 foi marcado pela instabilidade da economia cafeeira no Brasil. Diante dessa crise, o plantio de outras culturas, como trigo, feijão, milho entre outras, foi intercalado com o do café, contribuindo, assim, para o desenvolvimento da região norte paranaense. Entretanto, o café assumiu um lugar de destaque nas propagandas, uma vez que foi utilizado como símbolo da fertilidade das terras roxas da região Norte do Paraná. A própria CTNP utilizou a imagem do café como um sinal de prosperidade da região, pretendendo, com isso, incentivar imigrantes a se estabelecerem na região (ANEXO A).

As grandes concessões de terras feitas pelo Estado a particulares durante a década de 1920 eram uma das fontes de renda mais promissoras. Loteadas as terras, os impostos de transferência rendiam tanto quanto a própria produção agrícola se houvesse de fato a proibição do plantio de cafeeiros, centenas de pequenos lavradores que se dirigiam ao Paraná por essa época, procedentes principalmente do de São Paulo, deixariam de adquirir terras. (CANCIAN, 1981, p. 32).

Além das propagandas a respeito da fertilidade da terra roxa, outro fator contribuiu com a colonização da região: a maneira com que as propriedades eram vendidas, com preço acessível e pagamento parcelado a longo prazo. Nas regiões de colonização, além do café, as famílias cultivavam milho, arroz, feijão, trigo, soja, frutas e legumes e criavam animais, como galinha, porco e vaca. A produção era feita pela própria família, com crianças e adultos dividindo as tarefas da propriedade e, com isso, não havia gastos com funcionários (COMPANHIA, 1977).

O café foi muito importante para o desenvolvimento paranaense. Cidades como Londrina e Jataizinho foram grandes polos de produção durante as décadas de 1930 e 1970. Esse foi o principal período da vinda de imigrantes estrangeiros e migrantes brasileiros para a região.

Além das propagandas sobre as terras produtivas do Paraná, a legislação brasileira também foi importante para o movimento migratório que estava acontecendo. Sobre isso, a Constituição de 1934, no artigo 10, inciso IV, estabelecia que competia à União e aos estados “[...] promover a colonização dos territórios” (BRASIL, 1934, p.1). Cada estado brasileiro criou políticas de incentivo à colonização, dando aos imigrantes, principalmente os europeus, condições mínimas para que se estabelecessem na região. No Paraná, foi durante o governo de Manoel Ribas (1932-1945) que a Companhia de Terras se solidificou, havendo uma aceleração da colonização das terras paranaenses, incentivadas por políticas imigratórias¹¹.

Como reflexo das campanhas publicitárias e das políticas públicas de apoio a reocupação do Estado, o Paraná, mais especificamente a região Norte Novo do Paraná, recebeu, entre os anos de 1930 e 1960, muitos migrantes oriundos de

¹¹ Manoel Ribas foi o interventor do Paraná de 1932 a 1945. Ele nasceu no dia 8 de março de 1873 e faleceu, em Curitiba, em 28 de janeiro de 1946.

outros estados e imigrantes estrangeiros que vieram para o Paraná, atraídos pela cultura cafeeira¹².

No processo de colonização de Londrina e região, muitas crianças deixaram de frequentar a escola não só pela falta de vagas ou pela distância entre a escola e a propriedade onde morava, mas, principalmente, por serem consideradas como mão de obra para as lavouras de café.

Na imagem que segue, é possível observar um grupo de colonos trabalhando no cultivo do café na região de Londrina. Ao fundo na imagem, aparece parte da vegetação nativa, semelhante a que foi derrubada para dar lugar a plantações de grãos, num período em que Londrina ainda estava em processo de colonização. É notória a presença de animais domésticos, de mulheres e de crianças trabalhando na colheita do café, o que demonstra que o trabalho nas lavouras era realizado por todos os membros da família, e mesmo as crianças contribuía na colheita das lavouras de café.

Figura 1 - Colonos na plantação de café na região de Londrina ([194-])



Fonte: CHOMA, [200-]

¹² Nesse período foi marcante a presença de japoneses na região Norte do Paraná (Capelo,2000).

Situações como essa demonstram que, no processo de colonização de Londrina e região, muitas crianças deixaram de frequentar a escola não só pela falta de vagas ou pela distância entre a escola e a propriedade onde moravam, mas, principalmente, por serem consideradas como mão de obra para as lavouras de café. Nesse período, era comum que as crianças e os adolescentes contribuíssem com a produção dos produtos agrícolas, sendo assim, muitas delas não tinham tempo para brincar e não frequentavam a escola e quando a frequentavam era por um curto período. Contudo, o trabalho no campo não era fácil e ocupava grande parte do tempo das famílias, nesse aspecto os imigrantes que reocuparam o território norte paranaense utilizavam a escola como espaço para a promoção e preservação da identidade étnica cultural do grupo ao qual pertenciam.

2.3 EDUCAÇÃO NO CONTEXTO PARANAENSE

O Paraná vivenciou, na segunda metade do século XIX, várias transformações políticas, econômicas, culturais e sociais. O aumento populacional e o desenvolvimento da região foram marcados por políticas de ocupação territorial. Assim como no restante do país, o Paraná também foi influenciado por ideais de modernização e desenvolvimento, nesse aspecto, a educação foi

[...] concebida como elemento indispensável ao progresso social, tornando-se tema de debates, foi destacada como algo fundamental para a formação do cidadão, no processo de assimilação cultural por imigrantes e na preparação para o trabalho. O ideário da necessidade de educar as classes populares e dispor maior oferta de educação a toda a população em condições de recebê-la fortaleceu-se ao lado do entendimento de que problemas sociais poderiam ser resolvidos, em parte, pela educação. (MELO; MACHADO, 2010, p. 248).

O final do século XIX foi marcado pela abertura de escolas no país, principalmente nos locais onde havia grupos de imigrantes estrangeiros. Esse movimento se estendeu pelo século XX e aconteceu de acordo com o processo

de reocupação das regiões. No Paraná, a presença de imigrantes europeus contribuiu com a abertura de escolas étnicas, que deram início ao processo educacional em muitas regiões do Estado¹³.

As escolas étnicas marcaram presença no Paraná no início do século XX. As escolas étnicas religiosas eram administradas pelas congregações religiosas oriundas dos países de origem dos imigrantes. Nessa modalidade de escola, o ensino era ministrado no idioma de origem do grupo, sendo que o ensino religioso era ministrado na escola. Esse modelo de escola era construído e administrado pelas congregações religiosas, e os professores também eram religiosos. Eram escolas privadas e algumas funcionavam como internato e externato (RENK, 2009).

As escolas étnicas subvencionadas eram escolas comunitárias nas quais, “[...] a partir de 1918, o pagamento do professor passou a ser efetuado pelo governo estadual ou federal, como efeito da primeira tentativa de nacionalização do ensino” (RENK, 2009, p. 19). Nessas escolas, o ensino era ministrado no idioma nacional e havia exigência de quantidade mínima de alunos. Não havia um consenso sobre tais escolas, pois o Estado as considerava como escolas públicas, devido ao fato de pagar subvenção, mas as comunidades étnicas as reconheciam como escolas étnicas. Tinha-se também a escola étnica comunitária, ou sociedades-escola, que eram construídas por meio de iniciativas comunitárias, funcionando em espaços próprios. Era comum que esses grupos étnicos formassem associações ou ‘sociedades’ para dirigir as escolas. Essas organizações eram responsáveis pela cobrança de mensalidades, pela contratação e pagamento do professor e por comprar material e mobília para a escola. Em relação à organização, quando não havia controle estatal, elas não seguiam os currículos nem a organização das escolas públicas. O professor era um membro da comunidade e nem sempre tinha formação específica, e as aulas eram ministradas na língua de origem do grupo (RENK, 2009).

As escolas primárias públicas do Paraná, assim como as do restante do país, tinham a função de abrigar o estrangeiro, mas, também, de contribuir

¹³ O fato de os estrangeiros abrirem escolas étnicas não tinha relação direta com a falta de escolas públicas, era uma questão de preservação da identidade cultural. Os grupos étnicos abriam suas escolas mesmo em regiões nas quais havia escolas mantidas pelo poder público. A esse respeito, ver Emer (2013), Seyferth (1999) e Renk (2009).

com o desenvolvimento da região. A presença de imigrantes estrangeiros e a abertura e funcionamento de escolas étnicas no Sul do país eram consideradas pela elite brasileira como uma ameaça à sua hegemonia (MAGALHÃES, 2001).

Na Primeira República, a legislação educacional no Paraná não foi cumprida em sua totalidade por vários motivos, dentre os quais, destacam-se problemas econômicos e de falta de professores e de estrutura das escolas¹⁴.

No Paraná, as determinações legais sobre o ensino esbarravam com problemas de ordens diversas, inviabilizando a implementação de medidas inovadoras na rede de ensino. Por outro lado, a inadequação e a incoerência das medidas, inapropriadas à realidade econômica, evidenciaram o grau de distanciamento entre o que se pretendia fazer e o que se podia fazer. (OLIVEIRA, 2001, p. 145).

Nos primeiros anos do século XX, as regiões rurais do Paraná eram habitadas por migrantes brasileiros e imigrantes europeus, que possuíam pequenas propriedades nas quais se dedicavam à agricultura e à criação de animais. Já as escolas étnicas foram construídas para alfabetizar os filhos dos imigrantes, que construíram escolas como meio de preservar a identidade étnica e cultural.

A questão da nacionalidade foi sempre ressaltada pela autoridades que anteviam o perigo da desnacionalização entre alunos daquelas escolas, gerando dificuldades de adaptação e assimilação cultural dos diferentes grupos de estrangeiros. Em muitos casos, havia escolas que ensinavam somente na língua do grupo - polonês, italiano ou alemão – num desconhecimento total da língua nacional, com a idéia de preservação da identidade cultural. (OLIVEIRA, 1999, p. 6)

Em muitas regiões, essas escolas começaram em casas de pessoas da comunidade, na casa dos professores ou por iniciativa de particulares, mas nem sempre a pessoa responsável pela instrução das crianças tinha formação para tal. O trabalho era realizado por algum membro da comunidade, que organizava as

¹⁴ Entre outros fatores, a falta de escola pública no Paraná aconteceu porque o Estado, até a Primeira República, não contava com a reocupação e a urbanização de todo o seu território. Essa reocupação aconteceu de maneira processual e planejada, principalmente no final do período republicano. A “colonização” das regiões Norte Novo e Norte Novíssimo data a partir da década de 1930.

crianças em pequenos grupos ao redor de uma mesa para alfabetizá-las. Esse tipo de instrução não era formal, mas tinha regularidade e objetivava o processo da aprendizagem, perdurando em várias regiões do Paraná. “Essa prática de escolarização era exercida por alguém do grupo social estabelecido que tinha disponibilidade e condições mínimas de ensinar, sem nenhum ato oficial, sem nenhuma regulamentação” (EMER, 2013, p. 132).

Outra forma de ensino existente no período era o que acontecia na Casa Escolar Particular, na qual, geralmente, um grupo formado por migrantes brasileiros e/ou imigrantes estrangeiros instruíam as crianças da comunidade. Nesse modelo de educação a pessoa nomeada pela comunidade, mesmo não tendo formação para dar aula, deveria ter um nível maior de conhecimentos, além disso, era escolhido um local apropriado para que as aulas acontecessem. Muitas dessas “casas” eram construídas com recursos oriundos do país de origem dos imigrantes ou eram mantidas por instituições religiosas. Nesse caso, exigia-se do professor uma melhor qualificação. Tanto a educação domiciliar quanto a casa escolar no Paraná eram muito parecidas com o modelo de educação que existiu no Sul do país, nas colônias de imigrantes europeus (EMER, 2013).

Mesmo com o aumento gradativo de escolas públicas e com políticas de formação de professores, o analfabetismo, no Paraná, na primeira metade do século XX, era visto como um ‘mal’ a ser vencido, principalmente em regiões de recente ‘colonização’.

As políticas nacionais de educação na Primeira República apontam preocupação com o ensino no sul do Brasil, sobretudo por existir na região um grande número de escolas estrangeiras e o ensino público ser insuficiente para a demanda local. O governo federal procura resolver tais problemas através de legislação e subvencionando escolas que cumprissem as determinações federais, porém pouca foi a evolução alcançada durante todo o período da Primeira República. (SOLIGO, 2008, p. 82).

Desde o período republicano até o final da Era Vargas, o Estado do Paraná buscou, no projeto educacional, a solução em abrasileirar os muitos imigrantes estrangeiros que aqui viviam. Para isso, foi necessária a implantação de escolas públicas, principalmente nos núcleos onde residiam estrangeiros.

A passagem pela escola primária, fosse em escolas urbanas ou rurais, nos grupos escolares, escolas reunidas e isoladas do estado, daria, assim, às crianças das camadas populares uma cultura de referência comum. Essa cultura de inegável conteúdo nacional prestava-se à construção da nacionalidade brasileira. O estudo da língua pátria, como o próprio termo expressava, constituía um instrumento de integração e unidade nacional. (SOUZA, 2008, p. 59).

A Era Vargas foi marcada pela expansão da rede pública escolar, mas também por problemas no que concerne a oferta de vagas e a permanência dos alunos nas escolas públicas.

A esse respeito o *Jornal Paraná-Norte*, na edição de 1º de janeiro de 1940, apresentou um relatório de como se encontrava a educação no Estado do Paraná com o título de “O ensino público no Paraná”¹⁵. O tema abordado na matéria era a respeito da preocupação com a alfabetização dos paranaenses pelo então interventor do Estado do Paraná, Manoel Ribas, e o Diretor Geral de Educação, Hostílio de Araujo. No texto, aparece o relatório de como se encontrava a educação no Paraná no período de 1932 a 1938.

Quadro 1 - O Ensino Primário no Paraná – Jornal Paraná-Norte (1940)

Ano	Unidades escolares	Professorado	Matrícula efetiva	Frequência média	Conclusão de curso
1931	1.000	2.003	42.052	32.613	2.308
1932	1.047	1.625	45.988	33.907	2.647
1933	957	1.590	46.122	31.889	2.827
1934	1.086	1.762	49.943	38.245	2.862
1935	1.011	1.647	47.197	37.621	3.408
1936	1.119	1.862	50.983	41.685	3.705
1937	1.227	2.153	55.018	42.827	4.069
1938	1.299	2.342	58.108	47.483	4.415

Fonte: Museu Histórico de Londrina

Os dados mostram que houve oscilação na quantidade de unidades escolares no Paraná durante a década de 1930. Essa oscilação se deve, em

¹⁵ O *Jornal Paraná-Norte* era de propriedade de Humberto Puiggari Coutinho e esteve em circulação em Londrina e região entre os anos de 1934 e 1953. Neste trabalho será mantida a grafia original das palavras e textos produzidos no jornal.

parte, à construção de Grupos Escolares, os quais substituíram outros modelos de escola, como as isoladas e as casas escolares. Há de ser considerado, ainda, que, nesse período, o Paraná estava em processo de expansão, havia regiões pouco habitadas e grande parte da população morava em regiões rurais, onde toda a família se dedicava ao cultivo da terra e à criação de animais. Sendo assim, muitas famílias não viam a necessidade da educação escolar para seus filhos, os quais, quando iam para a escola, cursavam apenas os primeiros anos até serem alfabetizados e depois abandonavam os estudos, dessa maneira, o número de concluintes que aparece no quadro é bem menor do que o de ingressantes.

Em relação a não permanência dos educandos na escola, outro fator importante a ser mencionado é o fato de que as crianças eram utilizadas como mão de obra rural. A desistência dos alunos também acontecia pelo alto índice de reprovação existente no período, haja vista que esse foi um dos legados deixados pelos grupos escolares (SAVIANI, 2006).

De acordo com os dados apresentados no jornal, havia variação na quantidade de pessoas que concluíam o curso, em média, 5% das crianças que ingressavam na escola conseguiam concluir o curso.

O Relatório de Governo apresentado pelo Interventor do Paraná Manoel Ribas a Getúlio Vargas no período de 1937-1942, também apresentou um panorama geral da educação pública no Estado. No documento, Manoel Ribas afirmava que, no ano de 1942, havia no Paraná 1.966 unidades escolares, sendo que destas apenas 87 eram grupos escolares. O número de professores era de 3.587, enquanto que o total de matriculados chegava a 123.776. Entretanto, a frequência era de 75.025 alunos, mas apenas 7.465 alunos concluíram o curso primário (PARANÁ, 1942, p. 15).

Mesmo com a expansão das unidades escolares que saltaram de 1.299, no ano de 1938, para 1.966, no ano de 1942, o número de concluintes ainda era pequeno em relação ao número de ingressantes. Os dados revelam o caráter ainda excludente da educação escolar pública, pois que a escola não era para todos. Enquanto a grande massa popular dedicava-se ao trabalho, que tinha início ainda na infância, a elite dominante podia dedicar-se aos estudos nas melhores instituições do país e fora dele.

Além da dificuldade de acesso à escola, ainda faltava escolas públicas na região, a quantidade de grupos escolares no interior do Paraná na primeira metade do século XX era insuficiente e essa situação permitiu a coexistência dos grupos escolares e das escolas isoladas¹⁶. De acordo com Capelo (2000), a escola isolada originária do período imperial continuou presente nas regiões rurais do Paraná até meados do século XX, entretanto, pode-se afirmar que, apesar da declaração da autora, estudos demonstram que as escolas isoladas presentes nas regiões rurais atravessaram o século XX. Desse modo, não pode ser desconsiderada a importância das escolas isoladas para o processo de educação do povo paranaense¹⁷.

A expansão das escolas primárias públicas no Paraná estava atrelada a quantidade de professores disponíveis que “[...] para obterem a nomeação deveriam comprovar idade mínima de 18 anos, conduta moral, capacidade profissional e professar a religião do Estado” (MIGUEL, 2006, p. 190). A esse respeito, o *Jornal Paraná-Norte*, de 7 de janeiro de 1940, noticiou a dificuldade em abrir escolas na região Norte do Paraná, principalmente na zona rural (ANEXO B).

A dificuldade era, principalmente, pela falta de professores formados em escolas normais, o que contribuía para que professores leigos assumissem tal tarefa. Entretanto, “[...] as nomeações por influência política desconsideravam a capacidade profissional do futuro professor, o que favorecia a precariedade da formação docente nesse momento histórico” (FARIA, 2010, p. 27).

A ausência de professores qualificados se dava por vários fatores, dentre eles, o fato de que a profissão docente não era muito atrativa, pois os professores recebiam baixos salários e muitos desses professores acabavam investindo dinheiro próprio na compra de materiais e no pagamento de aluguel dos prédios escolares, o que nem sempre era ressarcido pelo poder público. A falta de instituições formativas também era um obstáculo para a formação docente. Nesse cenário, o magistério era uma carreira pouco almejada.

¹⁶ A escola isolada era composta por uma turma de alunos com diferentes idades e níveis de conhecimento, desta forma, o professor ministrava aulas para classes diferentes em uma única turma (FARIA FILHO, 2000).

¹⁷ A Secretaria Municipal de Educação de Cambé tem, em seus arquivos, uma vasta documentação sobre as escolas isoladas instaladas na região rural de Cambé que estavam em funcionamento até o final do século XX.

Da maioria do magistério primário, dessa maioria que vive propriamente do ordenado, não poderá sahir o professorado para um districto longínquo, mormente daqui do norte, onde a vida é caríssima. Por isso, seria uma utopia pensar em promover cadeiras no norte com moços e moças sahidos das escolas normais. Elles não poderão viver num meio estranho e de vida difícil. O recurso é lançar-se mão dos leigos, residentes nos districtos da própria escola. (PELA, 1940, p. 3).

Conforme o descrito no jornal, muitas escolas de Londrina e região tinham professores sem formação, pertencentes à própria comunidade, principalmente as escolas de regiões rurais. De acordo com os dados do IBGE, em 1940, 2/3 da população brasileira estava concentrada nas áreas rurais, logo, o país possuía características eminentemente agrícolas, com forte presença da agricultura de subsistência e do grande latifúndio.

Nesse período, a quantidade de analfabetos no Brasil era de 56,8%, enquanto no Paraná o índice era de 51,4%. Em relação às crianças da idade de 7 a 14 anos que frequentavam a escola na década de 1940 o índice é de 34,2% no Paraná, enquanto no Brasil esse índice era de 30,6%¹⁸.

A falta de escolas e a atuação de professores leigos na educação paranaense foram considerados empecilhos para o projeto desenvolvimentista do estado. A lentidão no processo de expansão do ensino primário nos primeiros anos do século XX e outros problemas – como precariedade dos edifícios escolares, alta seletividade do ensino primário, carência de material didático e mobiliário, falta de um padrão no ensino, falta de professores e o não suprimento da demanda escolar, foram alguns dos fatores que suscitaram críticas ao poder público e ao modelo de escola instituída.

Fatores políticos e educacionais que ocorreram no Brasil no período republicano e na Era Vargas também influenciaram as regiões em processo de reocupação como o Norte Novo paranaense. Nesse aspecto, o exposto até aqui apresenta transformações significativas que ocorreram na sociedade no período da instalação da Escola Bratislava. Essas mudanças aconteceram de maneira singular na região estudada, no entanto, elas foram influenciadas pelo contexto maior. Sendo assim, para discutir como aconteceu a efetivação do processo

¹⁸ Para efeito de contagem de analfabetos, na década de 1940, foi considerado, pelo Censo, as pessoas com 10 anos ou mais de idade que sabiam ler e escrever um bilhete simples.

educacional em Cambé, é necessário retomarmos o contexto em que a região foi criada, bem como a relação existente com o município de Londrina.

2.4 LONDRINA E CAMBÉ: O DESTINO PLANEJADO

O norte paranaense foi colonizado pela Companhia de terras Norte do Paraná, que adquiriu, entre os anos de 1925 e 1927, a quantidade de 515 mil alqueires paulistas de terra, com o intuito de vender os lotes urbanos e rurais. O núcleo de colonização do Norte do Paraná, Jataizinho, foi criado pelo decreto imperial em 2 de janeiro de 1851, mas a fundação só ocorreu em 8 de dezembro de 1854, e foi um importante polo de acesso para a região de colonização do Norte Novo.

O desenvolvimento da região, feita pelos interesses capitalistas, fez-se pelas vendas de lotes rurais. Os colonizadores agricultores vieram dispostos a abrir matas, fazer a limpeza do terreno e investir na plantação da agricultura, principalmente com produtos para sua subsistência. As companhias tinham interesse em desenvolver uma infraestrutura necessária à região, construindo estradas, fundando municípios e promovendo o desenvolvimento econômico. (LIMA, 2011, p. 48)

A região de Londrina pertencia à Comarca de Tibagi. A vila era habitada principalmente por posseiros que foram expulsos de outras regiões paranaenses no período da colonização. Há registro da habitação de indígenas e de posseiros na região Norte do Paraná em período anterior ao da colonização.

A presença indígena, no Paraná, foi destruída pela marcha pioneira da modernização, o índio que aqui estava, dono da terra, foi expulso pelo branco, sendo desrespeitado em todos os seus aspectos, tendo suas reservas ameaçadas e deixando de preservar sua cultura. A relevância da presença indígena no Paraná foi registrada por meio dos nomes indígenas colocados em fazendas, riachos e cidades paranaenses. (LIMA, 2011, p.51).

Londrina foi fundada em 22 de agosto de 1929 com a chegada de um grupo de colonizadores, que derrubaram parte da mata (STECA; FLORES, 2002).

Tempos depois, Londrina veio a pertencer à Comarca de São Jerônimo e, em 1931, já se tornara um 'próspero povoado', administrado pelo Município de Jatahy. Em 10 de dezembro de 1934, pelo decreto n.º 2.519, passou a Município de Londrina, Distrito Judiciário da Comarca de Jatahy e, 5 anos mais tarde, foi elevado à categoria de Comarca (BRANCO; MIONE, 1959).

A empresa loteadora tinha planos definidos ao lotear as terras do Norte paranaense, por isso investiu na criação e na colonização de quatro grandes cidades, a saber: Londrina, Maringá, Cianorte e Umuarama. Esses centros urbanos foram previamente planejados para que as cidades ficassem cerca de 100 quilômetros de distância umas das outras, e entre esses espaços seriam construídas cidades menores, como Cambé, por exemplo (STECA; FLORES, 2002).

Havia, por parte tanto do governo paranaense como da própria empresa colonizadora, o interesse em divulgar que as terras do Paraná eram desabitadas e de boa qualidade, sendo assim, haveria mais interesse na compra de lotes por parte dos futuros proprietários (FOGARI, 2011). Muita propaganda foi espalhada pelo Brasil e também para alguns países da Europa, no intuito de atrair possíveis compradores das terras do Norte do Paraná. Para a consolidação desse projeto, foi realizada a parceria entre a empresa colonizadora e o *Jornal Paraná-Norte*, o qual divulgava propagandas a respeito das regiões que estavam sendo colonizadas.

Em pesquisa ao acervo do jornal, foi possível verificar que muitas páginas apresentavam o anúncio de vendas de lotes urbanos e rurais, bem como não faltavam manchetes e matérias as quais enalteciam as terras férteis, anunciando o rápido desenvolvimento da região. Acreditando no sucesso das propagandas, a Companhia de Terras Norte do Paraná construiu seu primeiro acampamento nas terras da futura Nova Dantzig no ano de 1931, dando início ao processo de reocupação da região.

É possível verificar que o investimento financeiro, por parte da loteadora, no jornal se dava por meio de muita propaganda, que apresentava imagens da terra fértil, depoimento de adquirentes de propriedades, bem como o plano de pagamento dos lotes e glebas, o qual acontecia de modo facilitado com o parcelamento do valor da propriedade (ANEXO C).

Além da propaganda, a empresa responsável pela colonização também firmou acordos internacionais com regiões da Europa para trazer imigrantes para a região. No ano de 1931, foi firmado um acordo entre a CTNP e o Senado de Danzig que previa a imigração para o Norte do Paraná. Esses imigrantes se estabeleceram na região de Londrina e fundaram a Nova Dantzig, que durante alguns anos foi patrimônio de Londrina. O nome dado à região foi escolhido pela Companhia de Terras Norte do Paraná em homenagem aos imigrantes que vieram de Danzig. O patrimônio foi dividido em zona rural, a qual era chamada de Neu Danzig, e centro urbano, conhecido como Nova Dantzig (STECA; FLORES, 2002).

A CTNP destinou glebas para a formação das colônias, sendo que essas colônias ficariam ao redor das vilas (futuros núcleos urbanos) para que elas gerassem produtos agrícolas para a manutenção dos moradores da região. A primeira colônia de imigrantes instalada na região de Cambé foi a colônia de "Neu Danzig", no ano de 1932, composta por cerca de 27 pessoas vindas da cidade de Danzig para o Brasil, no navio Madrid em dezembro de 1931. Mesmo sendo de Danzig, os imigrantes eram de origem alemã, devido a influência da Alemanha na região de Danzig¹⁹.

Em 1931, chegaram na cidade-estado os panfletos da CTNP que divulgavam as férteis terras para a agricultura a preços acessíveis, bom clima e inúmeras vantagens para quem se instalasse no Brasil, mais precisamente, no norte do estado do Paraná. Diante disso, o Senado da cidade Livre de Danzig estabeleceu comunicação com a CTNP, firmando um contrato para a instalação de uma colônia, firmando um contrato para a instalação de uma Colônia, formada por imigrantes danziguenses, na matas virgens do norte do Paraná. (CORTEZ,2012, p. 29).

A segunda colônia instalada foi a Bratislava, composta por imigrantes oriundos de várias localidades da Europa, principalmente eslavos, mas que

¹⁹ Desde o século XV, Danzig pertencia à Polônia, entretanto, no século XVIII, foi invadida e ocupada pelos prussianos. Em 1793, Danzig é separada da Polônia e cai em decadência. Com o término da Primeira Guerra, é assinado o Tratado de Versalhes, em que a Alemanha foi obrigada a reconhecer a independência da Polônia e, ainda, renunciar à Danzig. Entretanto, a Polônia não recebeu de volta a cidade de Danzig, que era uma cidade portuária. Danzig se tornou uma 'Cidade Livre', sob a proteção da Liga das Nações (CORTEZ, 2012).

estavam em sua segunda imigração, pois antes de virem para a região já haviam passado por outros estados brasileiros. A colônia Bratislava foi uma colônia mista, habitada por pessoas de várias etnias. Já a terceira colônia a ser instalada na região foi a colônia “Lorena”, com predominância de japoneses (CORTEZ, 2012).

Muitos imigrantes que chegavam à região ficavam alguns dias no Hotel de Neu Danzig, conhecido como Hospedaria ‘Danziger Hof’, até que se estabelecessem em suas propriedades. Esse hotel é considerado como a primeira construção realizada pela CTNP em Nova Dantzig, bem como o marco inicial do município de Cambé, o qual ficava na região da colônia Bratislava.

Nas realizações empresariais, a prévia instalação dos hotéis e de seus escritórios indicava por onde os pioneiros deveriam inaugurar os procedimentos para seus empreendimentos pessoais e/ou familiares. Os prestadores de serviço ou casas comerciais eram indispensáveis para que as atividades do cotidiano de sitiantes e cidadãos pudessem se organizar; as serrarias e os pesados maquinários constituintes fundamentais para o aproveitamento local do fruto do corte da floresta e para as primeiras economias. Eram bases de suprimento e, muitas vezes, de troca comercial. (ROSANELI, 2009, p. 71).

Como forma de preservar a história do início de Cambé, a região onde existia a hospedaria foi transformada no Parque Histórico Municipal Danziger Hof, que está localizado na estrada do Bratislava, no município de Cambé. O parque foi inaugurado em 15 de novembro de 1995 e contempla uma área de 90 mil metros quadrados, nos quais foram preservadas a mata e os mananciais, bem como a história local. Atualmente, o local está fechado para visitas.

No período da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o Governo Brasileiro determinou que todas as cidades cujos nomes homenageassem a Alemanha tivessem seus nomes substituídos por nomes nacionais. Nova Dantzig teve sua nomenclatura alterada para Cambé, mediante assinatura por parte do Governo do Estado, pelo Decreto-Lei n.º 199, de 30 de outubro de 1943, que foi publicado no Diário Oficial no dia 13 de janeiro de 1944. O nome Cambé foi escolhido por ser de origem Kaingang e significa ‘veado’, animal que vivia na região no período anterior a colonização (CAMBÉ, 1992).

O processo de colonização da região aconteceu rapidamente, o *Jornal Norte-Paraná*, na edição do dia 9 de setembro de 1935, noticiava o

desenvolvimento do povoado, que contava com 2 açougues, 1 oficina de ferreiro, 1 oficina mecânica, 2 selarias, 1 sapataria, 1 tinturaria, 1 hotel, 5 pensões, 16 estabelecimentos comerciais de diversos gêneros, 2 farmácias, 3 barbearias, 1 agência bancária, 2 escolas particulares e 1 municipal, 1 gabinete médico, 2 serrarias a vapor, além de um cinema em construção, água encanada, 1 linha telefônica, linhas de jardineira e a estrada de ferro em construção.

Nova Dantzig, tão bem colocada entre Londrina e Rolândia, deixou de ser aquele pequeno povoado sombrio e melancólico, de a menos de um ano, para transformar-se em uma verdadeira cidade, centro formidável de trabalho e progresso, dispondo sem exagero, de todos os recursos. (CARDOSO, 1935, p. 101).

A chegada da estrada de ferro, no ano de 1935, contribuiu tanto para o desenvolvimento de Nova Dantzig como para a vinda de mais imigrantes para a região. O jornal em circulação, *Jornal Paraná-Norte* noticiou, em 18 de agosto de 1935: “Chegou a Nova Dantzig, a ponta de trilhos da E.F.S.P.P”. Segundo a notícia, havia, na inauguração, cerca de 700 pessoas oriundas de Londrina e Rolândia, além dos moradores locais. A nota afirmava que junto ao apito da locomotiva chegava o progresso na região (1935, p.2.).

A notícia da inauguração da estação ferroviária foi notícia também na edição de 1 de dezembro de 1935, na qual há um agradecimento a Wallace H. Mortan, engenheiro da obra, bem como a James Lister Adamson, superintendente da Companhia e chefe da construção. Há, também, agradecimentos a empresa A.E.F. São Paulo-Paraná, que “[...] realiza o milagre da construção da estrada de penetração que não custa nenhum sacrifício ao país” (NOVA, 1935, p.1).

Enquanto o centro urbano de Nova Dantzig se desenvolvia, a colônia de Danzig (zona rural) não prosperava conforme os planos da empresa colonizadora. Dentre os motivos para o declínio da colônia, destaca-se a inexperiência dos imigrantes com propriedades rurais. Os estrangeiros europeus que vieram no intuito de formar a colônia de Danzig não estavam acostumados a viverem numa situação tão rudimentar como a que encontraram na época.

Devido às muitas dificuldades vivenciadas pelos imigrantes, a colônia de Danzig não se tornou um projeto bem sucedido, sendo assim, os estrangeiros que tinham algum recurso financeiro voltaram para sua terra natal em Danzig. Alguns

imigrantes deixaram a colônia na zona rural e se mudaram para a Villa de Nova Dantzig (região urbana de Cambé), para exercerem suas profissões.²⁰ Há relatos de imigrantes que se mudaram para São Paulo, enquanto outros foram morar na região de Rolândia, onde existiam outros grupos de alemães (CORTEZ, 2012).

Já a colônia Bratislava recebeu imigrantes que estavam em sua segunda imigração, pois antes de virem para a região Norte do Paraná eles passaram um bom período trabalhando nas propriedades rurais de São Paulo (TIRANDELLI, 1988). A experiência que obtiveram com a estadia em outros lugares brasileiros contribuiu para que os primeiros moradores da Colônia Bratislava conseguissem superar as dificuldades do idioma, da alimentação, do clima e do trabalho na agricultura.

Com o crescimento da região, a Vila de Nova Dantzig, que contava com uma população de 2.000 pessoas, foi elevada a categoria de Distrito Judiciário, em 1937, pela Lei n.º 191, de 9 de outubro do mesmo ano. Já a emancipação se deu no dia 10 de outubro de 1947. Em relação aos imigrantes europeus, que foram os pioneiros na região, apenas 7 famílias se estabeleceram e ainda vivem na região. As famílias são: Noske, Tkotz, Kück, Nilson, Wichamann, Lapuse e Neudan (CORTEZ, 2012).

A cafeicultura paranaense contribuiu para que, a partir da década de 1930, a região Norte se integrasse de maneira mais sólida à economia paranaense. Com o contato cada vez maior com a cafeicultura paulista e com a expansão das ferrovias entre os dois Estados, configurou-se o povoamento de um território que passaria a denominar-se Norte Novo (TRINDADE; ANDREAZZA, 2001).

O desenvolvimento da região Norte do Paraná se caracterizou, nas primeiras décadas do século XX, pelo movimento de migração e imigração, no qual boa parte da população se estabeleceu no Norte pioneiro do Estado para fazer o plantio e a comercialização do café.

A expansão do território foi processual, atingindo, no decorrer da década de 1930, as regiões denominadas Norte Novo e Norte Novíssimo. Com o desenvolvimento dessas regiões, houve o aumento populacional tanto na zona urbana quanto na rural, e, nesse contexto, tornou-se urgente a abertura de

²⁰ Entre os imigrantes que vieram de Danzig havia muitos comerciantes, serralheiros, construtores, domésticas e pintores (CORTEZ, 2012).

escolas primárias para alfabetizar a população e colocar em prática o ideário Republicano de expansão da escolarização, que tinha como objetivo suprir as demandas sociais no processo acelerado de urbanização e de expansão da industrialização.

O objetivo desta seção foi o de analisar a relação existente entre o desenvolvimento econômico e a expansão escolar na região Norte do Paraná e de como a região foi influenciada pelas mudanças ocorridas na sociedade como um todo. Discorreremos sobre o contexto histórico brasileiro e paranaense no período republicano e na Era Vargas; foi apresentado o panorama histórico da reocupação do Norte do Paraná, bem como o desenvolvimento das cidades de Londrina e Cambé; e o panorama da escolarização primária no Paraná, com a presença de escolas isoladas e com a criação dos Grupos Escolares.

3 OS PRIMÓRDIOS DA EDUCAÇÃO EM CAMBÉ

A compreensão da constituição inicial do processo de escolarização primária em Cambé é necessária para reconstruir a história da primeira escola rural de Cambé, pois compreender e explicar a importância histórica de uma instituição é fundamental para atribuir a ela um sentido histórico. Isso não acontece apenas por descrições ou narrações factuais, é necessário contextualizá-la diante dos fatos que ocorreram na comunidade e na região onde ela está inserida, analisando o percurso pelo qual ela trilhou para a compreensão de sua história (MAGALHÃES, 1999).

Sendo assim, é importante, também, compreender a história anterior a ela e outros formatos de escolarização que coexistiram: o das escolas isoladas e o das escolas étnicas, haja vista que todas as mudanças ocorridas na sociedade brasileira se manifestaram de formas singulares na região pesquisada, seja por ordem da Lei, seja pela influência cultural.

3.1 EDUCAÇÃO ESCOLAR EM NOVA DANTZIG

A educação escolar em Cambé teve início no período em que ainda era denominada Nova Dantzig. O processo educacional aconteceu por iniciativa de particulares, que fundaram as primeiras escolas da região entre os anos de 1934 e 1940.

As primeiras escolas de Nova Dantzig foram: a Escola Particular de Nova Dantzig (1934), que no ano de 1935 foi municipalizada sendo considerada a primeira escola pública de Cambé; a Escola Alemã (1935); a Escola Bratislava (1936); a Escola 'D. Pedro II' (1939); e o Grupo Escolar Olavo Bilac (1940).

A primeira escola particular de Cambé foi fundada no dia 1 de agosto de 1934 pela professora Izaura Ferreira Neves²¹. O nome da escola era 'Escola Particular de Nova Dantzig'. Por ser uma instituição particular, cada aluno contribuía com o valor de 70 mil réis.

O fato de o pai da professora Izaura Ferreira Neves ser funcionário da CTNP contribuiu para a abertura da escola, pois segundo o depoimento da professora a Companhia de Terras ajudava as pessoas que se prontificavam a abrir empreendimentos que contribuíssem com o desenvolvimento das regiões colonizadas²².

Chegando em Cambé, formei então, uma Escolinha particular que ficava onde é o Posto do Atanásio Belo. Havia ali uma casinha de tábua com três portas que meu pai alugou e concomitantemente a isso mandou confeccionar alguns bancos onde cabiam cinco alunos em cada banco. Iniciei a escolinha com dezoito alunos. (NEVES, 1985, p.1).

Izaura Ferreira Neves havia concluído o Curso Normal em São Paulo, no período em que morou lá, entretanto por questões políticas a escola na qual ela estudou não foi reconhecida. Sendo assim, ela iniciou sua carreira de professora em Nova Dantzig sem o diploma de normalista e somente anos mais tarde fez o Curso Normal novamente, agora em Londrina (NEVES, 1985).

Quando a professora se mudou para Nova Dantzig,

Já havia água encanada, fogão à lenha e todos gostavam muito daqui. [...] posteriormente, minha escolinha passou a ser Escola Municipal e vinha uma banca da prefeitura de Londrina para examinar meus alunos. Houve um aumento muito grande de alunos em quatro anos de funcionamento. Eu comecei com dezoito alunos e já agora havia setenta alunos. Contratei uma amiga para me ajudar a lecionar. (NEVES, 1985, p.2).

No dia 28 de fevereiro de 1935, Izaura Ferreira Neves foi nomeada professora municipal pelo então prefeito de Londrina Joaquim Vicente de Castro

²¹ Izaura Ferreira Neves nasceu em Itápolis, no Estado de São Paulo, em 12 de janeiro de 1910. Filha de Fulgêncio Ferreira Neves, agente da CTNP, e Benta Maria de Oliveira. Ela chegou em Londrina em 1931 e faleceu em 2 de julho de 2002.

²² Depoimento cedido a Angela Maria Ribeiro e Elaine Garcia no dia 25 de novembro de 1985. O depoimento foi transcrito por Galvão França e encontra-se arquivado para consulta no Museu Histórico de Cambé.

(ANEXO D). Ao ser nomeada, Izaura Ferreira Neves passou a receber a quantia de 170 mil réis mensais. A nomeação da professora é considerada como o marco do ensino público em Cambé (CAMBÉ, 1992).

A professora, além de ministrar as aulas, preocupava-se com a situação do ensino em Nova Dantzig. De acordo com a Ata da Câmara Pioneira de vereadores de Londrina, do dia 14 de setembro de 1936, a professora Izaura Ferreira Neves foi até Câmara em busca de recursos financeiros em prol da 'Associação Escolar de Nova Dantzig'²³. Os recursos foram destinados para o pagamento do aluguel do prédio no qual funcionava a escola e, também, para a sua limpeza (ANEXO E). De acordo com os documentos oficiais, foi concedido o valor de 100 mil réis mensais, para ajudar com as despesas com a instrução pública, por meio da Lei municipal de n.º 36, de setembro de 1937 (ANEXO F).

A escola funcionou, alguns meses, entre as avenidas Inglaterra e Brasil. Posteriormente, a escola foi transferida para o prédio da Escola Alemã (ANEXO G). No ano de 1938, ela passou a funcionar na Praça Santo Antônio, nas dependências da 'Casa Escolar' que foi construída pelo Governo Estadual (CAMBÉ, 1992)²⁴.

Nova Dantzig contou, ainda, com a abertura de uma escola étnica, a Escola Alemã, que foi fundada por um grupo de imigrantes oriundos de Danzig. O grupo era composto por 27 pessoas entre adultos e crianças. Eles chegaram a Londrina em dezembro de 1931 com a missão de fundar a colônia 'Neu Danzig', na zona rural de Cambé²⁵.

Com o grupo, veio Erich Anger, de 41 anos, casado e pai de 2 filhos, que ao se estabelecer na colônia começou a ministrar instruções escolares para os filhos dos imigrantes alemães que habitavam a região. Em relação à construção das escolas étnicas no Paraná, Renk afirma que

²³ Esse foi o nome dado a escola da professora Izaura Ferreira Neves quando foi municipalizada, no ano de 1935.

²⁴ O *Jornal Paraná-Norte* de 9 de outubro de 1935 fez menção à existência de três escolas em funcionamento em Nova Dantzig no ano de 1935, sendo duas escolas particulares e uma municipal. A escola municipal era a da professora Izaura Ferreira Neves, que havia sido municipalizada, e uma das particulares era a Escola Alemã. Sobre a outra escola particular, não foram encontrados documentos, nem fontes orais que pudessem dar maiores informações sobre ela.

²⁵ Nesse período, a região estava em processo de 'colonização' pela empresa CTNP. Esse grupo de estrangeiros foi recebido no porto de Santos, no dia 25 de dezembro de 1931, pelos funcionários da Companhia e, em seguida, foram trazidos para Londrina (CORTEZ, 2012).

A construção da escola era uma prioridade ao iniciar-se a vida nas colônias. Quando a comunidade não podia construir uma casa para esse fim, até as casas de moradia serviam para isso ou mesmo a casa da sociedade (sociedade-escola). Na maioria das comunidades étnicas, o governo não construiu escolas públicas, deixando que os imigrantes se organizassem e resolvessem essa situação segundo suas necessidades. Após a construção de um espaço escolar, a comunidade se reunia e criava condições materiais para que um membro da comunidade assumisse a função do ensino ou contratavam um professor. Rara era a comunidade étnica em que não havia uma escola étnica para atender à escolarização dos jovens. (RENK, 2009, p.50).

As aulas eram ministradas na língua alemã e aconteciam na casa dos próprios moradores da colônia Neu Danzig²⁶. Durante 2 anos, Erich Anger foi o professor da comunidade, mas no ano de 1933 a jovem Alice Tkotz substituiu Erich Anger na ministração das aulas, que aconteciam em “[...] um rancho na propriedade da família Tkotz” (CORTEZ, 2012, p. 76).

Além do grupo que se estabeleceu na zona rural, havia outros imigrantes falantes da língua alemã que moravam na Villa de Nova Dantzig e não tinham escola para seus filhos. Assim, por incentivo de Erich Anger, no dia 18 de maio de 1934 foi organizada a ‘Associação Escolar Alemã de Neu Danzig’, com o intuito de ofertar a educação formal para as crianças. Além de alfabetizar, o grupo, que se considerava alemão, queria preservar a identidade étnica, conforme o descrito na Ata da fundação da Associação²⁷ (Anexo H).

Que as bênçãos divinas pousem sobre esta casa, que foi concebida como instituição de ensino para nossos filhos e os filhos de nossos filhos e como local de encontro para todos aqueles que pensam e sentem como alemães, que seja um símbolo para as gerações futuras, do que foi a tradição popular alemã no Brasil. (ANEXO I).

²⁶ A colônia “Neu Danzig” foi instalada pela CTNP ao mesmo tempo em que a CTNP iniciou a venda de lotes urbanos na ‘Villa de Nova Dantzig’ (CORTEZ, 2012). Dessa forma, Neu Danzig foi instalada na região rural nas proximidades do Bratislava, já a Villa de Nova Dantzig ficava onde hoje está o centro do Município de Cambé. A distância entre ambas é de cerca de 8 quilômetros.

²⁷ Nessa perspectiva, Castells (2000) corrobora essas análises ao considerar que a identidade é um processo coletivo de construção de significados por meio da história, da geografia, das instituições e da memória coletiva.

A preocupação do grupo de imigrantes para com as crianças ia além do ensino de leitura e escrita. O documento retrata a importância da identidade étnica que os imigrantes alemães possuíam, ao demonstrar preocupação com a transmissão cultural do idioma e também dos costumes provenientes da cultura alemã para as futuras gerações.

O grupo que organizou a associação era composto por 63 pessoas, as quais assinaram a Ata, comprometendo-se em assegurar o compromisso com a Associação Escolar, que era responsável, principalmente, por manter a escola em funcionamento.

A diretoria da Associação Escolar era composta por Johannes Schindler, na função de diretor; Erich Anger, secretário; Albert Koch, tesoureiro; Carlos Sawade, terceiro diretor; e Rudolf Neudamm, como segundo tesoureiro.

A Associação obteve recursos financeiros junto ao Senado de Danzig e o auxílio do cônsul Aeldert, do Consulado Alemão de Curitiba, para a construção do próprio prédio. Conseguiu, também, receber, em doação da Companhia de Terras Norte do Paraná, 2 lotes urbanos na quadra 26, datas 6 e 8, localizados onde hoje está construída a pré-escola Daisako Ikeda, na Avenida Canadá (CORTEZ, 2012, p. 76).

As escolas étnicas alemãs eram construídas e mantidas pelas associações que eram formadas por membros do grupo étnico no intuito de manter os costumes e a relação com o país de origem.

As associações criadas no país, mais a comunidade, a igreja e as escolas, tinham por objetivo garantir a relação com a Alemanha, relação essa que deixaram para traz. Nestas instituições, os objetivos curriculares e extracurriculares tinham que manter as mesmas atividades organizadas nas escolas, de onde partiram para que assegurassem a manutenção das relações culturais com a pátria de origem, a Alemanha. (EIDAM; NASCIMENTO, 2011, p.2).

A Escola Alemã foi construída na Villa de Nova Dantzig, na região central, e pode ser considerada como uma das primeiras escolas de Cambé. A imagem a seguir mostra o dia do lançamento da pedra fundamental, no ano de 1935, ao fundo é possível observar parte da exuberante mata virgem que tomava conta da região e foi derrubada para dar origem a Villa de Nova Dantzig.

O grupo que aparece na foto é composto por homens, mulheres e crianças. A composição das vestes e da própria imagem nos leva a crer que o lançamento da pedra de fundação da Escola Alemã foi comemorado como um dia especial por esse grupo de imigrantes, pelo fato de que o lançamento da pedra fundamental representava o resultado de esforços de toda a comunidade alemã. Inclusive, o apoio do consulado alemão dava a entender que esse grupo tinha fortes ligações com o país de origem, e buscava, por meio da instrução formal, preservar os laços étnicos e culturais com seu país.

Figura 2 - Lançamento da pedra fundamental da Escola Alemã (1935)



Fonte: Museu Histórico de Cambé.

Na figura seguinte, a escola encontra-se finalizada, a presença do alemão Rudolf Sellmar junto com uma criança na porta dá a entender que o prédio já estava em funcionamento. Ao fundo, ainda aparece a vegetação nativa, dividindo espaço com as construções que, progressivamente, vão tomando conta da região. A escola de proporções modestas foi construída pelos membros da

comunidade, os quais utilizaram madeira oriunda do desmatamento da própria região, fator que garantia o baixo custo das construções.

A arquitetura da Escola Alemã apresenta na parte frontal do prédio uma escadaria e uma porta centralizada, enquanto que à direita na fotografia aparece uma escada de menor porte que dá acesso a uma varanda. É muito provável que a entrada da lateral direita da escola dava acesso à casa do professor, pois no período era comum os professores dividirem o espaço entre a escola e a casa onde moravam. A composição das janelas, também é algo que nos chama a atenção, pois nesse período não era comum na região a utilização de vidros nas casas de madeira, entretanto a opção pelas janelas com vidros era provavelmente para aumentar a claridade nas salas de aulas haja vista que a energia elétrica só foi instalada na região em novembro de 1941 (CAMBÉ, 1991).

Figura 3 - Rudolf Sellmar ao lado de uma criança na escola Alemã ([193-])



Fonte: Museu Histórico de Cambé.

A Escola Alemã foi, durante alguns anos, a responsável pela educação escolar das crianças estrangeiras que viviam em Nova Dantzig e falavam o idioma

alemão. Por ser o local com maior espaço físico da região, ela era utilizada, também, para encontros sociais e religiosos dos moradores de Nova Dantzig (ANEXO J).

As escolas étnicas tinham uma existência fora do aparelho estatal, mas a característica comum era a de ensinar com materiais didáticos em língua estrangeira ou de forma bilíngue. A organização escolar atendia os interesses das comunidades étnicas. As associações culturais e escolares e as congregações religiosas foram muito importantes na construção e manutenção das escolas étnicas, pagamento dos professores, aquisição de material didático e organização pedagógica, reforçando a importância do associativismo. (RENK, 2012, p.1048).

A Escola Alemã era um 'tipo' de sociedade-escola, que era um modelo de escola comunitária, na maioria das vezes laica. Nesse modelo, a escola era construída e mantida pela comunidade que a utilizava também como espaço da sociedade cultural (RENK, 2012, p.1049).

Sobre esse modelo de escola, Renk (2012) afirma que todas as escolas foram fechadas no Paraná no ano de 1938 com a nacionalização compulsória, entretanto a Escola Alemã esteve em atividade até o ano de 1942 quando foi confiscada pelo Governo Brasileiro em 22 de agosto, na ocasião em que o Brasil declarou guerra a Alemanha e seus aliados. Depois de confiscada, ela foi transformada em extensão do Grupo Escolar 'Olavo Bilac', fundado no ano de 1940 (CORTEZ, 2012).

A nacionalização das escolas de imigrantes estrangeiros aconteceu no Paraná com o movimento nacionalista e as políticas implantadas na era Vargas. A esse respeito, o governo paranaense utilizou como estratégia a transformação dessas instituições étnicas em escolas municipais ou estaduais. Algumas escolas foram assumidas pelo poder municipal, principalmente as escolas isoladas rurais (MAGALHÃES, 2001). Nesse aspecto, o Governo fechava as escolas étnicas e, progressivamente, expandia o sistema público escolar.

No ano de 1936, foi inaugurada, na Colônia Bratislava, em Cambé, a 'Escola Bratislava', que iniciou as atividades por meio da iniciativa dos moradores da região²⁸.

²⁸ Esse assunto será abordado mais adiante, visto que é o objeto de nossa pesquisa, por isso, dedicamos um capítulo à parte.

Em 28 de outubro de 1939, foi inaugurada a escola rural 'D. Pedro II', localizada no Km 9, construída em um terreno doado por Attílio Codato. O *Jornal Paraná-Norte*, do dia 5 de novembro de 1939, noticiou a inauguração da escola com a seguinte manchete: "Inauguração da casa escolar no Kilometro 9 da estrada que liga Nova Dantzig ao Patrimonio da Prata". O jornal relatou que, junto com a inauguração, foi celebrada uma missa em ações de graça, e no decorrer do dia aconteceu um baile familiar, o qual foi organizado por uma comissão responsável por arrecadar fundos para a instituição. Fazia parte da comissão os irmãos Vieira e Angelo Magnani, que ofereceram um almoço à comitiva de Londrina, composta por Adriano Marino Gomes (representante do Prefeito), Luiz dos Santos (Delegado regional de polícia), Aristeu da Costa Pinto (Diretor do Grupo Escolar) e Humberto Puiggari Coutinho (representante do *Jornal Paraná-Norte*) (INAUGURAÇÃO, 1939, p. 2). A escola foi municipalizada durante a administração do prefeito Jacídio Correia (1947-1951) e encontra-se ativa ainda nos dias de hoje.

A educação cambeense, nas décadas de 1930 e 1940, assim como a educação no Brasil, também estava direcionada para um projeto de nacionalismo e formação patriótica, principalmente pela quantidade de estrangeiros que vivia na região. As atividades escolares também estavam organizadas em prol da formação do cidadão brasileiro, conforme as atividades registradas no caderno de um aluno frequentador da 'Casa escolar de Nova Dantzig', no ano de 1938.

No caderno do aluno Sebastião Seressuella estão registradas várias atividades, como textos em louvor à bandeira brasileira, poesia sobre Nova Dantzig, mapa do Paraná entre outras, que enalteciam a região e demonstravam o caráter nacionalista da educação cambeense (ANEXO k).

A respeito das atividades de cunho nacionalista, o Decreto Lei Federal n.º 1.202 de 8 de abril de 1939, conhecido como: "Ato Adicional à Constituição de 1937", em seu artigo 53, determinava que todas as escolas, fossem públicas, fossem particulares, eram obrigadas a ter em lugar de honra a bandeira nacional e ainda prestar homenagem nos dias de festas oficiais. Como exemplo do patriotismo, era comum que as escolas desfilassem com seus alunos marchando pela avenida principal da cidade.

No processo de construção do nacionalismo, os desfiles cívicos e militares, celebrando os heróis e vultos nacionais, faziam-se necessário para a construção de uma memória coletiva. O desfile cívico é uma demonstração da ordem, hierarquia e disciplina, também uma demonstração de amor à Pátria e a consciência patriótica. (RENK, 2012a, p.8).

Na imagem que segue, é possível verificar que, enquanto a banda marcava a marcha, os alunos marchavam com as bandeiras elevadas, e as pessoas que observavam o cortejo passar, em sinal de respeito aos símbolos nacionais, retiravam os chapéus e ficavam em posição de 'sentido'.

Figura 4 - Desfile escolar na Avenida Inglaterra (década de 1940)



Fonte: Museu Histórico de Cambé

Na década de 1940, Nova Dantzig era uma região que tinha 69% da população habitando a zona rural, enquanto apenas 31% da população habitava a zona urbana, totalizando a quantia de 9.647 habitantes (CAMBÉ, 1992).

Conforme os núcleos de povoamento aumentavam, mais escolas eram instaladas, ora por iniciativa privada, ora por iniciativa do poder público.

Até o final da década de 1960, foram construídas mais escolas rurais do que urbanas, conforme veremos a seguir. No entanto, após a década de 1980, devido ao crescimento urbano e ao êxodo rural, algumas escolas foram fechadas, restando, até o ano de 2013, apenas 2 escolas rurais ativas.

Quadro 2 - Data de fundação das escolas rurais de Cambé

	Nome da escola rural	Fundação	Local	Situação/Ano
1	“D.Pedro II”	1939	Km 9	Ativa
2	“Córrego São Domingos”	16.02.1943	Córrego São Domingos	Desativada/2004
3	“Granja Nixdorf”	16.02.1945	Granja Nixdorf	Desativada/1998
4	“Fazenda Figueira Branca”	16.02.1945	Faz. Figueira Branca	Desativada/1991
5	“Fazenda São Manoel”	1946	Faz. São Manoel	Desativada/1986
6	“Fazenda Dalto”	15.02.1946	Faz. Dalto	Desativada/1996
7	“Fazenda São José”	1947	Bicatu	Desativada/1994
8	“Fernão Dias”	1948	Lorena	Desativada/1991
9	“Humberto de Campos”	15.07.1948	Faz. Fávoro	Desativada/1998
10	“Bratislava”	15.07.1948	Bratislava	Ativa
11	“Castro Alves”	15.07.1948	Faz. Bonilha	Desativada/1995
12	“Clotário Portugal”	15.07.1948	Faz. Mantovani	Desativada/1999
13	“Rui Barbosa”	15.07.1948	Mimoso	Desativada/1994
14	“Dr. Antonio Carvalho Chaves”	29.08.1949	Cateto	Desativada/1995
15	“Emílio de Menezes”	1949	Caramuru	Desativada/2004
16	“Saltinho”	1950	Saltinho	Desativada/1990
17	“Cafezal”	1951	Cafezal	Desativada/1991
18	“Machado de Assis”	1957	Paineirinha	Desativada/1997
19	“Córrego Jaborandi”	01.03.1957	Córrego Jaborandi	Desativada/1987
20	“Fazenda Piratininga”	13.03.1957	Faz. Piratininga	Desativada/1992
21	“Fazenda Aurora”	13.03.1957	Faz. Aurora	Desativada/1991
22	“Fazenda Floresta”	13.03.1957	Faz. Floresta	Desativada/1991
23	“Da Jurema”	13.03.1957	Jurema	Desativada/1991
24	“Ermelino Leão”	13.03.1957	Prata	Desativada/2005
25	Escola “Hugo Simas”	1957	Fazenda Esperança	Desativada/2005
26	“Fazenda Santa Adelina”	16.02.1958	Numata	Desativada/1991
27	“Fazenda Ipoméia”	16.02.1964	Faz. Ipoméia	Desativada/1995
28	“Fazenda Santa Dalmácia”	16.02.1964	Faz. Santa Dalmácia	Desativada/1995
29	“Profª Izaura Ferreira Neves”	04.10.1965	Faz. Santa Cecília	Desativada/1995

(continua)

(continuação)

30	“Prof. ^a Mariana Silvério Muniz”	04.10.1965	Sítio Bertan	Desativada/1988
31	“Prof. João Panasiewicz”	04.10.1965	Faz. Zamberlan	Desativada/1999
32	“Prof. ^a . Maria Francelino Geraldo”	01.09.1966	Faz. Macuco	Desativada/1993
33	“Fazenda Santa Cândida”	13.03.1967	Faz. Santa Cândida	Desativada/1988
34	“Fazenda Santa Lina”	13.03.1967	Faz. Santa Lina	Desativada/1991
35	“Prof. ^a Luzia Delgado Torres”	18.09.1968	Faz. Mato Grosso	Desativada/1995
36	“Fazenda São Domingos”	Sem data	Fazenda São Domingos	Desativada/1984
37	“Fazenda Santa Maria”	Sem data	Faz. Santa Maria	Desativada/1984
38	“Fazenda Conchon”	1964	-Faz. Conchon	Desativada/1985
39	“Fazenda Figueira”	1969	-Faz. Figueira	Desativada/1985

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Cambé

As datas de fundação apresentadas no quadro equivalem às datas consideradas pela Secretaria Municipal de Cambé, quando as escolas foram municipalizadas. No entanto, há escolas que foram fundadas pela comunidade local em data anterior às apresentadas²⁹.

Em relação às escolas que foram fundadas por iniciativa de particulares, muitas delas não possuem documentos e registros que possam contribuir com a composição da memória e da história da instituição e, quando possuem, encontram-se sob a tutela de algum morador da região, professor ou aluno. Na ausência deles, os registros acabam por se perderem, conforme afirma Magalhães:

O cotidiano de uma instituição educativa fica representado por defeito, nos registros e fontes de informação, havendo mesmo dimensões desse cotidiano, cuja memória se apaga com a mudança dos atores e muitas outras que são regularmente destruídas. (MAGALHÃES, 1999, p. 69).

O aumento gradativo da população urbana em Nova Dantzig contribuiu para a instalação do primeiro grupo escolar na região ainda no início da década de 1940, sobre o assunto discorreremos a próxima subseção.

²⁹ Um exemplo a ser mencionado é o da escola Bratislava, que foi construída pela comunidade e inaugurada em 26 de setembro de 1936, mas no quadro ela aparece com a data de sua municipalização: 15 de julho de 1948.

3.2 PRIMEIRO GRUPO ESCOLAR DE NOVA DANTZIG

Os primeiros grupos escolares foram criados em São Paulo no ano de 1893. Nesse período, São Paulo procurou preencher os requisitos básicos na organização da educação na forma de sistema, para tal foram criados:

[...] órgãos centrais e intermediários de formulação das diretrizes e normas pedagógicas bem como a inspeção, controle e coordenação das atividades educativas; construção e aquisição de prédios específicos para funcionar as escolas; dotação e manutenção nesses prédios de toda a infraestrutura necessária para o adequado funcionamento do ensino. (SAVIANI, 2004, p.18).

Foram, ainda, definidas diretrizes pedagógicas e instaurados novos mecanismos de avaliação das unidades escolares e do sistema de ensino. Quanto às escolas, elas foram organizadas na forma de grupos escolares, que tinham seus conteúdos organizados por séries anuais. As classes eram divididas pelo nível de aprendizagem dos alunos e cada classe contava com um professor. Por possuírem turmas seriadas, os grupos escolares também eram conhecidos como escolas graduadas³⁰. Essa homogeneização do ensino contribuía para um melhor aproveitamento escolar, contudo, essa forma de organização levava a mecanismos de seleção com altos padrões de exigência escolar, além de altos índices de repetência nas primeiras séries do curso. Pode-se afirmar que esse modelo era mais eficiente para a formação das elites (SAVIANI, 2004).

A implantação dos grupos escolares no Paraná ocorreu a partir de 1903, quando foi instalado o primeiro grupo escolar na cidade de Curitiba (SOUZA, 2004). Entretanto, a regulamentação dos grupos escolares no Paraná só aconteceu em 1914 com a Portaria n.º 4- D.O. 17.1.14/4 n.º 574, de 30 de janeiro. Essa Portaria reformou a organização escolar e também o programa de ensino. Por meio dela, era possível transformar as casas escolares em grupos escolares, desde que as acomodações fossem suficientes. Nesse período, houve um

³⁰ A escola graduada foi um modelo configurado no final do século XIX e estava sendo implantada nos Estados Unidos e em alguns países da Europa. Esse modelo fundamentava-se na classificação dos alunos pelo nível de conhecimento, adoção de ensino simultâneo, racionalização curricular, “controle e distribuição ordenada do conteúdo e do tempo, divisão do trabalho docente e introdução de um sistema de avaliação” (SOUZA, 2004, p.114)

aumento numérico na quantidade de grupos escolares no Estado, no entanto, esse aumento não pode ser considerado como democratização da educação no Paraná. Há de ser considerado, ainda, que os grupos escolares no Paraná objetivavam “educar para o trabalho e educar os corpos e mentes para a vida coletiva nas cidades. Além de, nesse processo, inculcar os ideais republicanos” (PIETRO; NASCIMENTO, 2009, p. 162).

O maior desafio republicano em relação ao início da instalação dos grupos escolares no Paraná não se detinha na edificação dos prédios, mas sim na falta de profissionais formados que se dava também pela carência de instituições formadoras de docentes (NASCIMENTO, 2006).

Diferentemente da situação dos grupos escolares paulista, no Paraná durante a Primeira República, não havia quantidade suficiente de professores além de poucas escolas primárias (FARIA 2010, p.33).

Sobre os grupos escolares no Paraná, o Presidente do Estado Carlos Cavalcanti de Albuquerque afirmou que “[...] os nossos grupos não podem comparar com os do adiantado Estado de São Paulo, que dispõe do material técnico indispensável para a obtenção dos resultados ali colhidos [...]”. Além da competência administrativa, um pessoal docente preocupado com o ensino e bons edifícios são mencionados pelo presidente como características da tão exemplar educação paulista (PARANÁ, 1915, p. 25- 26).

O Estado do Paraná fez maiores investimentos na instalação de grupos escolares, principalmente na virada da década de 1910 e nos anos de 1920, mas foi na década de 1940 que aconteceu de fato a expansão dos grupos escolares (SOUZA, 2004).

No ano de 1940 o professor Jacídio Correia foi transferido de Sertanópolis para Cambé, com o intuito de organizar os grupos escolares da região³¹. Ele foi o responsável pela fundação do primeiro grupo escolar nomeado Grupo Escolar “Olavo Bilac” no mesmo ano.

³¹ Jacídio Correia nasceu em Paranaguá em 17 de maio de 1919. Filho de Raul Correia e Virgínia Correia, formou-se professor normalista pela Escola Normal de Paranaguá. Nomeado pelo Estado, foi para Sertanópolis, mas como lá não tinha água encanada e Nova Dantzig sim, pediu transferência, em janeiro de 1940. Foi o responsável por instalar o primeiro grupo escolar de Nova Dantzig, o Grupo Escolar ‘Olavo Bilac’. Em 1946, foi eleito prefeito de Cambé (GONZALES NETO, 1987, p. 49).

O Grupo Escolar 'Olavo Bilac' teve suas atividades iniciadas em 08 de abril de 1939, por meio do Decreto nº 678 que estabelecia a criação de uma Casa Escolar na Praça Santo Antônio perto da Igreja Católica, região urbana de Nova Dantzig (ANEXO L).

A Casa Escolar era mantida pelo Governo do Estado e possuía apenas duas salas de aula com aulas multisseriadas³². Nesse estabelecimento de ensino funcionavam turmas de 1ª a 3ª série. Entretanto, com o crescimento da população urbana em Nova Dantzig, houve a necessidade de ampliar o atendimento aos alunos e no ano de 1941 Jacídio Correia iniciou a primeira turma de 4ª série (CAMBÉ, 1992).

Para suprir a necessidade de mais salas de aula, foram utilizados os espaços da Escola Alemã e da Escola do 'Meio' (ANEXO M) que tinha esse nome por estar localizada entre o prédio principal do Grupo Escolar Olavo Bilac e da Escola Alemã. Além desses, outros espaços foram utilizados como extensão do Grupo Escolar, dentre eles a sede do 'Harmonia Tênis Clube' que era um clube particular que contava com uma quadra de tênis, um escritório e um salão de madeira e era utilizado para bailes e também como extensão do Grupo Escolar 'Olavo Bilac' (CAMBÉ, 1992).

Diferente do projeto republicano dos primeiros grupos escolares paulistas, o Grupo Escolar 'Olavo Bilac' tem a história da sua fundação marcada pelo imprevisto e pela utilização de vários prédios espalhados por Nova Dantzig. A construção de um prédio em alvenaria e a junção de todas as salas de aula em um único prédio só aconteceu em 1950 (CAMBÉ, 1992).

Nesse período, era comum que o diretor do grupo escolar fosse também o responsável pela inspeção das escolas da região. Desta forma, Jacídio Correia que foi o diretor do Grupo Escolar 'Olavo Bilac' foi também o inspetor escolar no período de 1944 a 1946. Em 1947 foi substituído por João Panasiewicz, que assumiu a inspetoria municipal de educação no período de 1947 a 1950 (CAMBÉ, 1992).

³² A classe multisseriada correspondia à junção de várias séries em uma única classe. Nesse modelo, o professor dividia o quadro em quantas partes fossem necessárias para atender às séries existentes nas classes. Os alunos de diferentes séries estudavam simultaneamente na mesma classe e com a mesma professora, entretanto o conteúdo era de acordo com a série que o aluno se encontrava. O modelo de classe multisseriada era comum nas escolas rurais de Londrina e região (CAPELO, 2000).

A instalação de grupos escolares em Nova Dantizg acompanhou o processo de expansão e desenvolvimento da região. Desta forma discutiu-se até aqui como aconteceu o início da educação em Cambé no período de sua colonização, bem como a instalação do Grupo Escolar 'Olavo Bilac', o primeiro da região.

4 DA ESCOLA BRATISLAVA AO GRUPO ESCOLAR MANOEL RIBAS (1936-1949)

É sobre a instalação da primeira escola rural de Cambé, a Escola Bratislava, que se trata esta seção. Serão abordados alguns aspectos relevantes sobre a consolidação da instituição que estão subdivididos em três categorias: Colônia Bratislava: educação e fé; Implantação da escola Bratislava e Organização da Escola Bratislava após a municipalização até a construção do primeiro grupo escolar rural (1944-1949).

4.1 COLÔNIA BRATISLAVA: EDUCAÇÃO E FÉ

A região onde hoje fica o bairro Bratislava pertencia a Gleba Cafezal, no município de Cambé. Inicialmente, a região foi dividida pela CTNP em 105 lotes, os quais foram vendidos para brasileiros e para imigrantes europeus, com tamanhos entre 2,5 e 15 alqueires paulistas³³ (TIRANDELLI, 1988).

A presença étnica foi marcada por imigrantes europeus que professavam a religião católica no período em que se deu a instalação da Colônia Bratislava na zona rural de Cambé. A respeito da formação e da composição das colônias étnicas no Paraná, Renk esclarece que

[...] a questão racial se compunha na representação do imigrante que iria tonificar o organismo nacional, cheio de vícios de origem e do contato com a escravidão. A maioria dos imigrantes foi assentada nos espaços destinados à produção agrícola alimentar. A forma de organização das comunidades étnicas era em forma de colônias, com pequenas propriedades rurais, de aproximadamente 25 a 30 hectares. Essas propriedades eram organizadas a partir do trabalho familiar, para a produção de subsistência e o excedente sendo comercializado. (RENK, 2009, p.36).

Esse modelo de organização também foi implantado, parcialmente, na região que estava em processo de colonização. O que difere essa região de

³³ O alqueire paulista equivale a 24.200 m².

outras colônias é o fato de não ter sido estabelecido, na região, apenas um grupo étnico, uma vez que ela foi colonizada por pessoas de grupos étnicos diferentes.

A região recebeu a nomenclatura de Colônia Bratislava, que foi sugerida por Jorge Rolnik, funcionário da CTNP, em homenagem aos eslovacos, que compraram lotes na região e representavam a maioria dentre as etnias (AZEVEDO, 1996).

A composição da Colônia Bratislava foi marcada pela presença de grupos étnicos diferentes, com uma cultura própria e diferentes idiomas. Nesse contexto, existia, simbolicamente, uma divisão territorial e cultural entre os moradores da Colônia. Essa separação aconteceu por vários motivos, dentre os quais, o próprio idioma, que era um obstáculo a ser superado. Cada grupo étnico possuía uma cultura própria e costumes diferentes (TIRANDELLI, 1988).

A Colônia era 'dividida' simbolicamente em duas partes. A parte 'de baixo' era habitada majoritariamente por tchecoslovacos (com predominância de eslovacos), um grupo mais conservador que fazia questão em preservar a cultura étnica, como idioma, alimentação e vestuário³⁴. A parte "de cima" da Colônia era habitada por várias etnias: portugueses, italianos, alemães, húngaros, espanhóis e brasileiros. Devido a essa divisão, existiam duas lideranças na colônia Bratislava. José Hescko liderava os eslovacos e húngaros, que habitavam na parte de baixo, e José Joaquim Torrejais liderava o grupo da parte de cima (TIRANDELI, 1988).

A relação entre educação e fé foi algo que marcou a história dos moradores da comunidade Bratislava, os quais buscavam na religião e na educação a oportunidade de preservar os laços culturais com seu país de origem.

Em relação ao Bratislava reemigrantes europeus do interior de São Paulo, atraídos pela cultura do café, ali se organizaram em cooperativa, juntando forças, para satisfazer materiais de cada família. Cada um buscou adaptar-se, criando condições de vida, parecidas às que levavam em seus lugares de origem. Preservando seus hábitos culturais. Para isso, **fundavam até mesmo suas próprias escolas para que os filhos pudessem estudar com professores que falassem a língua materna** (STECA; FLORES, 2002, p. 46, grifos nossos).

³⁴ A Tcheco-Eslováquia era uma república da Europa que foi formada pela República Tcheca e Eslováquia, depois da Primeira Guerra Mundial (1918), com a derrota do Império Austro-Húngaro. Em 1993, voltaram a ser dois países independentes (TIRANDELLI, 1988).

Os moradores que habitavam a parte de baixo da colônia construíram uma escola, no ano de 1936, para atender às crianças em idade escolar. A falta de um espaço apropriado fez das casas dos moradores e da escola locais para as orações e celebrações religiosas até que uma capela fosse construída. Com o esforço de todos os moradores da Colônia, construíram uma capela ao lado da escola.

Essa relação entre fé e educação esteve presente em muitas regiões de colonização por imigrantes europeus. Em alguns lugares, as igrejas também eram utilizadas como espaço para a educação escolar.

Em algumas localidades a casa do professor e a igreja estão situadas ao lado da escola, simbolizando as estreitas relações existentes nas comunidades entre fé e educação. Onde a igreja não tem abrigo, a própria escola se transforma no templo incorporando- a ao sagrado. (CAPELO, 1996, p. 53).

Esse modelo de organização se fez presente na colônia Bratislava durante os primeiros anos de funcionamento. A igreja e a escola representavam templos de desenvolvimento e salvação do ser humano. A igreja foi instituída para salvar as almas e a escola para salvar as mentes.

O ano da construção da capela é incerto e remonta o início da década de 1940. Apesar de autores como Pavinato (1995) e Azevedo (1996) afirmarem que a capela foi construída no ano de 1942, não foi localizado nenhum documento, ou fontes seguras, que comprovem tal afirmação.

A tradição religiosa era muito forte- especialmente nas primeiras décadas. Antes de construírem a primeira igreja de madeira, reuniam-se na escola, ou em frente ao cruzeiro, que havia fincado no terreno cedido pela CTNP-onde tinham instalado o sino de bronze, que trouxeram do interior de São Paulo. Nessas missas informais, conduzidas por leigos, rezavam o terço, em conjunto, cantavam e faziam ofertas. A comunidade era visitada-uma ou duas vezes por ano- pelos padres Jozep Mistrik, Anton Lednicki, Dilonk – de São Paulo e Jozep Paterek, de Curitiba. Rezavam e ministravam em slovac. (AZEVEDO, 1996, p. 30).

Após ser construída, a capela recebeu o nome de sua padroeira, 'Nossa Senhora de Lourdes'. Ela foi construída pelos moradores, que retiraram a madeira

da própria região, todavia, a comunidade eslovaca do Bratislava recebeu ajuda financeira, de 2 mil dólares, da colônia eslovaca de Detroit, na América, para a construção e a manutenção da capela (AZEVEDO, 1996, p. 32).

A princípio, as ministrações que aconteciam na Capela eram realizadas pelo '*modlac*', um rezador da comunidade que, além de rezar, entoava cânticos em eslovaco. Contudo, a comunidade recebia, esporadicamente, padres eslovacos oriundos da Tchecoslováquia, da Argentina, de São Paulo e do Rio de Janeiro, os quais eram acolhidos nas casas dos moradores da colônia. O mais conhecido deles foi o Padre José Mistrik (PAVINATO, 1995).

A próxima imagem (Figura 5) mostra a comunidade eslovaca reunida em frente à Capela Nossa Senhora de Lourdes, com a presença do padre José Mistrik. A maneira como as pessoas estavam vestidas demonstra que a foto foi tirada, provavelmente, em um dia de celebração religiosa³⁵.

A quantidade expressiva de crianças mostrada na imagem reafirma a ideia de que tanto a igreja quanto a escola eram utilizadas para a transmissão e preservação cultural do grupo étnico, mas, também, para a alfabetização.

Figura 5 - Padre José Mistrik com a comunidade na Capela Nossa Senhora de Lourdes ([194-])



Fonte: Museu Histórico de Cambé

³⁵ José Mistrik era um padre eslovaco que prestava assistência espiritual à comunidade eslovaca da colônia Bratislava. Ele era diretor do Seminário do Rio de Janeiro e também publicou algumas obras, no idioma de origem, falando sobre a Bratislava de Cambé.

A figura 6 se refere à turma de catecismo que funcionava nas dependências do Grupo Escolar 'Manoel Ribas' no final da década de 1940. A fotografia mostra crianças uniformizadas na frente da fachada do grupo escolar. A turma era composta de meninas e meninos, a maneira como estão vestidos e a presença da jovem catequista a professora Ana Zifchack Mazzei e de um padre demonstram que a fotografia foi tirada em um dia de celebração religiosa, provavelmente no dia da "Primeira Comunhão".

A utilização da imagem, nesse contexto, serve para mostrar que a relação existente entre fé e educação, na comunidade, durou vários anos. Essa relação acontecia tanto pela utilização dos espaços mútuos da escola e da capela quanto pela atuação das professoras escolares, que eram, também, as professoras de religião, chamadas de catequistas. As aulas de catequese aconteciam nas dependências da escola aos domingos (ESCOLA BRATISLAVA, 1967).

Figura 6 - Catequese na escola ([194-])



Fonte: Museu Histórico de Cambé

Na década de 1940, a capela esteve em atividade, servindo, inclusive, como espaço escolar, em momentos em que a escola não podia ser utilizada. No

entanto, a capela foi demolida no ano de 1959, já a escola da parte de baixo da Colônia deixou de funcionar ainda na década de 1940 (AZEVEDO, 1996). Conforme documentos presentes no Museu Histórico de Cambé, a região onde a capela e a escola foram construídas pertenceu a Jorge Stasiak, e hoje é uma propriedade privada³⁶. Apesar de vários depoimentos alegando que o terreno foi doado pela CTNP, não foi localizado nenhum documento que comprovasse tal informação.

Durante o processo de colonização, era comum que as empresas loteadoras doassem terrenos para a construção de escolas e igrejas, em forma de comodato, ou seja, para uso por um determinado tempo sem que fosse lavrada a escritura de doação. Depois de um tempo, esses terrenos eram vendidos a particulares, as quais acabavam por doar ou vender a parte onde a escola e a igreja estavam edificadas, caso elas ainda estivessem em atividade (CAPELO, 1996).

Os moradores eslavos que habitavam a parte de baixo da comunidade se apropriaram da capela e da escola, acentuando, ainda mais, as diferenças entre os dois grupos. Os moradores da parte de cima da colônia Bratislava, que era mais heterogênea, composta por famílias tchecas, alemãs, espanholas, húngaras, portuguesas, italianas e brasileiras, também construíram uma capela e uma escola. Ambas foram construídas ao fundo da propriedade da família Oliva. A capela foi batizada de “São João Batista” e, nela, havia celebrações em idioma brasileiro e também em idiomas estrangeiros, como o polonês (TIRANDELLI, 1988).

Diferentemente da outra capela que existiu na comunidade, a Capela São João Batista não foi demolida, ela foi transferida de local no início da década de 1950 (ANEXO N). No ano 1995, moradores do bairro Bratislava, juntamente com a Prefeitura Municipal de Cambé e alunos, funcionários e professores do Inventário e Proteção do Acervo Cultural (IPAC) da UEL, iniciaram um processo de restauração da capela, com o objetivo de preservar a história e a memória da região (P).

³⁶ No Museu Histórico de Cambé existem cópias de mapas que foram obtidos da CTNP. Neles, consta a divisão dos lotes e os nomes dos primeiros proprietários. Nos documentos é apontado o local onde as primeiras escolas e capelas foram construídas (ANEXO O).

Já em relação à escola da parte ‘de cima’ Ana Zifchack Mazzei, que se mudou para a colônia Bratislava em 1946, afirmava que “A escola de cima foi construída no fundo do sítio do João Oliva [...] e por capricho do destino, a escola de baixo ficou escola Bratislava e a escola de cima ficou escola da colônia eslovaca, Escola Estadual da Colônia Eslovaca”³⁷.

A imagem (Figura 7) é da Escola “Estadual Eslovaca” e foi tirada em setembro de 1946 em comemoração ao dia da árvore. À direita na imagem aparece a professora Ana Zifchack Mazzei (com roupas escuras) enquanto o grupo composto por meninos e meninas usavam uniformes de cor clara, resultado do projeto higienista que influenciou a educação escolar no período. A escola foi construída em madeira e telhas de barro e contava com uma sala de aula na qual funcionava uma classe multisseriada.

Figura 7 - Alunos e professores na Escola ‘Estadual Eslovaca’



Fonte: Museu histórico de Cambé

³⁷ José Hensko, avô de Ana Zifchack Mazzei, chegou no bairro Bratislava no ano de 1938, os pais de Ana chegaram em 1945 e ela chegou em julho de 1946, quando começou a lecionar nas duas escolas do bairro, mas só foi nomeada professora municipal em março de 1947. Foi casada com Luiz Mazzei e faleceu em 22 de abril de 1999.

O depoimento de Mazzei (1995) corrobora com a construção da ideia de que, por determinado período, as duas escolas estiveram em atividade na colônia. Todavia, em pesquisa junto a Secretaria Estadual de Educação, não foi localizado nenhum documento que fizesse referência a Escola 'Estadual Eslovaca' como uma escola estadual, nem há indícios de que o poder público estadual contribuiu financeiramente com a manutenção dela³⁸.

Durante os primeiros anos de funcionamento das duas escolas, havia muita rivalidade entre os dois grupos, de um lado os tchecoslovacos, considerados tradicionais, que faziam questão de preservar seus costumes e sua língua, utilizando a escola para tal. Em contrapartida, estava o grupo mais heterogêneo, que aceitava com menos resistência o processo de 'abrasileiramento'. Diante disso,

As escolas eram consideradas como uma espécie de pomo da discórdia enquanto que as festas religiosas, casamentos, batizados e até funerais promoviam a coesão social. As representações religiosas constituíam a base sobre a qual se erigia o sistema de valores e normas sociais vigentes. (CAPELO, 2000, p. 212).

Com o decorrer dos anos, os conflitos entre os moradores da Colônia foram sendo amenizados. Os vínculos de amizade e laços de casamento que aconteceram contribuíram para a união dos dois grupos. Nesse sentido, acreditava-se que não havia mais a necessidade de se ter no bairro duas escolas e duas capelas, inclusive pelo fato dos moradores da colônia já haverem "sido abrasileirados" e falarem o idioma brasileiro. Entretanto, a leitura que se faz desse processo de coesão entre os dois grupos é de que as políticas de nacionalização dos Governos Federal, Estadual e Municipal foram bem sucedidas. Os espaços sociais, como a igreja e a escola, foram utilizados como instrumento para o 'abrasileiramento' dos imigrantes estrangeiros, os quais, aos poucos,

³⁸ A falta de documentos sobre a 'Escola Estadual Eslovaca' não exclui a possibilidade de ela ter recebido ajuda financeira do Estado. A não localização de fontes documentais se dá pelo fato de que ambas as escolas foram instaladas na região do Bratislava no período de uma política centralizadora e nacionalista, cujas regiões que tinham estrangeiros europeus tiveram parte de sua história apagada pela falta de documentos e pela coerção exercida pelo poder público. A esse respeito, ver Renk (2009).

presenciaram a transformação de um bairro rural – que, assim como outros da região, vivenciou o êxodo de seus primeiros moradores – na Colônia Bratislava.

Com o processo de nacionalização, muitos descendentes dos imigrantes deixaram de usar a língua materna de origem. Sobre o uso do idioma pátrio pelos eslovacos na região do Bratislava, Azevedo afirma que,

[...] se na Transilvânia os slovacos mantiveram-se unidos durante séculos, num certo isolamento que garantia-lhes a sobrevivência, como grupo nacional, aqui houve uma dispersão- não total, devido a laços familiares. Os mais jovens esqueceram o idioma de origem, casando-se com descendentes de italianos, portugueses e até japoneses. (AZEVEDO, 1996, p. 39).

O abasileiramento dos moradores da região aconteceu juntamente com o declínio da Colônia Bratislava que na década de 1980 já se configurava como um bairro rural. Vários são os motivos, apontados por Tirandelli (1988), que contribuíram com a decadência da colônia, dentre eles, a mudança das famílias para o centro urbano de Cambé ou para cidades vizinhas, como Londrina e Rolândia, para dar estudo aos filhos, e a geada da década de 1970, a qual afetou as plantações de café.

Em relação ao êxodo, existe outro fator importante: muitos proprietários vendiam suas propriedades, na região Bratislava, para comprar terras em regiões em processo de ‘colonização’, uma vez que, como a região de Cambé já estava urbanizada, conseguiam um valor alto pelas propriedades. Pois,

Atraídos pela ‘marcha para o oeste’, juntavam-se a muitos milhares de migrantes, que avançavam, devorando as últimas florestas virgens do Paraná. Esses fatores, em conjunto, precipitaram a mudança no perfil humano e cultural do patrimônio. (AZEVEDO, 1996, p. 39)

A mudança na estrutura na composição do bairro Bratislava foi tão brusca que, em 1988, das 80 famílias que estavam no bairro desde o início de sua formação, restavam apenas 6, sendo 4 eslovacas, 1 portuguesa e 1 alemã (TIRANDELLI, 1988).

Na composição histórica do bairro Bratislava, tanto a escola quanto a igreja foram importantes espaços de participação da comunidade. Esses locais foram instrumentos importantes de preservação da cultura étnica, por um curto período,

mas, na Era Vargas, esses espaços sociais se tornaram apropriados para a efetivação das políticas nacionalistas do estrangeiro que habitava a região.

4.2 IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA BRATISLAVA

Olhar para uma instituição escolar na busca de suas origens, do seu desenvolvimento no tempo e das mudanças arquitetônicas pelas quais passou é buscar a identidade dos sujeitos que fizeram parte de sua história. Verificar as práticas pedagógicas que ali se realizaram e observar as alterações na estrutura física e no mobiliário escolar são elementos que contribuem para a reconstrução histórica da educação enquanto um campo de pesquisa. Compreendendo a importância de estudos sobre instituições escolares, apropriamo-nos das questões elaboradas por Sanfelice(2006) no intuito de reconstruir a história e a memória da Escola Bratislava. O que esta instituição singular fez? O que ela instituiu para si, para seus sujeitos e para a sociedade na qual está inserida? Mais radicalmente ainda: qual é o sentido do que foi instituído?

Procurando responder essas indagações, nesta seção, será analisada a implantação da Escola Bratislava pela comunidade, no ano de 1936, até a sua municipalização, no ano de 1944.

A história da educação escolar na Colônia Bratislava tem início na década de 1930, quando a região estava em processo de colonização pela CTNP. Duas escolas foram construídas na Colônia Bratislava, dando origem à educação formal na região:

A educação escolar formal no Bratislava teve início no ano de 1936, quando foi inaugurada a 'Escola Municipal Bratislava', que, apesar de ter sido nomeada pelos moradores como escola municipal, só foi municipalizada no ano de 1944.

A próxima imagem (Figura 8) é da primeira Escola Bratislava, que foi construída na parte de baixo do bairro, no ano de 1936. A escola foi construída em madeira, com proporções modestas. O modelo da arquitetura escolar é

parecido com o das casas e se assemelha aos de outras escolas construídas na zona rural de Londrina, no mesmo período.

Assemelham-se a uma casa bastante simples, de madeira. Interessante verificar que muitas placas de identificação das escolas, ostentam a inscrição: 'uma extensão do seu lar', numa referência às especificidades da escola enquanto espaço de socialização no meio rural que traduz relações de proximidade, afeto e continuidade dos laços familiares. (CAPELO, 2000, p. 53).

Verifica-se, na imagem, que havia 3 bandeiras hasteadas na parte frontal da escola, sendo que a bandeira brasileira ocupa a posição de destaque, centralizada e a mais elevada de todas. Ao lado da bandeira brasileira, foi colocada uma bandeira eslovaca. Não é possível identificar a outra bandeira, pelo fato de a foto não ser em cores e a imagem não ser nítida.

A fotografia foi tirada no dia 26 de setembro de 1936, dia da inauguração da escola. É visível a presença de algumas crianças entre os adultos que posam para a foto, para deixar registrado esse momento de grande importância para a comunidade.

Estavam no dia da inauguração da escola alguns moradores da Colônia, tanto da parte de baixo como da de cima. Dentre eles estava José Torrejais – representante da parte de cima da colônia –, José Penhak, André Bigas, José Rapcham, Wladimir Kiritz, José Kutelak, José Hescko – representante da parte de baixo da colônia – e Bruno Comége (AZEVEDO, 1996, p. 29).

A reunião de alguns membros da colônia no dia da inauguração, dentre eles, as lideranças dos dois grupos, demonstra que a escola foi almejada por toda a comunidade e que as divergências dos grupos não impediram a realização desse projeto.

A arquitetura escolar demonstra que a escola era pequena e comportava apenas uma sala de aula, haja vista que havia um único professor. Esse padrão de escola configurava o modelo das escolas isoladas que foram instaladas principalmente nas regiões rurais do Paraná. A classe era composta por uma turma multisseriada e o professor provavelmente morava nas dependências da própria escola.

Figura 8 - Foto de inauguração da escola Bratislava em 26 de setembro de 1936



Fonte: Museu Histórico de Cambé

Para a construção e manutenção da escola, foi composta a “Sociedade Escolar Brasileira da Colônia Bratislava”, designada sociedade civil com fins educacionais. A Sociedade tinha um estatuto no qual eram descritas a composição e a atribuição dos membros, bem como o valor em dinheiro que cada sócio deveria pagar³⁹.

Com o valor da mensalidade a Associação comprou alguns materiais necessários para a construção da escola⁴⁰.

O dinheiro das mensalidades deu para comprar pregos, telhas e carteiras escolares. Os leilões de assados e bolos, feitos pelas mocinhas, forneceram recursos para a compra do quadro-negro e a mesa do professor. Até essa época um dos poucos ‘benefícios’ que o Estado trouxera à região fora uma agencia de rendas, instalada em Londrina, e o respectivo coletor de impostos (MANOEL CORREIA PIRES apud AZEVEDO, 1996, p. 29).

³⁹ O estatuto da Sociedade Escolar Bratislava não foi localizado, sua existência é mencionada por meio de relatos de pessoas a historiadores citados neste trabalho. É possível que os documentos referentes ao período em que a Sociedade esteve atuante tenha ficado em posse de algum membro da Associação ou tenha sido perdido com o passar dos anos e com o movimento nacionalista da Era Vargas.

⁴⁰ A Associação Escolar Bratislava era responsável pela educação oferecida na colônia, sendo assim eram lavradas atas das assembleias, havia um estatuto e também um livro-caixa. Cada sócio contribuía com um valor de 3\$000 réis por mês (AZEVEDO, 1996).

Apesar da afirmação de que a comunidade da colônia Bratislava era a única responsável em manter a escola, foram localizados documentos, nos arquivos da Câmara Municipal de vereadores de Londrina, os quais comprovam que o município de Londrina contribuiu financeiramente com a construção e a manutenção da escola ainda nos primeiros meses de funcionamento. “Embora o município tenha contribuído com subvenções para as escolas estrangeiras e pagamentos de professores, não desenvolveu uma política educacional” (CAPELO, 2000, p. 56).

No dia 28 de julho de 1936, a Câmara de vereadores de Londrina aprovou uma lei autorizando a verba para o auxílio ao Grupo Escolar Bratislava, no valor de 1 conto e 500 mil réis. O dinheiro deveria ser usado para a cobertura da escola com telhas, bem como para a compra de materiais de higiene (ANEXO Q).

Após o término da construção da escola, a própria comunidade elegeu dentre eles um professor para ministrar as aulas que aconteciam no idioma pátrio dos moradores. “[...] parte importante dos professores que ministravam aulas nas escolas estrangeiras pertenciam à mesma comunidade de origem, eram pagos por ela e falavam a mesma língua” (CAPELO, 2000, p. 56).

Seguindo esse princípio, o primeiro professor da Escola Bratislava foi Bruno Comége, que lecionou durante alguns anos e recebia seu salário pela contribuição dos pais dos alunos (AZEVEDO, 1996). O professor ministrava as aulas em eslovaco, conforme o depoimento.

Um falava para o outro e foram chegando muitas famílias. Foi aí que eles decidiram construir a igreja primeiro porque o povo eslovaco é muito católico, muito raro um que não seja católico. Eles construíram a igreja e aí davam aula dentro da igreja, depois resolveram construir a escola. Tinha um senhor, enquanto não tinha professor que ensinasse em português, que ia dando aulas em eslovaco. (MAZZEI, 1995).

O professor Comége lecionou enquanto não havia professora municipal, mas a Lei municipal n.º 26, de 10 de abril de 1937, autorizava a nomeação de duas professoras municipais, sendo uma para a escola da Warta, em Londrina, e outra para a Escola Municipal Bratislava. Cada professora receberia a quantia mensal de 150 mil réis (ANEXO R).

Apesar da nomeação, não há indícios de que uma professora foi enviada para a Escola Bratislava nos primeiros anos de funcionamento, pois fontes documentais indicam que o professor Bruno Comége estava lecionando na escola ainda no ano de 1939, cerca de quase 3 anos após a sua inauguração (UM, 1939, p.1)

A atuação do professor foi registrada no *Jornal Paraná-Norte* de n.º 110, do dia 15 de novembro de 1936, página 1, sob o título “Sociedade Escolar Brasileira”. O professor Bruno Comége foi publicamente elogiado por sua competente atuação, enquanto a escola foi enaltecida pela sua utilidade no combate ao analfabetismo na região Bratislava⁴¹.

Esta utilíssima sociedade com sede no patrimônio de Bratislava, onde tem prestado o mais assinalado serviço em prol da instrução, combatendo o analfabetismo com o funcionamento de uma escola a cargo do competente professor Bruno Cornee, festeja no dia 17 do corrente a passagem de seu primeiro aniversário, às 10 horas do referido dias os alunos da Escola realizarão uma grande parada, contando com a presença das autoridades do município. Aos dignos diretores da Sociedade, agradecemos penhoradíssimos o convite e a oferta da fotografia dos alunos, com que fomos distinguidos. (SOCIEDADE, 1936, p.1).

Cerca de 3 anos depois, o mesmo jornal voltou a publicar uma nota sobre o professor Bruno Comége, na qual o *Jornal Paraná-Norte*, na edição 227, de 19 de fevereiro de 1939, teceu críticas ao chamá-lo de “um estrangeiro recalcitrante” e “professor fora da lei” (ANEXO S).

De acordo com o jornal, o prefeito de Londrina Willie Davies havia nomeado uma professora municipal para atuar na escola, mas um grupo de estrangeiros elegeu o estrangeiro Bruno Comége e não aceitou a professora municipal⁴². Segundo o texto, Bruno Comége já havia sido avisado de que deveria deixar as aulas para cumprir a Lei, mas ele não obedeceu. O professor foi chamado de ‘fora da Lei’ e, por isso, deveria ser expulso do Brasil, como outros estrangeiros não cumpridores da Lei. O texto finaliza pedindo providências do poder público municipal de Londrina sobre a questão.

⁴¹ O Jornal fez referencia ao professor Bruno Comége com o sobrenome de ‘Cornee’. Não foi possível saber qual dos dois sobrenomes está correto, entretanto, os documentos analisados confirmam a hipótese de que se tratava da mesma pessoa.

⁴² Willie Davies foi prefeito de Londrina entre os anos de 1935 e 1940.

A nomeação de uma professora municipal fazia parte do processo de nacionalização do estrangeiro e estava em conformidade com a legislação, que sofreu desdobramentos a partir do ano de 1938. Desde essa data, ficou proibido o ensino de idioma estrangeiro nas escolas, expressar-se em outro idioma que não o português em espaços públicos e a circulação de material didático em língua estrangeira (BRASIL, 1938).

A discussão sobre a formação do homem nacional já acontecia no Paraná nas primeiras décadas do século XX. A imprensa regional foi um veículo de divulgação das discussões em torno da necessidade de nacionalizar as escolas de imigrantes (BENCOSTTA, 2005).

Ora, o jornal tem a função não só de informar, mas também de formar opinião pública. Sendo assim, é possível observar que os discursos produzidos por ele no período legitimavam o interesse social e ideológico da época. Sobre isso, Marx afirma que,

[...] a classe dominante que dispõe dos meios de produção material dispõe igualmente dos meios de produção intelectual, de tal modo que os pensamentos daqueles a quem são recusados os meios de produção intelectual está submetido igualmente à classe dominante. (MARX, 1979, p. 56).

No caso, em específico, o *Jornal Paraná-Norte* foi o porta voz do Estado, no que diz respeito à educação como parte do projeto nacionalista e desenvolvimentista o qual esteve em vigor na primeira metade do século XX.

À escola pública foi incumbida de uniformizar os saberes e de formar o sentimento, nos estrangeiros, de pertencimento à nação. Dessa maneira, era necessário nacionalizar as crianças e os jovens que estudavam nas escolas étnicas, homogeneizando-os, pois “[...] para formar a nação, a população e a cultura nacional precisavam ser únicas, sem diferenças étnicas” (RENK, 2009, p. 38).

O processo de municipalização da Escola Bratislava foi lento e processual. No ano de 1939, após a denúncia do *Jornal Paraná-Norte*, o professor Bruno Comége foi substituído por uma professora municipal, entretanto, a comunidade tinha muita resistência em receber professores brasileiros, principalmente mulheres, pois os tchecoslovacos eram mais tradicionais e resistiam à presença

feminina na educação. Essa situação era frequente na Colônia Bratislava, porque, na região de onde esses estrangeiros eram originários, quem atuava no magistério eram os homens, e não as mulheres.

O *Jornal Paraná-Norte* de 13 de agosto de 1939 noticiou que havia chegado até a redação do jornal a reclamação de que um morador chamado André Bigas estava proibindo a professora de passar em seus terrenos para ir até a escola. Os motivos pelos quais isso aconteceu não foram mencionados (ANEXO T).

Diferentemente do esperado, a escola não foi um espaço neutro entre as divergências dos dois grupos. Pelo contrário, a presença da escola na parte habitada pelos imigrantes eslovacos gerou um desconforto para os outros moradores da colônia. Os moradores da parte de baixo da colônia se apossaram da escola, enquanto que os moradores da parte de cima não deixavam seus filhos frequentá-la.

A rivalidade entre as duas partes da colônia gerou situações como a descrita no *Jornal Paraná-Norte*, pois, para que a professora chegasse até a escola na parte de baixo da colônia, era necessário que ela passasse por algumas propriedades localizadas na parte de cima. Diante dessa situação, os moradores da parte de cima da colônia também resolveram construir uma escola. Ela foi construída em um terreno 'cedido' por João Oliva, entre o final da década de 1930 e o início da década de 1940, para atender as crianças que moravam na região e não frequentavam a escola 'dos eslovacos', na parte de baixo da colônia. Apesar de a escola ter sido construída na região com maior diversidade étnica, ela ficou conhecida como Escola Estadual da Colônia Eslovaca⁴³.

Pouco se sabe sobre os professores que atuaram nessas duas escolas antes da municipalização, no ano de 1944. O que se pode afirmar é que cada escola da colônia possuía apenas um professor, o qual atendia todos os alunos em classes multisseriadas. Em relação ao conteúdo, não havia formalidades,

⁴³ Apesar de fontes orais afirmarem que João Oliva doou o terreno no qual a escola de cima foi construída, foi localizada, no cartório de registro de imóveis de Cambé, a certidão de n.º 1.617, na qual consta que João Oliva e sua esposa Maria Kubalaki, venderam para a Prefeitura Municipal de Cambé um lote com meio alqueire paulista, ou seja, 12.100 metros quadrados, pelo valor de 7 mil cruzeiros. Esse é o local onde se encontra a Escola Municipal 'Ana Zifchack Mazzei' (Escola Bratislava) nos dias atuais. A certidão de compra e venda foi lavrada no dia 15 de março de 1957 (ANEXO U).

como notas, retenções ou promoções, também não havia um currículo a ser seguido (TIRANDELLI, 1988).

Em relação à 'Sociedade Escolar Brasileira da Bratislava'

[...] pelo fato da sociedade não ter conseguido manter-se, ou por um número insuficiente de sócios, de acordo com o dispositivo no estatuto, teve de transferir seus bens à Prefeitura, inclusive a escola (TIRANDELLI, 1988, p. 109).

Entretanto, esse não foi o único motivo, nem o principal. O real motivo pode ser atribuído ao Decreto-lei n.º 383, de 18 de abril de 1938, o qual determinava que as associações precisavam ter autorização para funcionar, não podendo constar nos estatutos a função de instrução, somente atividades de lazer e cultura, e não podiam receber qualquer ajuda financeira que viesse de fora do Brasil (BRASIL, 1938).

O fechamento de escolas estrangeiras e a ampliação das políticas de nacionalização impuseram a necessária presença estatal na regulamentação do sistema educacional brasileiro (CAPELO, 2000, p. 58). Com o processo de nacionalização, muitas associações foram extintas, já as escolas foram assumidas pelo poder público, algumas foram abandonadas e outras demolidas. Para compreender a história da educação escolar na região do Bratislava se faz necessário discutir o processo de nacionalização das escolas étnicas no Paraná, conforme veremos a seguir.

4.2.1 O processo de nacionalização das escolas étnicas no Paraná e a Escola Bratislava

Na conjuntura política e social do país no período republicano, a educação se tornou necessária para instrumentalizar a população para um novo modelo de sociedade. Neste aspecto, os discursos governamentais afirmavam que a educação pública era fundamental para o desenvolvimento do país e para a consolidação do sistema republicano. Era discutida a importância da escola e, em especial, do ensino primário na formação do cidadão nacional. Para tal, foi criada

uma série de legislações a respeito da uniformização do ensino nacional no país (RENK, 2009).

As primeiras discussões, no Estado, a respeito da nacionalização dos estrangeiros datam do início do século XX. A preocupação com a nacionalização dos estrangeiros estava fortemente ligada ao projeto de integrar o estrangeiro a cultura brasileira, transformando em cidadãos brasileiros.

No Paraná, a criação dos Códigos de Ensino nos anos de 1915 e 1917 contribuíram com o processo de nacionalização da educação, pois estabeleciam que o ensino deveria ser ministrado em língua nacional. Estipulavam maior ênfase à propagação do ensino, bem como a obrigatoriedade nas aulas de língua nacional, geografia do Brasil e história da civilização e do Brasil. Essas disciplinas formariam, no aluno, sentimentos de amor à pátria junto com os estudos de caráter moral e cívico. Contudo, o maior legado dos Códigos de ensino foi a criação do sistema de inspeção escolar, que foi um meio utilizado para fiscalizar as escolas do Paraná durante as políticas de nacionalização do Governo Federal (PARANÁ, 1915; 1917).

Na década de 1920, a política de nacionalização das escolas ganhou mais ênfase na legislação, por meio de leis as quais exigiam que as aulas nas escolas particulares estrangeiras fossem ministradas na língua nacional, no intuito de homogeneizar o ensino. Nesse aspecto, a educação deveria formar o aluno disciplinado, ativo e com bons hábitos de higiene (RENK, 2009).

Durante a década de 1920, foram criados mais leis e decretos que instituíam a educação nacionalizante para os estrangeiros. Para cumprir a legislação, algumas escolas étnicas, no Paraná, adotaram o uso da língua nacional e o uso da língua étnica.

Uma das formas de sobrevivência das escolas étnicas, a partir dos anos 1920 foi a adoção de bilinguismo. Essa tática possibilitou uma organização curricular que permitia manter a identidade étnica e também o respeito à legislação sobre o ensino em língua nacional. (RENK, 2009, p.100).

A educação no Paraná era controlada pelo Governo por meio de Inspetores de ensino, os quais tinham a incumbência fiscalizar as escolas e enviar relatórios ao Secretario de Interior e ao Delegado de Ensino sobre a situação das escolas

visitadas, bem como presidir os exames realizados nas escolas e punir professores que descumprissem a lei entre outras funções, conforme descrito no Código de ensino de 1917 no capítulo IV, a partir do art.20.

A expansão do ensino primário ainda era uma necessidade no Paraná nos anos 1920, como aparece nos discursos governamentais. Para essa empreitada foi convidado o paulista César Prieto Martinez, com a incumbência de expandir o número de escolas e reformar o ensino. (RENK, 2009, p.94).

César Prieto Martinez dedicou a sua administração à inspeção e à fiscalização das instituições escolares do Paraná⁴⁴. Muitas foram as ações de Martinez voltadas à educação, entre elas, o estabelecimento de cursos para o magistério, a premiação dos professores e a preocupação com a higiene e a saúde nas escolas, com isso, estimulou a educação física, preparou um serviço de distribuição gratuita de material escolar aos estudantes da escola pública, estimulou festas escolares e divulgou a importância de histórias nas salas de aula (PILOTTO, 1954).

A expansão das instituições religiosas e educacionais étnicas no Paraná aumentavam gradativamente conforme as regiões eram colonizadas. Nos relatórios que Prieto Martinez escreveu, ele demonstrava-se surpreso e indignado com a quantidade de igrejas e escolas étnicas que encontrava nas suas viagens pelo interior do Paraná (RENK, 2009).

Enquanto esteve à frente da Inspeção Geral do Ensino, delegou aos subinspetores a função de inspecionar as escolas, pois, para ele, era necessário conhecer todas as sedes escolares e em qual contexto elas estavam inseridas. Com esse conhecimento, o governo poderia dar subsídio para qualquer problema que surgisse. O professor também era um personagem importante, pois ele estava diretamente em contato com a população, por isso, deveria ser responsável e idôneo. Deveria ser um funcionário exemplar, um verdadeiro cidadão (RENK, 2009).

O início da década de 1930 continua a ter medidas de fiscalização da educação por meio da criação de Inspeções Regionais de Ensino. Essas, por sua

⁴⁴ César Prieto Martinez esteve à frente da Inspeção Geral do Ensino do Paraná entre os anos de 1920 e 1924 (FARIA 2010).

vez, tinham como dever fiscalizar as escolas, vistoriando o que era ensinado e também como se encontrava a escola nos quesitos higiene e organização escolar.

A inspeção foi um mecanismo de vigilância, detalhamento e controle das atividades das escolas e dos professores. Uma coação sobre o trabalho desenvolvido no espaço escolar, e o professor também se sentia vigiado e controlado pela Inspetoria. Ao mesmo tempo em que a fiscalização escolar se fazia mais rigorosa, as escolas étnicas criavam formas de manter a identidade étnica e respeitar a legislação escolar. (RENK, 2009, p. 127).

A segunda metade da década de 1930 foi marcada pela política centralizadora do Governo de Getúlio Vargas, que destituiu os governadores de seus cargos e, no lugar, instituiu os interventores.

Manoel Ribas foi Interventor e governador do Paraná durante a administração de Vargas. Na década de 1930, ele permitiu o funcionamento das instituições de ensino particulares, desde que elas fossem registradas na Diretoria Geral de Educação e obedecessem a alguns critérios. Exigia-se que os professores de História, Geografia e Português fossem brasileiros e tivessem diploma atestado por instituição nacional; tanto o jardim de infância quanto o ensino primário deveriam ser ministrados em língua nacional (KREUTZ, 2000).

Cabia aos Inspetores escolares o dever de averiguar se as escolas eram obedientes à Lei. Em Londrina, o Grupo Escolar 'Hugo Simas' era o órgão responsável pela averiguação das escolas da região. No ano de 1937, o diretor da instituição, Antenor Henrique Monteiro, era o responsável pela fiscalização das escolas e se correspondia com o Delegado Regional de Ensino da região, a fim de obter instruções a respeito das escolas particulares estrangeiras da região. Monteiro fiscalizava as escolas particulares étnicas da região, e quando elas não correspondiam com o que exigia a legislação, elas eram fechadas (FARIA 2010).

O texto a seguir faz parte do relatório escrito por Monteiro no período em ele era o responsável pela fiscalização das escolas estrangeiras em Londrina e região. Segundo ele, a escola japonesa, que ficava na região conhecida como 'Lorena', em Cambé, já estava em processo de nacionalização, com a presença

de professoras do Grupo Escolar 'Hugo Simas', mas as escolas alemãs de Cambé e Londrina aguardavam a ordem para serem fechadas.

Levo ao vosso conhecimento, para os devidos fins que as Escolas Japonezas de Londrina e Cambé estão com professoras deste Grupo Escolar à frente. As demais aguardam nossa vinda. As Escolas Alemãs não preencheram seus requisitos e aguardam ordens de fecharem. As freiras do 'Colégio Mãe de Deus', desta localidade, entrarão em exame no próximo dia 4 do corrente. (COLÉGIO ESTADUAL HUGO SIMAS apud FARIA, 2010, p. 64).

É muito provável que a Escola Alemã de Cambé tenha sido fechada por Monteiro nesse período, haja vista que, conforme o descrito no documento, a escola não estava em acordo com o que a lei exigia, ou seja, continuava com os professores alemães ensinando na língua alemã e, portanto, continuava preservando as características das escolas étnicas alemãs. Fato que era contrário ao projeto de nacionalização das escolas.

Pesquisas e documentos demonstram que a política de nacionalização da Era Vargas foi eficiente em fechar as escolas particulares étnicas que não se adequavam à lei⁴⁵.

Os documentos e relatórios enviados pelos subinspetores ao inspetor geral do Ensino demonstram que a política de controle e fiscalização das escolas étnicas era eficaz no Paraná. "Nada passava ao olhar do inspetor: professores, alunos, lições, registro, espaço escolar. É o olhar que registra, controla e se necessário censura" (RENK, 2009, p. 133).

No que concerne à legislação federal, o Decreto n.º 1.545, de 25 de agosto de 1939, pode ser considerado um dos mais importantes, pois instruía os secretários estaduais de Educação a construir e a manter escolas em áreas de colonização estrangeira, além de estimular o patriotismo por parte de estudantes. O Decreto dava instruções sobre a fiscalização do ensino de línguas estrangeiras, bem como proibia que uma escola fosse dirigida por um estrangeiro. Não era admitido fazer uso de alguma língua estrangeira em assembleias e reuniões públicas. "Também ordenava que a educação física nas escolas étnicas fosse

⁴⁵ Sobre o assunto, ver Renk (2009), Capelo (2000), Faria (2010) e Kreutz (2000).

realizada sob a direção de um oficial ou sargento das Forças Armadas indicado pelo comandante militar da região” (KREUTZ, 2000, p. 366).

A administração do Interventor Manoel Ribas, no Paraná, foi fundamental para o processo de nacionalização das escolas étnicas, conforme o apresentado no relatório de governo do exercício de 1932-1939.

Com a construção no corrente exercício, de mais alguns edifícios escolares de 17 grupos rurais a serem construídos nas zonas de intensa colonização estrangeira com o importante auxílio de 1.500:000\$000 que o benemérito governo de V. Excia. Concedeu, o Paraná poderá dentro de um pouco possuir escolas em número suficiente para educar toda a população em idade escolar e extinguir definitivamente o analfabetismo no nosso Estado. (PARANÁ, 1940, p. 53).

Conforme o descrito no Relatório, o Governo Federal financiou a construção de escolas no Paraná durante a administração de Vargas, principalmente nas regiões habitadas por estrangeiros. Vê-se a preocupação, por parte do Governo, em ofertar a educação escolar não só para erradicar o analfabetismo, conforme aparece no texto, mas, principalmente, para abrigar o imigrante estrangeiro.

Manoel Ribas deu sequência à política fiscalizadora e centralizadora de Vargas por meio da inspeção das escolas paranaenses. Nesse período, os fiscais escolares acompanhavam o trabalho pedagógico dos professores, verificando se as escolas estavam cumprindo com o que determinava a Lei.

Em tempos de nacionalização, os fiscais escolares acompanhavam os exames finais e verificavam se todas as escolas estavam ensinando em língua nacional. Investido de uma autoridade conferida pelo cargo, o inspetor de ensino acompanhava os exames escolares aos quais os alunos eram submetidos. Diante da recente nacionalização e da cobrança de ensino e comunicação em língua vernácula, os professores das ex-escolas étnicas criavam formas de não demonstrar a pouca familiaridade com a língua nacional. Eram táticas criadas para parecer que os alunos sabiam se expressar em língua nacional. Os professores instruíam os alunos sobre como deveriam proceder diante da autoridade – que não era alguém da comunidade e sim um ‘brasileiro’. (RENK, 2009, p. 168).

De acordo com o Relatório de Governo do ano de 1941, existia, no Paraná, 5 delegados, 5 inspetores auxiliares e 48 inspetores escolares, os quais eram responsáveis pela vistoria nas escolas de todo o Estado.

Ana Zifchack Mazzei (1995) afirmou, em depoimento ao Museu histórico de Cambé, que na década de 1940 existia uma delegacia de ensino em Londrina, assim como havia inspetores municipais que atendiam as escolas da região, entretanto, para realizar os exames finais nos alunos da Escola Bratislava, delegados de Curitiba vinham, esporadicamente, no intuito de averiguar como estava o ensino.

Com o depoimento de Mazzei, é possível perceber que, nas escolas presentes em comunidades formadas por estrangeiros, o processo de nacionalização ocorreu de maneira agressiva, por meio da imposição da língua portuguesa. Isso aconteceu por conta da proibição do uso da língua estrangeira nas escolas e pelo fechamento de municipalização de escolas étnicas no Paraná.

A esse respeito, Kreutz (2000) corrobora com a afirmação de que a expansão de um sistema escolar igualitário tinha a função de difundir uma cultura nacional, com a formação de um povo patriótico desprovido de toda a 'bagagem' étnica. Assim sendo, a escola "[...] deveria ser ativada em perspectiva monocultural, tratando as diferenciações culturais como algo a ser superado" (KREUTZ, 2000, p. 352).

Desde o período republicano até o fim da Era Vargas, a educação escolar foi pensada e projetada para cumprir com a formação de um povo patriótico e de um país moderno. No que concerne à educação nas regiões rurais, a escolarização era importante para preparar o homem rural para a interação com um novo Brasil, em fase de desenvolvimento (ALMEIDA, 2005).

Nesse sentido, a Escola Bratislava, que era uma instituição escolar rural de origem étnica, foi alvo de ações nacionalizantes impostas pela legislação e que aconteceram progressivamente por meio da presença de professores brasileiros, mudança curricular, fiscalização entre outras ações. No entanto, o "xeque-mate" do poder público aconteceu com a completa municipalização da escola, no ano de 1944.

O processo de municipalização da Escola Bratislava se concretizou após anos de resistência da comunidade estrangeira, a qual vivia na região. Nesse

contexto, a escola, além de ser uma instituição importante para a formação educacional da comunidade, foi, também, um espaço de encontros sociais e religiosos, os quais eram utilizados na tentativa de manter viva a identidade étnica das pessoas que ali moravam.

4.3 ORGANIZAÇÃO DA ESCOLA BRATISLAVA APÓS A MUNICIPALIZAÇÃO (1944-1949)

Com a responsabilidade de ser promotora do desenvolvimento e transmissora de conhecimentos científicos, a Escola Bratislava foi municipalizada, no ano de 1944. Com o passar dos anos, e como símbolo da união entre os moradores da Colônia, foi instaurada a nova instituição: o Grupo Escolar 'Manoel Ribas', considerado um instrumento de educação patriótica e cidadã. É desse novo modelo, dessa nova concepção, que discorre os próximos itens deste trabalho.

4.3.1 Da Escola Bratislava ao Grupo Escolar 'Manoel Ribas'

Pode-se dizer que a interferência municipal na Escola Bratislava começou de maneira processual na segunda metade da década de 1930, quando a instituição foi criada. Mesmo a escola tendo sido instalada por iniciativa dos moradores da colônia, a presença do poder público foi manifesta, ora por meio da nomeação de professores, ora por ajuda financeira para a Associação Escolar, e também por meio da fiscalização da instituição. Entretanto, a municipalização da Escola Bratislava data do ano de 1944, quando Nova Dantzig era ainda Distrito de Londrina⁴⁶.

Em relação à história da Escola Bratislava, não há como analisá-la sem fazer menção a Escola Estadual 'Eslovaca', localizada na parte 'de cima' da

⁴⁶ A municipalização da escola aconteceu no mesmo ano em que Nova Dantzig teve o nome alterado para Cambé.

colônia, pelo fato de que as histórias das duas escolas estão relacionadas e a junção delas contribuiu com a instalação do grupo escolar na região⁴⁷.

Tanto a escola da 'parte de baixo' quanto a escola da 'parte de cima' da colônia foram construídas em proporções modestas, eram pequenas, tinham apenas uma sala em cada escola e o atendimento aos alunos acontecia de maneira multisseriada, em que um único professor ministra o conteúdo para os alunos que estão em diferentes séries, mas na mesma sala. Esse modelo de educação era comum nas escolas isoladas, principalmente nas rurais.

Em relação às escolas rurais da região, o trabalho educacional era realizado por meio do improvisado, pois havia falta de materiais pedagógicos e de estrutura física. Em relação às classes multisseriadas, as aulas eram transcritas "no quadro com giz, geralmente dividido em duas ou três partes, conforme o tamanho do mesmo e de acordo com o número de séries constantes na mesma classe" (CAPELO, 2000, p. 57).

As duas escolas do Bratislava possuíam seus próprios professores, no entanto, havia resistência dos moradores da região em aceitar os professores enviados pelo poder público, mesmo após o processo de municipalização das escolas. De certa maneira, isso gerava uma rotatividade de professor nas escolas.

Segundo o depoimento da professora Ana Zifchack Mazzei, ela foi convidada por Jacídio Correia, no ano de 1946, para lecionar na escola "de cima" da colônia, porque os professores municipais que haviam passado pela escola não se adaptavam. Em 6 meses, haviam passado 3 professores pela instituição. "As professoras não paravam na escola porque não suportavam as violências simbólicas que sofriam" (CAPELO, 2000, p. 211). A violência a que se refere a autora está ligada a não-aceitação feminina no magistério, ao choque cultural que ocorria, pois as(os) professoras(es) tinham que morar na escola e se adaptar ao modo de vida rural.

O fato de a professora Ana Zifchack Mazzei ser descendente de eslovacos contribuiu para que a comunidade a aceitasse como professora. Ela atuou em

⁴⁷ A escola 'de baixo' foi inaugurada no ano de 1936, já a data de instalação da escola 'de cima' não é precisa. Ela foi instalada aproximadamente entre o final dos anos 1930 e início dos anos 1940.

ambas as escolas no período em que as duas instituições educacionais estavam ativas.

[...] as nomeações de professores e professoras eram feitas inicialmente pelo Prefeito de Londrina e após os anos 40 pelo poder Público Estadual. Isto significava, para os eslovacos, uma espécie de ingerência num grupo étnico que insistia em ser estrangeiro, isto é, as nomeações não atendiam à homogeneidade e, para os de cima, as nomeações não atendiam à heterogeneidade do grupo. (CAPELO, 2000, p.212).

A municipalização da Escola Bratislava, localizada na parte “de baixo” da colônia, aconteceu ao final do Estado Novo, um período de transição política no país. No ano de 1945, o Brasil presenciou a restauração da democracia no país e a promulgação do Decreto n.º 19.513, de 25 de agosto de 1945, no qual se estabelecia disposições regulamentares destinadas a reger a concessão do auxílio federal para o ensino primário. De acordo com o Decreto, os recursos financeiros do Fundo Nacional de Ensino Primário seriam destinados anualmente aos estados, com o objetivo de promover a ampliação e a melhoria dos sistemas escolares de ensino primário em todo o país⁴⁸. O artigo 4º rezava que os auxílios federais, provenientes do Fundo Nacional, deveriam ser aplicados em uma importância de 70% do valor de cada auxílio para as construções escolares (BRASIL, 1945).

No ano seguinte, houve a formulação de uma nova constituinte, promulgada em 1946. A promulgação da 5ª constituição brasileira ocorre juntamente com a restauração da democracia no país. Nesse período, aconteceu a reconstituição partidária e, conseqüentemente, a volta dos três poderes atuantes: o executivo, o legislativo e o judiciário. Nesse período, assim como o Brasil, Cambé também passava pelo processo de redemocratização. Diante disso, surgiu um movimento formado por vários moradores da região que buscavam a autonomia do Distrito de Cambé. Então, no dia 13 de outubro de 1947, Moysés Lupion, governador do Estado, assinou a Lei que elevou o Distrito a Município, instalado em 11 de outubro de 1947, e Eustachio Sellman foi nomeado prefeito provisório. Nesse contexto, acontece a primeira eleição municipal para

⁴⁸ O Fundo Nacional do Ensino Primário foi instituído pelo Decreto-lei n.º 4.958, de 14 de novembro de 1942.

prefeito e Jacídio Correia é eleito com 691 votos contra 685 do outro candidato. Ao ser eleito, Jacídio Correia priorizou, em sua administração, a construção e a municipalização das escolas de Cambé (CAMBÉ, 1992)⁴⁹.

Após a década de 1930, a educação rural passou a ser vista como o meio mais eficaz de fixação do homem no campo. Nesse período, o governo estadual procurava incentivar a reocupação das regiões paranaenses tidas como 'espaços vazios'. Entretanto, essa reocupação fazia parte do projeto capitalista. Assim sendo, o governo estadual passou a desenvolver uma política de constituição da educação formal no meio rural, com o objetivo de fixar os colonos nessas áreas. Já a década de 1940 foi uma década de expansão dos grupos escolares no Paraná. Nesse período, os grupos escolares não se restringiam apenas aos centros urbanos, mas adentravam as regiões rurais do estado como “[...] um dos instrumentos político-ideológicos utilizados pelos governos, a fim de garantir a necessária dispersão populacional” (CAPELO, 2000, p. 91).

Nesse contexto, aconteceu a junção das duas escolas da Colônia Bratislava, que foi efetivada após a instalação do grupo escolar no ano de 1949, mas que recebeu o nome do interventor do Estado, Manoel Ribas, pela Lei Municipal n.º 8, de 5 de julho de 1948 (ANEXO V). A instalação do grupo escolar na Colônia Bratislava representou, simbolicamente, a presença do Estado na região e o fim dos conflitos étnicos que, nesse período, já não eram tão evidentes.

Antes mesmo da instalação do grupo escolar na região, as duas escolas passaram a atender os alunos por classificação de série, ou seja, em alguns momentos, a escola de baixo recebeu os alunos de primeiro e segundo ano, enquanto isso, os alunos que estavam no terceiro ano estudavam na escola 'de cima' (MAZZEI, 1995).

As crianças da região frequentaram as escolas após a municipalização e tiveram aulas com os mesmos professores, pois alguns deles atuaram nas duas escolas, como foi o caso da professora Ana Zifchack Mazzei. Os alunos que frequentavam a instituição eram provenientes não só da colônia, mas das

⁴⁹ Jacídio Correia foi prefeito de Cambé em três legislaturas, sendo a primeira de 1947 a 1951, a segunda de 1955 a 1959 e a última de 1963 a 1969 (CAMBÉ, 1992). Na primeira administração, Jacídio Correia construiu e municipalizou, ao todo, 11 escolas rurais em Cambé, conforme os dados da Secretaria Municipal de Educação.

redondezas. Eles moravam nas regiões conhecidas como ‘São Domingos’, ‘Esperança’ e ‘Caramurú’⁵⁰.

A imagem a seguir é do ‘Lançamento da Pedra Fundamental’ do Grupo Escolar Rural ‘Manoel Ribas’ que aconteceu em janeiro de 1949. Foi registrada a presença do então prefeito Jacídio Correia, do inspetor de ensino João Panasiewicz e do delegado de ensino Newton Guimarães (ESCOLA BRATISLAVA, 1967).

Em destaque aparece uma bandeira brasileira o que reafirma que por meio das políticas da Era Vargas a região havia sido nacionalizada.

Figura 9 - Lançamento da Pedra Fundamental do Grupo Escolar Rural “Manoel Ribas” (1949)



Fonte: Museu Histórico de Cambé

⁵⁰ No ano de 1949, foi construída no ‘Caramurú’ a Escola isolada ‘Emílio de Menezes’, desativada em 2004. Em 1957, foi construída, na região ‘Esperança’, a Escola isolada ‘Hugo Simas’, que foi desativada em 2005. Já em relação a escola da região ‘São Domingos’, não há referência precisa sobre a data de sua fundação, somente a da desativação, que ocorreu no ano de 1984. Após a construção dessas escolas, diminui expressivamente a quantidade de alunos que frequentavam o Grupo Escolar ‘Manoel Ribas’, na região do Bratislava (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO).

Já a próxima imagem (Figura 10) refere-se ao dia da inauguração do Grupo Escolar Manoel Ribas, no ano de 1949. Estavam presentes na inauguração do grupo, na frente, da esquerda para direita: Albino das Neves, José Nogueira, João Mazzei, Joao Zifchak, Martin Konhewalik, Andre Bigas, o prefeito Jacídio Correia, o inspetor de ensino Joao Panaziewiz, o padre Luis Otto, o coletor Teodoro Conceição e os vereadores José Cilião de Araujo e Luis Ricieri. No alto, da esquerda para direita: Braz Montezano, José Rapchan, José kubalak e as professoras Maria de Lourdes Melo, Rosari Zifchak, Lucia Zaia, Ana Zifchak e Maria Zifchak (PAVINATO, 1995).

A inauguração foi considerada um evento importante para o município de Cambé e contou com a reunião de importantes autoridades respeitadas, dentre elas estava um padre, que representava a autoridade religiosa para aos moradores da região, confirmando como era estreita era a relação entre educação e fé na colônia Bratislava.

Figura 10 - Inauguração do Grupo Escolar Municipal 'Manoel Ribas' (1949)



Fonte: Museu Histórico de Cambé

O grupo foi construído no ano de 1949, com recursos provenientes da prefeitura municipal de Cambé, conforme relatório de 1950 (ANEXO W). Entretanto, nesse período os municípios paranaense receberam apoio financeiro do Governo Estadual e Federal para a construção de Grupos escolares, principalmente em regiões de colonização estrangeira⁵¹.

A escolha do nome do grupo escolar foi em homenagem a Manoel Ribas – ex-interventor do Paraná por treze anos (falecido no ano de 1946) –, quando esteve à frente da administração do Estado, o qual contribuiu para com o processo de nacionalização das escolas étnicas do Paraná e a instalação de grupos escolares no Estado.

Sobre a escolha de nomes de ‘heróis nacionais’, Renk afirma que:

Os nomes têm relação com a história e a vida social dos grupos e são portadores de significados simbólicos. Ao mudar o nome de uma sociedade étnica para um nome nacional, a intenção é apagar o passado e recriar uma nova memória coletiva. (RENK, 2009, p.72).

A instalação do grupo escolar no Bratislava tinha o objetivo de suprir a necessidade educacional das crianças, mas também de amenizar os conflitos étnicos existentes na comunidade, que nesse período já não eram tão evidentes.

A escolha do nome da escola estava em concordância com a Lei Orgânica do Ensino Primário (1946), a qual prescrevia:

Aos estabelecimentos de ensino primário poderão ser atribuídos nomes de pessoas já, falecidas, que hajam prestado relevantes serviços à humanidade, ao país, Estado ou ao Município, e cuja vida pública e particular possa ser apontada às novas gerações. (BRASIL, 1946, p. 1).

Assim, a escolha do nome da instituição não foi somente em homenagem à memória de Manoel Ribas, foi também uma forma de o poder público cambense, que detinha o poder ‘simbólico’, fazer-se presente na Colônia Bratislava. Nesse contexto, a construção do grupo escolar aconteceu para atender aos alunos de

⁵¹ Sobre o assunto ver os relatórios de Governo disponível na página do Arquivo Público Paranaense.

toda a região, inclusive dos arredores do Bratislava, e não somente aos moradores da colônia, conforme o objetivo das primeiras escolas instaladas.

Conforme aparece na imagem, o Grupo Escolar 'Manoel Ribas' diferente do padrão de grupos escolares da região que eram construídos em alvenaria foi construído em madeira e com telhas de barro.

A inauguração do grupo contou com a presença de muitos moradores da região, além de professores e autoridades políticas e religiosas.

A figura que segue também é do dia da inauguração do grupo escolar. O fundo na imagem é possível observar a plantação de café que divide a cena com algumas árvores nativas da região. A presença de alguns veículos automotivos estacionados ao lado da escola representam a prosperidade dos moradores e o desenvolvimento econômico da região.

Apesar do nome da instituição ser escolhida em homenagem a Manoel Ribas, duas crianças seguram em cima do telhado uma faixa com a nomenclatura 'Grupo Escolar Municipal Bratislava'. A insistência em utilizar a nomenclatura Bratislava configura de certa maneira a resistência que os moradores tinham em preservar um saudosismo da antiga pátria.

Figura 11- Inauguração do Grupo Escolar na Colônia Bratislava (1949)



Fonte: Museu Histórico de Cambé

O grupo escolar foi construído em proporções que pudesse atender aos alunos das duas escolas isoladas da colônia. Sendo assim, o prédio foi construído com uma medida de 150 metros quadrados. O prédio contava com 3 portas de 1 metro por 2,5 metros e 11 janelas com vidraças que mediam 1,30 metros por 1,50 (ESCOLA BRATISLAVA, 1967). A utilização de vidros nas janelas tinha o objetivo de aumentar a claridade nas salas de aula.

O grupo escolar contava com 3 salas de aula. Uma das salas media 6 metros de largura por 8 metros de comprimento. Já as outras duas salas de aula mediam respectivamente 6 metros por 5, 4 metros. Cada sala possuía 2 quadros negros, uma mesa e uma cadeira para o professor, um armário e em média 17 carteira duplas. Tinha ainda o gabinete do diretor que media 3 metros por 3,8 metros e possuía um jogo de mesa e cadeira e uma estante (ESCOLA BRATISLAVA, 1967).

Apesar de fontes afirmarem que a instituição foi construída com recursos municipais, nesse período havia parcerias entre o Governo Federal, Estadual e Municipal na construção e manutenção das instituições escolares, principalmente em regiões de colonização estrangeira. Prova disso é que o Estado doou as mesas e as carteiras, 1 armário e 4 quadros-negros. A Prefeitura doou 2 armários, as cadeiras e 2 quadros negros. O grupo possuía ainda um poço artesiano com 25 metros de profundidade. A água do poço abastecia o grupo escolar desde a preparação dos alimentos quanto no uso diário de 150 alunos que foram matriculados no primeiro ano de funcionamento da instituição (ESCOLA BRATISLAVA, 1967).

Ao reunir as duas escolas da Colônia Bratislava e expandir o atendimento a crianças de outras regiões, a instituição escolar se caracterizou, de fato, como uma instituição pública mantida pelo poder público. A nova configuração da instituição descaracterizou toda e qualquer lembrança da escola étnica que, por um período, funcionou no Bratislava. Esse fator demonstrou o quão eficaz foi a ação do poder público na nacionalização das escolas no Paraná, mais precisamente na região de Cambé.

A Escola Bratislava não é um elemento isolado da realidade sociopolítica e educacional do país, mas está inserida nesse contexto como um produto dessa

época histórica. Os aspectos analisados, até agora, foram importantes para a compreensão dos fatores que contribuíram para a edificação e instituição dessa unidade escolar do Paraná. Todavia, a instituição não se fez sem a presença dos atores que fizeram a história da Escola Bratislava, os professores e os alunos e é sobre essas pessoas que discorre o próximo item.

4.3.2 Alunos, professores e o contexto educacional da Escola Bratislava

Em pesquisas sobre uma instituição escolar, a análise referente à composição do seu corpo docente e a sua atuação na instituição são importantes elementos no processo de reconstrução histórica de uma determinada escola. Não menos importante, a análise do corpo discente pode demonstrar a relevância social da instituição (BUFFA; NOSELLA, 2009). Nesse aspecto, será analisada a configuração do corpo docente e discente da Escola Bratislava após a municipalização, no ano de 1944, até a instalação do grupo escolar, no ano de 1949⁵².

A história da instituição do município de Cambé foi marcada pela presença étnica, tanto a região urbana quanto a rural. Nesse aspecto, as políticas nacionalistas da Era Vargas colocou sob a responsabilidade dos professores a formação do cidadão nacional brasileiro, que deveria acontecer via escola. Diante de tão 'nobre missão', há de se questionar: quem foram os professores que trabalharam na escola após a municipalização? Quem eram os alunos? Como acontecia a prática pedagógica na instituição? De que maneira a educação escolar contribuiu com o processo de nacionalização dos moradores da colônia Bratislava?

Questões como essas nos levam a análise dos documentos arquivados na Secretaria Municipal de Educação. De acordo com esses documentos, a Escola Bratislava, do período em que foi municipalizada até a instalação do grupo escolar, contou com a presença de apenas 3 professores, sendo que um deles

⁵² A não localização de documentação entre o período de 1936 e 1943 dificultou a análise sobre quem foram os professores e alunos do período. Nesse aspecto, optou-se em fazer a análise do período pós-municipalização até a instalação do Grupo Escolar 'Manoel Ribas'.

atuou por um período maior na instituição, conforme o demonstrado no quadro a seguir.

Quadro 3 - Professores municipais da Escola Bratislava de Cambé (1944-1948)⁵³

Nome do professor	Ano de atuação
Verônica Gonçalves	1944
Joaquim Batista Pereira	1945 a 1947
Maria de Lourdes Melo	1948

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Cambé

O curto período de atuação da professora Verônica na escola é atribuído a sua crença religiosa. Pelo fato de ela ser adepta da religião protestante, ela não participava dos bailes e das celebrações religiosas que aconteciam na igreja e na escola. A esse respeito, Mazzei (1995) afirmou que: “[...] tinha uma tal de Verônica que era crente e não ia em baile e nem em festa e ela foi mandada embora por eles. Ela morava na escola. A escola já tinha a casinha para o professor. Tinha um quarto grande e um fogãozinho à lenha”.

A história da educação na região do Bratislava está atrelada à religião, dessa maneira, para que o professor pudesse ser aceito pelos moradores, era necessário que ele se adaptasse ao modo de vida deles, participando, inclusive, das celebrações religiosas e ministrando aulas de catecismo. O professor que não se enquadrava nesse modelo, não permanecia na escola.

A respeito da atuação dos professores nas escolas presentes nas zonas rurais de Londrina e região, Capelo afirma que:

O professor ou a professora incorporavam papéis sociais que extrapolavam suas funções docentes no interior da formalidade escolar. Eles são transformados em líderes, catequistas, autoridades comunitárias que, apoiadas no conhecimento da leitura e da escrita, podem legitimamente representar a comunidade junto ao poder público municipal. (CAPELO, 2000, p. 94).

⁵³ O nome da professora Ana Zifchack Mazzei não aparece no quadro, pois apesar de ela também atuar na Escola Bratislava “de baixo” ela estava vinculada a Escola Estadual Eslovaca “de cima” da colônia. Ela iniciou as atividades como docente na Colônia Bratislava no ano de 1946.

Outro elemento passível de análise presente no depoimento é o fato de os professores terem que morar na escola. Os professores que moravam nas dependências da escola possivelmente eram solteiros, o que permitia total dedicação ao trabalho educacional e ao atendimento aos moradores. “O professor atendia os alunos e também os pais, com conselhos e com contas de medida e valor de quanto seria pago pelo café. Aplicava injeção, cortava cabelo, fazia permanente” (MAZZEI, 1995). A visão que aparece no depoimento é a do professor o qual deveria exercer a sua profissão enquanto uma missão a ser cumprida, como um sacerdócio que deveria ser bem exercido.

Em relação à atuação dos professores na Escola Bratislava, os dados demonstram que a presença masculina foi marcante nos primeiros anos nos quais a instituição esteve ativa, no entanto, com o passar dos anos, os professores do sexo masculino foram substituídos por mulheres⁵⁴.

Quanto à formação desses professores, muitos dos que atuaram nas duas escolas do Bratislava eram leigos e não possuíam formação. A falta de professores formados foi outro problema que afetou não só a região investigada, mas também muitas escolas rurais em todo o Paraná.

A formação do professor para o meio rural já havia iniciado em 1930 e teve continuidade até 1971; desenvolveu-se procurando atender às demandas da população que cresciam na medida em que se multiplicavam os municípios em função da lavoura cafeeira enquanto expansão da lavoura paulista: as plantações de café estenderam-se além da divisa do rio Paranapanema instalando-se em terras paranaenses. (MIGUEL, 2011, p. 22).

No período de 1945 a 1947, Joaquim Batista Pereira foi o professor da Escola Bratislava, enquanto a professora Ana Zifchack Mazzei foi professora da Escola Estadual Eslovaca, também na Colônia Bratislava.

A partir da chegada da professora no bairro, houve uma nova configuração da educação escolar, a qual contribuiu para a união dos dois grupos de moradores da Colônia, bem como com a instalação do grupo escolar. Ela, com a ajuda do professor Joaquim, aos poucos desenvolveram um trabalho de aceitação das duas escolas por toda a comunidade. “[...] a atuação dos dois professores,

⁵⁴ Sobre a feminização do magistério no Brasil ver Almeida (2006).

das duas escolas que existiram no bairro, deve ser somada também a fatores que influíram na união dos grupos, uma vez que eram promovidas algumas festas com a participação conjunta das crianças” (TIRANDELLI, 1988, p. 123).

A imagem a seguir (Figura 12) é do ano de 1947, quando funcionavam as duas escolas. Na imagem, aparece o professor Joaquim Pereira e a professora Ana Zifchack Mazzei com um grupo de alunos. A quantidade expressiva de alunos uniformizados indica que os alunos das duas escolas estavam realizando alguma atividade extraclasse. A junção dos alunos das duas instituições durante algumas atividades e eventos contribuiu para a união dos moradores da colônia. É possível verificar, ainda, que, por estarem em uma região rural, as casas ficavam longe umas das outras, dessa maneira, as duas escolas, ao serem localizadas uma na parte de cima e a outra na parte de baixo, contemplavam grande parte dos moradores da colônia.

Figura 12 - Alunos e professores da Escola Bratislava (1947)



Fonte: Museu Histórico de Cambé

A Escola Bratislava atendeu, desde os seus primórdios, a meninas e meninos. Inicialmente, seu público alvo era os filhos dos imigrantes

tchecoslovacos que habitavam a Colônia. Mas com o processo de municipalização a escola se tornou referência educacional para todos os moradores da região, inclusive para pessoas de fora da colônia.

O quadro a seguir retrata a quantidade de alunos que frequentavam a Escola Bratislava no período em que ela ainda era uma escola isolada. Nele não estão contemplados os alunos que estudaram na escola pública que ficava na parte 'de cima' da colônia⁵⁵.

Quadro 4 - Quantidade de matrículas da Escola Bratislava (1944-1948)

Ano	Turma	Meninos	Meninas	Subtotal	Total
1944	1ª série	32	22	54	58
	2ª série	3	1	4	
1945	1ª série	49	37	86	104
	2ª série	10	4	14	
	3ª série	4	0	4	
1946	1ª série	29	33	62	83
	2ª série	7	10	17	
	3ª série	-	2	2	
	4ª série	2	-	2	
1947	1ª série	-	-	-	51
	2ª série	12	16	28	
	3ª série	10	13	23	
	4ª série	-	-	-	
1948	1ª série	18	14	32	47
	2ª série	6	9	15	
	3ª série	-	-	-	
	4ª série	-	-	-	
Total de alunos		182	161		343

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Cambé

⁵⁵ De acordo com o Artigo 28 das Leis Orgânicas do Ensino Primário, de 1946, era considerada Escola Isolada a instituição escolar que possuísse somente uma turma de alunos e que tivesse apenas um docente.

Com a análise do quadro, é possível observar que houve oscilação na oferta de turmas e na quantidade de alunos matriculados, no decorrer dos anos. No ano de 1947, não aparece, no quadro, as matrículas referentes à primeira série, entretanto, 17 alunos reprovaram a primeira série no ano de 1946 e uma aluna não fez o exame final. Mesmo considerando situações em que os alunos depois de reprovados não retornavam para a escola no ano seguinte, ainda assim havia demanda de matrículas para a primeira série no ano de 1947. Nesse mesmo ano, não houve matrículas na quarta série.

No ano de 1948, tanto a terceira série quanto a quarta não tiveram matrículas. Essa situação pode ter ocorrido por dois fatores principais, primeiro, porque há a possibilidade de a Escola 'Estadual Eslovaca', localizada na parte de cima da colônia, tenha ofertado tais séries, conforme relatou Ana Zifchack Mazzei (1995), e tenha assumido esses alunos. Outra situação a qual não pode ser deixada de lado é que a escola, nesse período, era excludente.

Tratava-se de escolas bastantes celetistas com exames finais obrigatórios, aplicado por "bancas examinadoras". Essas ocasiões eram muito temidas, resultando frequentemente em elevados índices de reprovação e não comparecimentos motivados ora pelo próprio temor das crianças, ora porque as chances de aprovação eram mínimas. (CAPELO, 2000, p. 61).

O quadro a seguir apresenta informações sobre a quantidade de alunos aprovados e reprovados no período de 1944 a 1948.

Quadro 5 - Quantidade de alunos aprovados e reprovados da Escola Bratislava

Ano	Meninos		Meninas		Não compareceu no exame	
	Aprovados	Reprovados	Aprovadas	Reprovadas	Meninos	Meninas
1944	8	27	4	19	-	-
1945	30	33	16	25	-	-
1946	32	11	32	6	1	1
1947	22	11	28	5	-	1
1948	12	-	17	-	-	-
Total	104	82	97	55	1	2

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Cambé

Os dados revelam que a quantidade de reprovações, tanto dos meninos quanto das meninas, superavam, em alguns anos, a quantidade de aprovados. De maneira geral, a média de reprovação dos meninos chegou a cerca de 79%, já o índice de reprovação das meninas chegou em média a 56%, esses valores não consideraram os alunos que faltaram no dia da realização do exame final, pois o não comparecimento no dia do exame era motivado pelo medo que alguns alunos tinham em passar pela avaliação.

O alto índice de reprovação mostra que a educação nesse período não era para todos. A escola selecionava e excluía grande parte da população brasileira. No caso específico da escola, as reprovações eram causadas, também, pelo contexto em que as crianças viviam, pois, por se tratar de uma região rural, na qual as famílias eram as responsáveis por todo o trabalho, tanto o doméstico quanto o da 'roça', a criança era utilizada, desde pequena, como mão de obra. Essa situação contribuía para o cansaço excessivo das crianças, o que se tornava um empecilho para o cumprimento das tarefas escolares e, também, para o abandono dos bancos escolares, principalmente nos períodos de produção agrícola (SCHNEIDER, 2005).

De acordo com o depoimento de Ana Zifchack Mazzei (1995), as crianças trabalhavam na propriedade da família desde pequenas.

Eram crianças bem alimentadas, crianças que trabalhavam muito, trabalhavam na roça desde pequenininhos. Com 5 anos já iam para os pés de café limpar os troncos. Os pais derribavam café em cima e caía café no meio dos troncos e esses pequenininhos com 4 ou 5 anos que ficavam debaixo da saia do café limpando. [...] Quando chegavam na escola "eles não sabiam pegar o lápis na mão, você tinha que por o lápis na mão deles, porque a maioria deles só sabiam pegar na enxada, porque eles trabalhavam na roça desde pequenos.

A falta de professores qualificados também era um fator que contribuía para o índice de reprovação e não permanência dos alunos na escola. As escolas isoladas rurais, de fato, ficavam isoladas, pois muitos professores não tinham formação e nem passavam por cursos de capacitação ou reuniões pedagógicas.

As rotinas escolares, desencadeadas no interior das escolas antigas, envolviam inicialmente, para os professores, a superação de uma série de dificuldades, a começar pelo desconhecimento ou inexistência de programas de ensino, passando pela carência de orientação pedagógica por parte dos inspetores. (CAPELO, 2000, p. 211).

Em relação aos alunos que frequentaram a Escola Bratislava, alguns nomes merecem destaque. João Bigas cursou a segunda série no ano de 1947, depois de adulto ele foi vereador de Cambé e também professor na Escola Bratislava. Da mesma turma dele também foram professoras da escola na década de 1960, Ruthes Sackser e Maria Versan, ambas cursaram a segunda série em 1947 na Escola Bratislava. Isabel dos Santos cursou a segunda série no ano de 1948 e também foi professora da escola. Vanda de Souza, Maria Mazarello Oliveira, Regina Mazarello Oliveira, Regina Célia Nogueira e Elza Furlan estudaram na escola Bratislava e depois de formadas foram também professoras no Grupo Escolar Rural 'Manoel Ribas'. Paulo Zifchack também no grupo escolar da Colônia Bratislava e se formou em Medicina pela Unicamp no final da década de 1960 (ESCOLA BRATISLAVA, 1967).

De acordo com a ex-professora Ana Zifchack Mazzei, ela não participava de reuniões pedagógicas e não tinha um programa para seguir. Esporadicamente, recebia a visita do delegado de ensino de Londrina, e, no final de cada ano letivo, uma equipe composta por examinadores e pelo inspetor do ensino compareciam nas duas escolas e no grupo escolar para a realização do exame final.

Sobre a avaliação, Mazzei, que participou como examinadora em alguns anos, afirma que "Os exames eram feitos na lousa. Os inspetores vinham com uma lousa e chamava a criança, uma de cada vez. A criança tinha que fazer a cópia. Dava a nota e apagava, depois passava os problemas" (MAZZEI, 1995).

Historicamente, o ensino primário no Brasil não foi alvo de reformas significativas. Na década de 30 e início da de 40 do século XX, os Estados eram os responsáveis pelo ensino primário. Dessa forma, cada Estado conduzia o ensino primário da maneira que podia. Entretanto, no ano de 1946, foi promulgado o Decreto-Lei n.º 8.529, de 2 de janeiro de 1946, que ficou conhecido como "Lei Orgânica do Ensino Primário". Esse Decreto foi o responsável por organizar o ensino primário no Brasil e por estruturar o ensino primário em elementar e complementar.

De acordo com o art.7º do capítulo I, dessa lei, o curso primário elementar deveria ser composto por 4 anos de estudos e compreenderia: leitura e linguagem oral e escrita; iniciação matemática; geografia e história do Brasil; conhecimentos gerais aplicados à vida social, à educação para a saúde e ao trabalho; desenho e trabalhos manuais; canto orfeônico; educação física (BRASIL, 1946).

Já o curso primário complementar tinha a duração de 1 ano, a ser cursado após o término do primário elementar. O curso contemplaria: leitura e linguagem oral e escrita; aritmética e geometria; geografia e história do Brasil e noções de geografia geral e história da América; ciências naturais e higiene; conhecimentos das atividades econômicas da região; desenho; trabalhos manuais e práticas educativas, referentes às atividades econômicas da região; canto orfeônico; educação física. E para as meninas eram ensinadas noções de economia solidária e puericultura (BRASIL, 1946).

Em relação a Escola Bratislava, não há indícios de que havia aulas de canto, nem as disciplinas específicas para meninas. De acordo com o registrado nas atas de aprovação dos exames finais da instituição, os alunos utilizavam cadernos de linguagem, caligrafia, desenho e cartografia, e realizavam trabalhos manuais (ANEXO X).

Segundo Ana Zifchack Mazzei (1995), o trabalho pedagógico desenvolvido nas escolas do Bratislava era direcionado pelo uso da cartilha. Os alunos do 1º ano utilizavam a cartilha até o mês de junho, após esse período, era feita a utilização de livros. Os alunos aprendiam a numeração até 1.000 e as 4 operações matemáticas com reserva e empréstimo. No 2º ano, era ensinado a divisão com dezena na chave e a multiplicação com 'o zero intercalado'. No 3º, os alunos aprendiam frações ordinárias, soma, subtração, multiplicação, divisão e sistema de medidas. Em Estudos Sociais, o 4º ano estudava o mundo.

O que os alunos aprendem hoje na 8ª série é o que nós ensinávamos no 4º ano. Os pontos de ciências, história e geografia era tudo passado no quadro e as crianças sabiam os estados e capitais do Brasil e da Europa, de cor e salteado. Os nossos alunos faziam o 4º ano no sítio, quando iam para a cidade fazer o exame de admissão, passavam em primeiro lugar. (MAZZEI, 1995).

O depoimento da professora é carregado de um saudosismo de um tempo em que o ensino era considerado, por ela, 'mais eficiente'. No entanto, a maneira como o conteúdo era transmitido revela um ensino que tinha como base a memorização. Apesar do saudosismo presente no depoimento da professora, sobre a qualidade da educação nas décadas de 1940 e 1950, a análise dos documentos revela que, nesse período, além das reprovações, a desistência também era frequente entre os alunos, e poucos conseguiam terminar o curso primário (Quadro 5).

Os alunos que conseguiam frequentar a escola durante o ano letivo passavam pela realização de exames finais, os quais eram aplicados por uma equipe de avaliadores. Esse momento era muito temido pelos alunos, que acabavam por não comparecer no dia do exame.

Quadro 6 - Grupo de examinadores da Escola Bratislava

Ano	Professor	Examinadores	Inspetor municipal
1944	Verônica Gonçalves	Não teve	Jacídio Correia
1945	Joaquim Batista Pereira	Saturnina Almerindo; Maria Almeida Romaniólo;	Jacídio Correia
1946	Joaquim Batista Pereira	Ana Zifchack; Aurora Spanhola; Alice Sartorelli; Angélica Carvalho de Oliveira.	Jacídio Correia
1947	Joaquim Batista Pereira	Alice Sartorelli; Aurora Spanholo.	João Panasiewicz
1948	Maria de Lourdes Melo	Carmem Santino de Paoli; Zelda Cezira Curci; Iracy Paschoal de Souza; Catarina Cassaro.	João Panasiewicz

Fonte: Secretaria Municipal de Cambé

No primeiro ano da municipalização da escola, os alunos foram avaliados apenas pelo inspetor municipal, já nos outros anos, foi constituída uma equipe de examinadores composta por professores de outras instituições escolares da região. O aumento na quantidade de examinadores aconteceu pelo aumento na

quantidade de alunos matriculados. No ano de 1946, a professora Ana Zifchack participou como examinadora na Escola Bratislava, esse foi o ano em que ela começou a lecionar na outra escola da colônia⁵⁶.

Em relação ao calendário escolar, a Lei Orgânica do Ensino Primário estabelecia, no artigo 14, que o ano escolar seria de 10 meses, dividido em 2 períodos letivos, com 20 dias de férias no meio do ano e 2 meses de férias ao final do ano letivo (BRASIL, 1946). Entretanto, o artigo 15 determinava que a duração do período letivo, bem como das férias, deveria ser fixada de acordo com as especificidades da região em que as escolas estavam alocadas. As escolas de regiões rurais, principalmente, deveriam ter o calendário escolar estabelecido de forma que não atrapalhasse ou ‘fosse atrapalhado’ pelo período de demanda agrícola (BRASIL, 1946).

Por determinado período, o calendário escolar da Escola Bratislava foi elaborado respeitando o período de colheita, conforme afirma Ana Zifchack Mazzei.

As férias eram em junho, porque chegava na época da colheita do café o povo tirava as crianças da escola para trabalhar na colheita. A gente geralmente começava com duas até três classes de primeiro ano e acabava com uma classe de quarto ano. Uma classe só que tirava o diploma do primário. Geralmente depois que eles aprendiam a ler e escrever eles saíam e iam trabalhar na roça⁵⁷. (MAZZEI, 1995).

A preocupação em conciliar os períodos de produção e colheita agrícola com o calendário escolar tinha o objetivo de diminuir a não permanência na escola. Dentre os motivos para tal preocupação, estava o custo elevado da educação pública no país, sendo assim, o abandono dos bancos escolares seria admitido como prejuízo financeiro pelo Estado, conforme afirma Faria (2010).

Nas primeiras décadas de sua instalação, a Escola Bratislava foi um instrumento de formação dos moradores da região. A formação dada pela escola perpassava a tarefa de instruir, pois era responsável, também, pela construção do sentimento patriótico. Esse processo de abasileiramento dos imigrantes e de

⁵⁶ Na Ata de exame, a professora Ana Zifchack assina com o nome de solteira, anos depois, depois de se casar, passou a assinar com o sobrenome do esposo: Mazzei.

⁵⁷ A informação diz respeito ao período dos primeiros anos de funcionamento do Grupo Escolar ‘Manoel Ribas’.

nacionalização via escola aconteceu por ordem da Lei, pela instituição de um currículo específico, mas, principalmente, pela celebração de datas, culto a heróis nacionais e festividades escolares, que serão abordados na próxima subseção.

4.3.3 Patriotismo no contexto escolar

Como parte do projeto de nacionalização da educação na Era Vargas, foi instituído o Decreto n.º 19.488, de 15 de dezembro de 1930, o qual determinava os feriados nacionais. Em outubro de 1936, foi promulgada a Lei n.º 259, a qual determinava a obrigatoriedade do canto do Hino Nacional em todas as instituições de ensino e associações educativas do país. O cumprimento dessas leis ultrapassaram a década de sua criação, pois há relatos de que as escolas entoavam o hino nacional nas décadas de 40 e 50 do século XX.

A esse respeito, Ana Zifchack Mazzei afirmou que

Sobrava tempo para os alunos cantar o hino nacional todos os dias na hora da entrada, isso era sagrado. Formava-se filas, todas as classes e ali cantava-se o hino nacional e depois entrava na classe. Quando chegava na classe, rezava e depois começava a aula. E ainda dava tempo de ensaiar os alunos e vir na cidade brilhar nos desfiles de sete de setembro e no dia onze de outubro, dia do município. (MAZZEI, 1995).

Em relação aos feriados nacionais, o mais comemorado nas escolas da região era o dia 7 de setembro, dia da Independência do Brasil (FARIA 2010). Na região de Cambé, as escolas comemoravam tanto os feriados nacionais quanto os municipais, como o dia do aniversário do município. A criação de decretos e leis de caráter patriótico tinha como objetivo a construção de uma identidade nacional entre os alunos (BENCOSTTA, 2006).

A Escola Bratislava, e, em poucos anos de funcionamento, construiu, com a comunidade, o hábito de comemorar os feriados nacionais e municipais, com a participação não só dos alunos, mas também dos pais, os quais acompanhavam

os filhos nos desfiles que aconteciam na avenida principal do município cambeense.

Para respeitar os feriados nacionais, cada escola criava os ritos de demonstração de civismo e patriotismo e os professores participavam. O papel dos professores era importante na demonstração pública dos desfiles escolares, canto dos hinos, exibir os símbolos da Pátria, acompanhados das aulas de Moral e Cívica, dava visibilidade ao processo de nacionalização. (RENK, 2012, p.1055).

Nesse contexto de formação patriótica, a Escola Bratislava foi muito atuante nos desfiles em datas de comemorações cívicas. A imagem a seguir retrata um grupo de alunos da Escola Bratislava que estavam sobre a carroceria de um pequeno caminhão de propriedade de um morador da Colônia no ano de 1946 em desfile pela avenida central de Nova Dantizg. Junto, aparece a imagem desfigurada de um homem em pé, próximo à porta do motorista, é provável que seja o professor Joaquim, que atuava na Escola Bratislava no período.

Figura 13 - Desfile da Escola Bratislava (1946)



Fonte: Museu histórico de Cambé

A próxima imagem (Figura 14) mostra um grupo de alunos da Escola Bratislava desfilando na avenida principal de Cambé, no ano de 1948, em um período em que as ruas não eram pavimentadas e as construções do centro da cidade eram feitas em madeira da região e telhas de barro. A maneira como os alunos aparecem organizados em filas com a bandeira brasileira em destaque demonstra o caráter disciplinador e patriótico da educação no período. Pautados no projeto higienista da educação, o uso do uniforme servia para passar a imagem de organização, higiene e 'igualdade' dos alunos (SILVA, 2006).

Figura 14 - Desfile dos alunos da Escola Bratislava (1948)



Fonte: Museu Histórico de Cambé

Os desfiles e o culto à bandeira e ao hino nacional, não se restringiam apenas às atividades escolares, pois representavam um projeto de “Brasil Desenvolvimentista”. Em meio a esse projeto, as escolas eram instrumentos necessários para manter a hegemonia desse modelo de país (ANDRADE, 2011), e, como parte desse projeto, os professores e alunos dedicavam várias horas ensaiando a marcha para o desfile, preparavam poesias, jograis e coreografias

que eram apresentados durante algumas paradas acontecidas em meio ao desfile, conforme aparece na imagem a seguir. As aulas de educação física também eram utilizadas para esse fim.

Figura 15 - Aula de educação-física em comemoração ao dia do município (1948)



Fonte: Museu Histórico de Cambé

Os professores que atuaram na Escola Bratislava nas duas primeiras décadas de seu funcionamento (1930-1940), além de ensinar a ler e a escrever, preparavam os alunos para os desfiles cívicos, formando, dessa maneira, os valores patrióticos (ANEXO Y).

Certamente, esses desfiles foram utilizados pelos diferentes regimes (República Velha, governo provisório de Vargas, Estado Novo, logo depois o curto espaço de democracia e, finalmente, a ditadura militar) como estratégias de propaganda para o exercício do poder do Estado sobre o que deveria se comemorar. No entanto, sua força foi certamente muito maior naqueles regimes em que ele, o Estado, exerceu uma maior censura sobre o conjunto das informações e utilizou manipulações que procuravam bloquear toda a atividade espontânea. (BENCOSTTA, 2006, p. 315).

Ao longo desta seção, foi tratado da história e da historiografia da Escola Bratislava de Cambé. No decorrer do trabalho foram realizadas algumas análises as quais contribuiu para compor a discussão de que a escola foi um importante instrumento de formação para os moradores da Colônia Bratislava. Não menos importante foi a atuação dos professores, na preparação para os desfiles e nas comemorações das festas escolares que contribuíram para a união das duas escolas da colônia e para amenizar os conflitos entre os moradores. Nesse aspecto, é possível verificar que durante alguns anos a escola desenvolveu um papel de relevância social e cultural, principalmente para os moradores da região.

5 CONCLUSÃO

Este trabalho teve como tema a reconstituição histórica da Escola Bratislava, de Cambé. De origem étnica, a escola, instalada na zona rural de Cambé no ano de 1936, vivenciou o processo de nacionalização dos moradores via projeto educacional proposto na Era Vargas (1930-1945).

Neste trabalho, foi apresentado o maior número possível de informações sobre o período da instalação da Escola Bratislava, em 1936, até a inauguração do Grupo Escolar 'Manoel Ribas', no ano de 1949. Todavia, é necessário salientar que a análise da história de uma instituição educativa ultrapassa a simples narrativa histórica, ela acontece por meio da reinterpretação de seu passado e da reconstituição de sua história.

A pesquisa sobre a origem e o desenvolvimento da Escola Bratislava, em seus primeiros anos de funcionamento (1936-1949), permitiu tecer algumas conclusões, que servem de contribuição para o estudo sobre a gênese da educação em Cambé (1934), bem como do contexto educacional brasileiro na Era Vargas.

O levantamento de fontes sobre a Escola Bratislava demonstrou que não há muitos documentos disponíveis sobre a instituição no período anterior a sua municipalização. Os poucos arquivos encontrados não estavam organizados e em boas condições de conservação. Alguns documentos se achavam espalhados por instituições da região ou sob a tutela de particulares, já outros, estavam preservados, mas em processo de catalogação e organização no Museu Histórico de Cambé.

Diante de tais dificuldades, fica evidente a necessidade da criação de espaços que assegurem melhor a conservação e a organização de documentos referentes às instituições escolares. Diante de tal situação surge a questão: por que uma região de colonização considerada recente possui tão poucos documentos que possam contribuir com a reconstrução da história da região?

As dificuldades em encontrar fontes se deram por vários fatores, inclusive pela própria especificidade da instituição, haja vista que ela foi instalada na região por iniciativa de imigrantes estrangeiros os quais habitavam a região Bratislava,

em Cambé, no início de sua colonização. Outro fator diz respeito ao período da pesquisa, pelo fato de o recorte cronológico ter sido durante a Era Vargas, uma vez que, nesse período, as políticas nacionalizantes e centralizadoras do Estado contribuíram para a não preservação de fontes sobre as instituições educacionais de origem étnica.

A falta de documentos contribuiu para uma narrativa histórica pautada na visão do pioneiro, que muitas vezes é tido como um herói. Isso acontece porque no Brasil não há uma cultura de preservação do Patrimônio Histórico Cultural, e as poucas medidas criadas nesse aspecto não são efetivadas.

A pesquisa sobre a Escola Bratislava aconteceu baseada em um processo de busca da reconstrução histórica da instituição educativa que se tornou referência de educação escolar para a região. Entretanto, não se pretende, com este trabalho, esgotar a história da instituição, essa não é a proposta deste. A história da instituição pesquisada ultrapassa o recorte temporal estabelecido neste trabalho, permitindo que outras pesquisas possam ser realizadas, inclusive com outros enfoques.

Por meio da análise dos dados presentes nas fontes, percebe-se que a história da Escola Bratislava se confunde com a história do próprio bairro, e a história deste, por sua vez, confunde-se com a história da formação do município de Cambé. Após a realização da pesquisa, uma questão pôde ser levantada: qual a função de uma instituição escolar numa região de recente colonização? A instituição foi fundada pela comunidade, formada, em sua maioria, por estrangeiros, principalmente como um instrumento de preservação da identidade étnica. Todavia, as políticas de nacionalização da Era Vargas foram eficazes tanto eficazes no processo de abasileiramento desses moradores quanto no de formação deles enquanto cidadãos nacionais.

A Escola Bratislava ficou sob o comando da comunidade por quase 8 anos (1936-1944). Nesse período os professores que atuaram na escola foram escolhidos e remunerados pelos pais dos alunos. No entanto, o poder público municipal assumiu a instituição que foi municipalizada, dando origem à instalação de um grupo escolar na região. Nesse aspecto, a escola foi um espaço de contradição, no qual, ao mesmo tempo em que foi um instrumento para preservar a identidade étnica dos imigrantes, foi, também, responsável por formar o 'homem

culto' apto a viver na 'cidade'. Dessa maneira, a educação rural, a qual tinha o objetivo de 'segurar' as pessoas no campo, tornou-se um propulsor do êxodo rural, pois muitos acreditavam na educação como via de ascensão social, fator que contribuiu para a decadência da colônia que com o passar dos anos se transformou em um bairro rural.

A Escola Bratislava, desde sua fundação até a sua transformação no grupo escolar, funcionava de maneira precária, sem estrutura física adequada e com professores sem formação. Mesmo após a municipalização, a escola continuou a depender da ajuda financeira dos moradores da Colônia, os quais organizavam atividades para arrecadar fundos para a instituição.

A história da Escola Bratislava esteve sempre atrelada à religião católica, cuja a presença na comunidade se dava por meio de celebrações religiosas e da catequese que acontecia nas dependências da escola. Nesse contexto, a educação foi um influente instrumento de manutenção da religião adentrando inclusive o espaço do grupo escolar pelo fato de os professores e alunos 'carregarem em si' marcas dessa religiosidade.

A escola se caracterizou como uma instituição de grande relevância junto à comunidade, entretanto, os resultados dos exames finais demonstraram o caráter seletista da educação no período devido aos altos índices de abandono e de reprovação, fatores que evidenciaram o quanto a escola era excludente. As poucas famílias que almejavam um grau maior de instrução para seus filhos se mudavam para a região urbana de Cambé ou de municípios vizinhos. Nesse sentido, a educação serviu para a estratificação social da região, pois os que queriam deixar a "vida da roça" buscavam na educação a oportunidade de mudança.

A Escola Bratislava, mesmo estando situada no interior do Paraná, em uma região de recente colonização e em processo de expansão, foi influenciada pelas políticas educacionais vigentes no período. Essas mudanças, que ocorreram na sociedade brasileira no setor político, econômico e social, fizeram-se presentes na região principalmente por meio da legislação. Em relação à educação, a Escola Bratislava passou de escola de origem étnica, primária multisseriada para grupo escolar público seriado. Nesse contexto a escola produziu uma cultura permeada por fatores universais que influenciaram no particular, principalmente no que diz

respeito às permanências e às mudanças no ensino que aconteciam no interior da instituição.

Dentre as permanências podemos perceber a forte relação entre fé e educação que se desenvolveu na região; a construção de valores patrióticos por meio de culto a bandeira, culto aos heróis nacionais e demais símbolos cívicos. A instituição é vista historicamente como responsável pelos conflitos existentes na colônia, mas também pela união dos moradores. Tanto a escola quanto a igreja são tidas como símbolos de superação e de sacrifício para os moradores que com saudosismo relembram da história da instalação da colônia.

Em relação aos alunos atores que passaram pela instituição no período delimitado neste trabalho, alguns se tornaram 'heróis' locais, como a professora Ana Zifchack Mazzei que foi também diretora da instituição que no ano 2000 foi batizada com o seu nome. Ex-alunos também são enaltecidos por moradores da comunidade, principalmente os que alcançaram destaque social.

A reconstrução da história e da memória da escola Bratislava permitiu uma reflexão acerca dos problemas e dificuldades que cercaram e, de certa maneira, ainda cercam a escola pública brasileira, principalmente no tocante às escolas rurais da região, as quais enfrentam, entre outros problemas, a diminuição da "demanda" escolar devido ao êxodo rural e à expansão de regiões urbanas.

Por dificuldades principalmente em relação ao acesso às fontes, este trabalho se limitou a um período temporal específico, no entanto, outras pesquisas podem continuar com o processo historiográfico da instituição, haja vista que ainda há muito o que pesquisar, principalmente no que concerne à cultura escolar presente na instituição após a instauração do grupo escolar.

Nos dias atuais a escola permanece em atividade, entretanto com as várias reformas que ocorreram na instituição ela perdeu toda e qualquer característica da primeira Escola Bratislava ou do grupo escolar. Construída em alvenaria, representa um modelo arquitetônico contemporâneo (ANEXO Z). Contudo, o bairro passou por muitas mudanças nas últimas décadas e atualmente é composto por condomínios de alto padrão, chácaras de lazer, e pequenas propriedades utilizadas para a agricultura, restando poucas casas das primeiras construções. A cada ano diminui a quantidade de alunos na instituição que só não foi desativada ainda por insistência da comunidade que teme que a escola ao ser

desativada “enterre” consigo parte importante da história da região. Já a igreja, permanece construída ao lado da escola e depois de ter sido restaurada na década de 1990, passou a ser um ponto turístico na região, com os moradores dando continuidade ao projeto de preservação da instituição religiosa.

A elaboração deste trabalho proporcionou momentos de angústias, inquietações, mas também de grandes satisfações. Esses momentos foram importantes para a minha formação, pois compreendi que não há neutralidade nas questões as quais cercam a educação em nosso país e que ao estudar uma instituição é necessário reinterpretar o passado. Compreendi as dificuldades de levantar, coletar e analisar fontes, e que para um trabalho ser realizado, é necessário desenvolver um relacionamento ético e respeitoso com as pessoas as quais podem contribuir com a pesquisa. Não menos importante pra mim foi refletir sobre a minha atitude enquanto educadora e membro do corpo docente de uma instituição de ensino fundamental instalada na região de Londrina que também não preserva suas fontes.

No tocante a produção de fontes pude perceber a importância em organizar, catalogar e arquivar os documentos produzidos na instituição escolar, pois essa produção pode contribuir para a preservação da história e da memória da instituição e também para a composição da história da educação na região. Ao concluir a pesquisa, foi possível perceber que a instituição pesquisada foi responsável por ‘homogeneizar’ a cultura dos moradores da região por meio de uma prática socializadora. Ela é responsável também por criar uma memória coletiva na comunidade. Nesse aspecto, evidencia-se a necessidade de pesquisas sobre outras instituições escolares que serão importantes para a compreensão da constituição da história da educação escolar na região.

REFERÊNCIAS

FONTES PRIMÁRIAS

BRASIL. **Decreto n.º 19.488, de 15 de dezembro de 1930**. Declara os dias de festa nacional. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19488-15-dezembro-1930-508040-republicacao-85201-pe.html>>. Acesso em: 17 out. 2013.

_____. **Constituição (1934)**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>. Acesso em: 14 set. 2012.

_____. **Lei n.º 259 de 1936**. Torna obrigatória, em todo o país, nos estabelecimentos de ensino na e associações de fins educativos, o canto do Hymno Nacional. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-259-1-outubro-1936-556512-publicacaooriginal-76565-pl.html>>. Acesso em: 22 jul. 2013.

_____. **Constituição (1937)**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm>. Acesso em: 14 set. 2012.

_____. **Decreto-Lei nº 868, de 18 de novembro de 1938**. Cria, no Ministério da Educação e Saúde, a Comissão Nacional de Ensino Primário. 1938a. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao>>. Acesso em: 10 jul. 2013.

_____. **Decreto nº 383, de 18 de abril de 1938**. Veda a estrangeiros a atividade política no Brasil e dá outras providências. 1938b. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-383-18-abril-1938-350781-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 3 ago. 2013.

_____. **Decreto-Lei nº 122 de 8 de abril de 1939**. Dispõe sobre a administração dos Estados e dos Municípios. 1939a. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=1202&tipo_norma=DEL&data=19390408&link=s>. Acesso em: 7 nov. 2013.

_____. **Decreto-Lei nº 1.545, de 25 de Agosto de 1939**. Dispõe sobre a adaptação ao meio nacional dos brasileiros descendentes de estrangeiros. 1939b. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1545-25-agosto-1939-411654-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 5 jul. 2013.

_____. **Decreto-Lei nº 1.006, de 10 de dezembro de 1939**. Estabelece as condições de produção, importação e utilização do livro didático. 1939c.

Disponível em: <www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/republica>. Acesso em: 8 maio 2013.

_____. **Decreto nº. 19.513 de 25 de agosto de 1945.** Disposições regulamentares destinadas a reger a concessão do auxílio federal para o ensino primário. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-19513-25-agosto-1945-479511-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 8 maio 2013.

_____. **Decreto nº. 8.529 de 2 de janeiro de 1946.** Lei Orgânica do Ensino Primário. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8529-2-janeiro-1946-458442-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 12 jan. 2013.

CAMBÉ. Cartório de imóveis de Cambé. **Escritura de venda e compra do terreno da Escola Bratislava pela Prefeitura Municipal de Cambé em 15 de março de 1957.** Cambé, 1957.

_____. Decreto-lei n.º 8, de 15 de julho de 1948. Estabelece a criação da escola Manoel Ribas. **Diário Oficial**, Cambé, n. 118, 20 jul. 1948.

_____. **Lei n.º 8 de 5 de julho de 1948.** Estabelece o nome da escola. Cambé: Escola Municipal Rural Ana Zifchack Mazzei pela Lei Municipal nº 1322/99, 1948.

CARDOSO, Jacinto A. Nova Dantzig. **Jornal Paraná-Norte**, Londrina, p. 101, 9 out. 1935.

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. **Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná.** 2. ed. São Paulo: Ave Maria, 1977. (Publicação comemorativa do cinquentenário da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná).

DESCORTEZ e impatriótico, proíbe a professora de passar em seus terrenos para ir a escola. **Jornal Paraná-Norte**, Londrina, p. 3, 13 ago. 1939.

ESCOLA BRATISLAVA. **Livro-Ata.** Resultados finais: 1944 a 1948. Cambé, 1948. 25 f.

_____. **Relatório histórico da Escola Bratislava.** Cambé, 1967. 53 p.

INAUGURAÇÃO da casa escolar. **Jornal Paraná-Norte**, Londrina, n. 264, p. 2, 5 nov. 1939.

LONDRINA. CÂMARA MUNICIPAL. **Ata da sessão de 20 janeiro de 1937 da Câmara Municipal de Londrina.** Londrina: A Câmara, 1937. Livro 1. 20 dez. 1937a.

_____. **Lei nº 207, de 23 de abril de 1962.** Londrina: A Câmara, 1937b.

LONDRINA. CÂMARA MUNICIPAL. **Lei n.º 26, de 10 de abril 1937**. Autoriza a contratação de uma professora para a Escola Bratislava. Livro de Leis, 1937, p. 44.

MUSEU HISTÓRICO DE CAMBÉ. Associação Escolar Alemã, Cambé. **Ata de inauguração de fundação da Associação Escolar Alemã de Nova Dantzig**. 24 fev. 1936.

_____. **Relatório sobre a educação na Colônia Bratislava**. 1967.

_____. **Mapa dos lotes e seus primeiros proprietários da Colônia Bratislava em Cambé (década de 1940)**. Cambé, 1940. 1f.

_____. **Fotos e materiais históricos da Escola Bratislava**. Cambé, 2013.

NOVA Dantzig. **Jornal Paraná-Norte**, Londrina, n. 60, p. 1, 1 dez. 1935.

O ENSINO público no Paraná. **Jornal Paraná-Norte**, Londrina, n. 272, p. 2, 1 jan. 1940.

PARANÁ. **Decreto n. 710, 18 de novembro de 1915**. Código de Ensino. Curitiba: DEAP, 1915. Disponível em:
<http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosSecretarios/Ano_1915_MFN_1914.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2013.

_____. **Decreto n. 17, 09 de janeiro de 1917**. Código de Ensino. Curitiba: DEAP, 1917. Disponível em:
http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/4_1a_Republica/codigo%20do%20ensino%20do%20estado%20do%20paran%E1%20-%20decreto%20n.%2017%20de%209%20de%20janeiro%20de%201917.htm.
Acesso em: 2 dez. 2013.

_____. **Relatório de Governo**. Apresentado à sua Excelência o Snr. Dr. Getúlio Vargas M. D. Presidente da República pelo Snr. Manoel Ribas Interventor Federal no Estado do Paraná, exercícios de 1932 e 1939. 1940. Disponível em:
http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosGoverno/Ano_1932_1939_MFN_825.pdf. Acesso em: 18 out 2013.

_____. **Relatório de Governo**. Apresentado à sua Excelência o Snr. Dr. Getúlio Vargas M. D. Presidente da República pelo Snr. Manoel Ribas Interventor Federal no Estado do Paraná, exercícios de 1937- 1942. 1942.

_____. **Relatório de Governo**. Apresentado ao Presidente da República, pelo Inspetor Geral do Ensino Manoel Ribas. Arquivo Público do Paraná. Curitiba: DEAP, 1943. Disponível em:
<http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosSecretarios/Ano_1942_MFN_1063.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2013.

PELA instrução pública no Paraná. **Jornal Paraná-Norte**, Londrina, n. 273, p. 3-7 jan. 1940.

SEBASTIÃO SERESSUELA. **Caderno do ano letivo de 1938 do ex-aluno da Casa Escolar de Nova Dantzig, Sebastião Seressuela**. Cambé, 1938. 1f.

SOCIEDADE escolar Bratislava. **Jornal Paraná-Norte**, Londrina, n.110, p.1 nov. 1936.

UM estrangeiro recalcitrante, professor fora da lei. **Jornal Paraná-Norte**, Londrina, p. 1, 13 fev. 1939.

DEPOIMENTOS E ENTREVISTAS

NEVES, Izaura Ferreira. **Depoimento dado a Angela Maria Ribeiro e Elaine Garcia**. Concedida ao Museu Histórico de Cambé em 25 de abril de 1985.

MAZZEI, Ana Zifchack. **Depoimento da ex-professora Ana Zifchack Mazzei**. Entrevistador: Eduardo Pavinato. Arquivo sonoro: 3 h. 40 min. Entrevista concedida ao Museu Histórico de Cambé em: 24 maio 1995. Cambé, 1995.

FONTES SECUNDÁRIAS E LITERATURA DE APOIO

ADUM, Sônia Maria Sperandio Lopes. **Imagens do progresso: civilização e barbárie em Londrina 1930/1960**. 1991. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 1992.

ALMEIDA, Dóris Bittencourt. A educação rural como processo civilizador. In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M.H.C. (Org.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**. Século XX. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 68-76. v. III.

ALMEIDA, Jane Soares de. Mulheres na educação: missão, vocação e destino? A feminização do magistério ao longo do século XX. In: SAVIANI, Dermeval et al. **O legado educacional do século XX**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006. p. 59-101.

ANDRADE, Rodrigo Pinto de. **História e historiografia da escola luterana Concórdia de Marechal Cândido Rondon (1955-1969)**. 2011. 265f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientador: Prof. Dr. César de Alencar Arnaut de Toledo. Maringá, 2011.

ANDREOTTI, Azilde Lina. O Projeto de ascensão social através da educação escolarizada na década de 1930. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, p.1-15, 2008. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_023.html>.

Acesso em: 20 jul. 2013.

ARENDR, Hannah. **Da Revolução**. São Paulo: Ática; UNB, 1998.

ARNAUT DE TOLEDO, César de Alencar; GIMENEZ, José Carlos. Educação e Pesquisa: fontes e documentos. In: CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt S.; LOMBARDI, José Claudinei; MAGALHÃES, Lívia Diana Rocha (Org.). **A pesquisa e a preservação de fontes e arquivos para a educação, cultura e memória**. 2. ed. Campinas: Alínea, 2012. p. 109-125.

_____; VIEIRA, Paulo Henrique. Roteiro para elaboração de projeto de pesquisa. In: ARNAUT DE TOLEDO, César de Alencar; GONZAGA, Maria Teresa Claro (Org.). **Metodologia e Técnicas de Pesquisa nas áreas de Ciências Humanas**. Maringá: EDUEM, 2011. p. 21-40.

AZEVEDO, José Júlio de. **Bratislava, um ponto de encontro na história**. Cambé, 1996. datilografado.

BARROS, Armando Martins de. Os álbuns fotográficos como motivos escolares. Veredas no olhar. In: GATTI JÚNIOR, Décio; INÁCIO FILHO Geraldo (Org.). **História da educação em perspectiva**. Campinas: Autores Associados/Uberlândia: EDUFU, 2005. p. 117-132.

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. Grupos Escolares no Brasil: um novo modelo de escola primária. In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (Org.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**. Século XX. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 68-76. v. III.

_____. Desfiles patrióticos: memória e cultura cívica dos grupos escolares de Curitiba (1903-1971). In: VIDAL, D. G. (Org.). **Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)**. Campinas: Mercado de Letras, 2006. p. 299-322.

BERTONHA, Vitorina Cândida Corrêa. **Da Escola Isolada ao Grupo Escolar: o processo de escolarização primária em Sarandi-PR (1953-1981)**. 2010. 157f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2010.

BOMENY, Helena Maria Bousquet. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999. p. 137-166.

BRANCO, Gustavo; MIONE, F. **Londrina no seu Jubileu de Prata: documentário Histórico**. Londrina: Realizações Brasileiras, 1959.

BUFFA, Ester; NOSELLA, Paolo. **Instituições escolares: por que e como pesquisar**. Campinas: Alínea, 2009.

CAMBÉ. **Cambé: repensando a sua História**. Cambé: Gráfica e Editora, 1992, p. 106.

CANCIAN, Nadir Aparecida. **Cafeicultura Paranaense: 1900- 1970**. Curitiba: Grafipar, 1981.

CANDOTTI, Eliane. A. **Memórias da cidade: Londrina 1930/1960**. 1997. 191f. Monografia (Especialização em História) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 1997.

CAPELO, Maria Regina Clivati. **Educação, Escola e Diversidade Cultural no meio rural de Londrina: quando o presente reconta o passado**. 2000. 287f. Tese (Doutorado em Educação, Sociedade e Cultura) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

_____. A educação rural em Londrina, cotidiano e cidadania. **Rev. Mediações**, Londrina, v. 1, n. 1, p. 52-59, jan./jun. 1996.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CHOMA, Daniel, VIEIRA, Edson; COSTA, Tati (Org.). **Revelações da história: O acervo do Foto Estrela**. Londrina: Midiograf, [200-].

CORTEZ, Edna Scalon. **Danziger hof: a hospedaria dos danzigueses em Cambé**. Paraná: Objetiva, 2012.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Ideologia e educação brasileira: católicos e liberais**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1988.

DOMINGUES, Petrônio José. Negros de almas brancas? A ideologia do branqueamento no interior da comunidade negra em São Paulo, 1915-1930. **Estudos afro-asiáticos**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, p. 563-600, 2002.

DUTRA, Alessandra. **Dois gerações da Colônia Bratislava: um estudo linguístico**. 2000. 48f. Monografia (Especialização em Língua Portuguesa) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2000.

EIDAM, Rodrigo; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. **A escola particular e a imigração alemã: o professor na comunidade rural do Paraná**. 2011. Disponível em:

<http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada7/_GT3%20PDF/A%20ESCOLA%20PARTICULAR%20E%20A%20IMIGRA%c7%c3O%20ALEM%c3.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2013.

EMER, Ivo Oss. Um pouco da História da Educação no Oeste do Paraná. In: CASTANHA, André Paulo; MAGALHÃES, Livia Diana Rocha; ORSO, Paulino José; SILVA, João Carlos da Silva (Org.). **História da Educação: arquivos, instituições escolares e memória histórica**. Campinas: Alínea, 2013. p. 131-154.

FARIA, Thais Bento. **Em traços de modernidade: a história e a memória do grupo escolar “Hugo Simas” (Londrina-PR, 1937-1972)**. 2010. 188f. Dissertação

(Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá, Maringá. 2010.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. **Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República**. Passo Fundo: UPF, 2000. 213p.

FAUSTO, Boris. O Estado Novo no contexto internacional. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999. p. 17-20.

_____. **História do Brasil**. 11. ed. São Paulo: EDUSP, 2003.

FERNANDES, Priscila Martins; SILVA, Lúcia Helena O. Etnias no Paraná. In: ALEGRO, Regina C.; CUNHA, Maria de Fátima; MOLINA, Ana Heloísa; SILVA, Lúcia Helena O. (Org.). **Temas e questões para o ensino de História do Paraná**. Londrina: Eduel, 2008. p. 113-126.

FOGARI, Edna Regina Gomes. Norte do Paraná: um estudo dos movimentos de ocupação e sua história recente. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. **O professor PDE e os desafios da escola pública paranaense**. Curitiba: SEED/PR, 2011.

GASPAR, Rosangela P. de Godoy. **A emigração de Dantzig para Nova Dantzig**. 1996. Monografia (Especialização em História) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 1996.

GONZALES NETO, José Garcia. **Cambé: confronto político e organização 1947-1968**. Curitiba: Ghignome, 1987.

HALL, Michael. Trabalhadores Imigrantes. In: **Trabalhadores**. Campinas: Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Turismo, 1989.

HELOANI, Roberto. **Organização do trabalho e administração: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Cortez, 1994.

IBGE. **Sinopse do Censo de 1940**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 25 ago. 2013.

KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

KREUTZ, Lúcio. A educação de imigrantes no Brasil. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LEOPOLDI, Maria Antonieta P. Estratégias de ação empresarial em conjunturas de mudança política. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999. p. 115-137.

LIMA, Aldivina Américo. **Ginásio Maringá (1952-1963):** história da implantação de uma instituição escolar. 2011. 336f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2011. 2v.

LUCKESI, Cipriano. **Filosofia da educação.** São Paulo: Cortez, 1994.

LUZ, France. **As migrações internas no contexto do Capitalismo no Brasil:** a microrregião Norte Novo de Maringá 1950-1980. 1988. 375f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. Contributo para a História das Instituições Educativas: entre a memória e o arquivo. In: FERNADES, Rogério; MAGALHÃES, Justino (Org.). **Para a História do Ensino Liceal em Portugal:** actas dos Colóquios do I Centenário da Reforma de Jaime Moniz (1894-1895). Porto: Universidade do Minho/Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 1999.

_____. **Tecendo Nexos:** história das instituições educativas. Bragança Paulista: EDUSF, 2004.

MAGALHÃES, Marion Brepohl de. **Paraná:** Política e Governo. Curitiba: SEED, 2001.

MANIFESTO DOS PIONEIROS. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. especial, p. 188-204, ago. 2006. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc1_22e.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã.** Lisboa: Presença, 1979.

_____. **O capital:** crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1983. v.1.

MELO, Cristiane Silva; MACHADO, Maria Cristina Gomes. A organização da instrução pública no estado do Paraná no início da república: o decreto nº 31 de 29 de janeiro de 1890. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 38, p. 248-260, jun. 2010. Disponível em: <<http://www.fae.unicamp.br/revista/index.php/histedbr/article/view/3564/3116>>. Acesso em: 2 dez. 2013.

MIGUEL, Maria Elizabeth Blank. A formação dos professores e sua função social. In: CONGRESSO LUSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 4., 2006, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia, MG: EDUFU, 2006a. p. 2166-2176. Disponível em: <<http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/192MariaElizabethBlanckMiguel.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2012.

_____. A formação do professor para as escolas rurais no Paraná no contexto das políticas de educação nacionais e internacionais. **Revista HISTEDBR Online**, Campinas, n. 43, p. 21-31, set. 2011. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/43/art02_43.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2013.

MONARCHA, Carlos. **Brasil arcaico, escola nova**: ciência, técnica & utopia nos anos 1920-1930. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

MOTA, Lucio Tadeu; NOELLI, Francisco Silva. Exploração e guerra de conquistas dos territórios indígenas nos vales dos rios Tibagi, Ivaí e Piquiri. In: DIAS, Reginaldo B.; GONÇALVES, José H.R. (Org.). **Maringá e o Norte do Paraná**. Maringá, EDUEM, 1999. p. 21-50.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NAKAGAWARA, Y. Questões agrárias e urbanas. Independências e subordinação, o caso norte-paranaense. **Terra e cultura**, Londrina, v. 1, n. 1, p. 93-115, jan. 1981.

NASCIMENTO, M. I. M. Grupos escolares na região dos Campos Gerais (PR). In: VIDAL, D. G. (Org.). **Grupos escolares**: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006. p. 323-340.

NOELLI, Francisco Silva; MOTA, Lucio Tadeu. A pré História da região onde se encontra Maringá, Paraná. In: DIAS, Reginaldo B.; GONÇALVES, José H.R. (Org.). **Maringá e o Norte do Paraná**. Maringá: Eduem, 1999. p. 5-19.

OLIVEIRA, Maria Cecília Marins de. **Legislação do Ensino no Estado do Paraná de 1889 a 1930**. 1999. Disponível em: <http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/1999/Historia_Da_Educacao/Trabalho/05_54_20_LEGISLACAO_DO_ENSINO_NO_ESTADO_DO_PARANA_DE_1889_A_1930.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2013.

_____. Organização escolar no início do século XX: o caso do Paraná. **Educar**, Curitiba, n. 18, p. 143-155, 2001.

PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica**: o caso do Paraná. São Paulo: HUCITEC, 1981.

PATTO, Maria Helena Souza. Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 13, n. 35, abr. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141999000100017&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 out. 2014.

PAVINATO, Eduardo Roberto. **Capela São João Batista da Colônia Bratislava**. 1995. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina, 1995.

PEREIRA, João Batista Borges. Os imigrantes na construção histórica da pluralidade étnica brasileira. **Revista USP**, Formação do Brasil, São Paulo, n. 46, p. 6-29, jun./ago. 2000.

PEREIRA, Vera Regina Bacha. **Nacionalização: Autoritarismo e Educação – inspetores e professores nas escolas catarinenses (1930-1940)**. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

PERISSINOTTO, Renato M. **Classes dominantes e hegemonia na República Velha**. Campinas: Unicamp, 1994.

PILOTTO, E. **A educação é direito de todos**. Curitiba: Max Roesner, 1954.

POZZOBON, Irineu. **A epopéia do café no Paraná**. Londrina: Grafmarke, 2006.

PIETRO, Clarissa Borba; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. Primeiras instituições escolares públicas dos Campos Gerais-PR (1904-1940). **Publ. UEPG Humanit. Sci., Appl. Soc. Sci., Linguist., Lett. Arts**, Ponta Grossa, v. 17, n. 2, p. 157-165, dez. 2009.

RENK, Valquíria. **Aprendi falar português na escola! O processo de nacionalização das escolas étnicas polonesas e ucranianas no Paraná**. 2009. 243f. Tese (Doutorado em educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

_____. Professores de escolas étnicas no Paraná: manter a cultura ou cumprir as leis? **Diálogo Educacional**, Curitiba, n. 37, v. 12, p. 1045-1064, 2012.

ROSANELI, Alessandro Filla. **Cidades novas da fronteira do café: história e morfologia urbana das cidades fundadas por companhias imobiliárias no norte do Paraná-São Paulo**. 2009. 160f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SANFELICE, José Luis. Fontes e história das políticas educacionais. *In*: LOMBARDI, José Claudine; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (Org.). **Fontes, história e historiografia da educação**. Campinas: Autores Associados, 2004. p. 97-108.

_____. História, instituições escolares e gestores educacionais. **Revista HISTDBR On-Line**, Campinas. n. especial, p. 20-27, ago. 2006. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/22e/art4_22e.pdf>. Acesso em: 8 jan. 2013.

_____. História e historiografia de instituições escolares. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 35, p. 192-200, set. 2009. Disponível em: <www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/35/art13_35.pdf>. Acesso em: 8 jan. 2013.

SAVIANI, Dermeval. Breves considerações sobre fontes para a história da educação. In: LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (Org.). **Fontes, história e historiografia da educação**. Campinas: Autores Associados/HISTEDBR, 2004. p. 3-12.

_____. O Legado Educacional do “Longo século XX” brasileiro. In: SAVIANI, Dermeval et al. (Org.). **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2006. p. 9-58. (Coleção Educação Contemporânea).

SCHNEIDER, Sergio. **Agricultura e trabalho infantil**: uma apreciação crítica do estudo da OIT. Porto Alegre, 2005. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/468.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2013.

SCHWENGBER, Cláudia F. Pioneiros Alemães em Rolândia. In: VITECK, Harto (Org.). **Imigração Alemã no Paraná**. Marechal Cândido Rondon: Germânica, 2012. p. 257-308.

SEYFERTH, Giralda. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, D. (Org.) **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999. p. 199-228.

SILVA, Katiene Nogueira da. **Criança calçada, criança sadia!**: sobre os uniformes escolares no período de expansão da escola pública paulista (1950/1970). 2006. Tese (Doutorado). USP, São Paulo, 2006. Disponível em: <[HTTP://teses.usp.br/teses/dsiponiveis/48/48134/tde-29062007-152705/](http://teses.usp.br/teses/dsiponiveis/48/48134/tde-29062007-152705/)>. Acesso em: 12 abr. 2014.

SOLIGO, Valdecir. **A educação catarinense entre 1930 e 1945**: história das políticas educacionais a partir da imprensa e da legislação. 2008. 144f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2008.

SOUZA, Rosa Fátima de. Lições da escola primária. In: SAVIANI, Dermeval et al. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2004.

_____. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no Século XX**: ensino primário e secundário no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008.

STECA, Lucinéia Cunha; FLORES, Mariléia Dias. **História do Paraná**: do século XVI à década de 1950. Londrina: UEL, 2002.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, M.H.C. História, Memória & História da Educação. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, M.H.C. (Org.) **História e Memórias da Educação no Brasil**. Século XX. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 416-429.

THOMÉ, Nilson. **A nacionalização do ensino no contestado, centro-oeste de Santa Catarina, na primeira metade do século XX**. 2004. Disponível em: < http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_087.html> Acesso em: 10 jul. 2013.

TIRANDELLI, Rosa Maria Gallo. **A Colônia Bratislava: a unidade familiar e o bairro rural em mudança**. 1988. 153f. Dissertação (Mestrado Sociologia Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1988.

TOMAZI, Nelson Dacio. **“Norte do Paraná”**: História e fantasmagorias. 1997. 338f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997.

_____. Construções e silêncios sobre a (re)ocupação do norte do estado do Paraná. In: DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo (Org.). **Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional**. Maringá: Eduem, 1999. p. 51- 85.

TRINDADE, Etelvina Maria de Castro; ANDREAZZA, Maria Luiza. **Cultura e educação no Paraná**. Curitiba: SEED, 2001. (Coleção História do Paraná – textos introdutórios).

XAVIER, Maria Elizabete S.P. **Capitalismo e Escola no Brasil: A Constituição do Liberalismo em Ideologia Educacional e as Reformas do Ensino (1931-1961)**. São Paulo: Papirus, 1990.

APÊNDICES

APÊNDICE A
DISSERTAÇÕES E TESES SOBRE INSTITUIÇÕES ESCOLARES

Ano	Título	Autor	Instituição	Categoria
2000	A Educação dos Imigrantes Alemães Católicos de Curitiba (1896 - 1938). O estudo de caso do Colégio Bom Jesus	Valquíria Elita Renk	PUC PR	Mestrado
2004	História & Arquitetura Escolar: Os Prédios Escolares Públicos de Curitiba (1943-1953)	Ana Paula Pupo Correia	UFPR	Mestrado
2004	Educação e Memória: a inserção da escola no contexto histórico da cidade de Palmeira-PR no século XIX	Rogério Schenell	UEPG	Mestrado
2005	O propósito dos adventistas: a transformação de uma ideologia em sistema educacional, sob a influência dos ideais liberais, e seu transplante para o Brasil, em Curitiba, em fins do século XIX e início do século XX	Maria Elisa Leite Corrêa	PUC PR	Mestrado
2005	Formação de professores no Paraná: a escola normal primária de Ponta Grossa (1924-1940)	Fabiana Andréa Barbosa	UTPR	Mestrado
2006	Formação Inicial Docente: A Escola Normal do Colégio Sagrado Coração de Jesus. (1946-1971)	Tatiana Cavanha Santos	UTPR.	Mestrado
2006	Deutsche Schule, A Escola Alemã de Curitiba: um Olhar Histórico (1884-1917)	Regina Maria Schimmelpfeng de Souza	UFPR	Doutorado
2006	A constituição da escola evangélica de Carambeí: uma instituição educacional da imigração holandesa na Região dos Campos Gerais – PR	Sônia Valdete Aparecida Lima Cordeiro	UEPG	Mestrado
2007	História da formação de professores em Maringá: A escola normal secundária entre as décadas de 1950 e 1970	Léia de Cássia Fernandes Hegeto	UEM	Mestrado
2007	O seminário maior arquidiocesano nossa senhora da Glória de Maringá enquanto	Sidney Fabril	UEM	Mestrado

	instituição educativa			
2008	Formação de professores no Paraná: a Escola Normal Colegial Estadual Nossa Senhora Aparecida, Piraquara - PR;	Ana Elizabete Mazon de Souza Tesserolli	PUC-PR	Mestrado
2009	Educação de jovens e adultos: memórias do grupo escolar noturno Visconde de Nácar em Maringá (1947-1958)	Adalgisa Silva Rodrigues	UEM	Mestrado
2009	Educar a Infância: estudo sobre as primeiras creches públicas da rede municipal de educação de Curitiba (1977-1986)	Elisângela Largas Inzviak Mantagute	UFPR	Doutorado
2009	História e memória da fundação do Colégio Santa Cruz de Maringá (1952)	Maria Madalena Sorato Gulla	UEM	Mestrado
2009	Lar Escola Dr. Leocádio José Correia: História de uma proposta de formação na perspectiva educacional espírita (1963-2003)	Cleusa Maria Fuckner	UFPR	Doutorado
2009	Colégio Martinus: formação de professores na segunda metade do século XX	Fabiane Lopes de Oliveira	PUC-PR	Mestrado
2009	As reformas educacionais no ensino secundário público paranaense: o caso do Colégio Estadual Regente Feijó, Ponta Grossa/PR (1930-1950)	Maisa Milène Zarur Reme	PUC-PR	Mestrado
2009	Da escola isolada ao Grupo Escolar Marechal Rondon de Campo Mourão, Pr – 1947 a 1971	Cibele Introvini Ritt	UEM	Mestrado
2009	História da Escola Itinerante Caminhos do Saber – Ortigueira – PR – 2005-2008	Paulo Roberto Urbinatti Urquiza	UEL	Mestrado
2010	Ideário Republicano nos Campos Gerais: a criação do Grupo Escolar Conselheiro Jesuíno Marcondes (1907)	Lucia Mara de Lima Padilha	UEPG	Mestrado
2010	Em traços de modernidade: A história e a memória do grupo escolar “Hugo Simas” (Londrina-PR, 1937- 1972)	Thais Bento Faria	UEM	Mestrado
2010	Da escola isolada ao grupo escolar: O processo de escolarização primária em Sarandi-PR (1953-1981)	Vitorina Cândida Corrêa Bertonha	UEM	Mestrado
2011	História e Historiografia da	Rodrigo Pinto de	UEM	Mestrado

	escola Luterana Concórdia de Marechal Cândido Rondon (1955-1969)	Andrade		
2011	Ginásio Maringá (1952-1963): História da Implantação de uma Instituição Escolar	Aldivina Américo de Lima	UEM	Mestrado
2012	Colégio Regina Mundi: A construção de uma identidade (1967-1970)	Carla Adriane Arrieira Santos	UEM	Mestrado
2012	O processo de escolarização no município de Mandaguari-Pr(1949-1988)	Silvana Rodrigues Malheiro Huss	UEM	Mestrado
2012	A primeira escola de formação de professores em Pato Branco e o desenvolvimento econômico, social e educacional da Região Sudoeste do Paraná: 1960 – 1986	Cassiane Gemi	PUC-PR	Doutorado
2012	A expansão da escola pública primária na região oeste do Paraná.	Maria Valdeny	UNIOESTE	Mestrado
2012	Marcos Possíveis para reconstruir a história da instituição escolar Julia de Souza Wanderley: a primeira escola de formação de professores de Cornélio Procópio-PR (1953-1967)	Adálcia Canedo da Silva Nogueira	UEL	Mestrado
2013	“Palácios da instrução” - história da educação e arquitetura das escolas normais no estado do Paraná (1904 a 1927).	Ana Paula Pupo Correia	UFPR	Doutorado
2013	O ensino secundário público paranaense: o Ginásio Regente Feijó, Ponta Grossa (1927-1961)	Maisa Milène Zarur Remer	PUC-PR	Doutorado
2013	Educação para o Trabalho: a criação das Escolas Técnicas no Paraná (1900-1950)	Maria Josélia Zanlorense	UEPG	Mestrado

APÊNDICE B

TRABALHOS SOBRE A COLÔNIA BRATISLAVA E A EDUCAÇÃO NA REGIÃO

Ano	Autor	Título	Modalidade do trabalho	Instituição
1988	TIRANDELLI, Rosa Maria Gallo	A Colônia Bratislava: a unidade familiar e o bairro rural em mudança	Dissertação de mestrado em sociologia rural	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
1995	PAVINATO, Eduardo Roberto	Capela São João Batista da Colônia Bratislava	Conclusão de curso	Universidade Estadual de Londrina
1996	AZEVEDO, José Julio de	Bratislava, um ponto de encontro na história	Texto datilografado	
1996	GASPAR	A imigração de Danzig para Dantzig	Monografia	Universidade Estadual de Londrina
2000	DUTRA, Alessandra	Duas gerações da Colônia Bratislava: um estudo linguístico	Monografia	Universidade Estadual de Londrina
2000	CAPELO, Maria Regina Clivati	Educação, escola e diversidade cultural no meio rural de Londrina: quando o presente reconta o passado	Tese de doutorado	Universidade Estadual de Campinas
2010	FARIA, Thais Bento	Em traços de modernidade: a história e a memória do grupo escolar "Hugo Simas"	Dissertação de mestrado	Universidade Estadual de Maringá

ANEXOS

ANEXO A

ANÚNCIO DA CTNP QUE ENALTECIA AS TERRAS DA REGIÃO, APRESENTANDO A IMAGEM DO CAFÉ COMO SÍMBOLO DE PROSPERIDADE

Companhia Melhoramentos

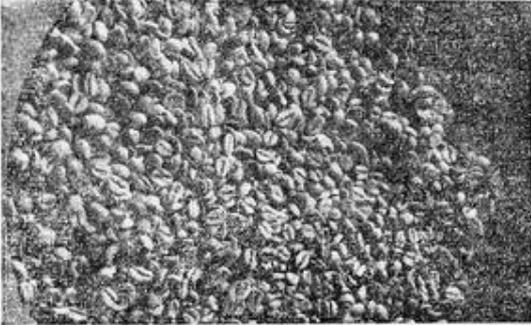
Norte Paraná

ANTERIORMENTE

COMPANHIA DE TERRAS NORTE DO PARANÁ

LONDRINA
ESTADO DO PARANÁ
Escritórios em
LONDRINA
Caixa Postal, 16
MARINGÁ, CIANORTE e
UMUARAMA

**TERRAS
DE
ALTA
QUALIDADE**



SÃO PAULO
RUA SÃO BENTO, 329
8º andar
End. Telegr.: «CIANORTE»
Caixa Postal, 2771
Fones: Vendas, 33-4561
Gerência: 32-2435

**VENDAS A
PRESTAÇÕES
EM PEQUENOS E
GRANDES LOTES**

ÓTIMO CAFÉ DO NORTE DO PARANÁ — BEBIDA FINA

Vantajosa produção de café, cereais, fumo, algodão, cana de açúcar, mandioca, trigo, etc. No assombroso e rápido progresso da região encontra-se a afirmação da fertilidade da terra.

Inscrição n. 12 no Registro de Imóveis da Comarca de Londrina, na forma do Decreto-Lei n. 3079 de 15 de Setembro de 1938.
(REDE V. PARANÁ - SANTA CATARINA)

Estrada de ferro — Ótimas estradas de rodagem

ESPLÊNDIDO SERVIÇO RODOVIÁRIO

**Lotes demarcados e fornecimento das respectivas plantas aos
compradores**

- NÃO HÁ SAÚVAS

ANEXO C

PROPAGANDA DA CTNP SOBRE A VENDA DE PROPRIEDADES NA REGIÃO NORTE DO PARANÁ- 16/12/1934



Paraná-Norte



ANNO I	LONDRINA, 16 de Dezembro de 1934.	NUM. 10
--------	-----------------------------------	---------

DR. JOÃO FIGUEIREDO Medico Clínica de adultos e crianças — Partos Atende chamados para fóra. Londrina Correio Paulistano <small>Assignaturas e annuncios • Nesta redacção.</small>

O TITULO PERFEITO

é a garantia real da propriedade

E,

TITULOS PERFEITOS, SÃO OS QUE DISTRIBUE A

COMPANHIA DE TERRAS

NORTE DO PARANÁ'

Nisto está o seu maior e mais metucioso cuidado; por isso, em 12 de Novembro ultimo, justamente com a COMP. FERROVIARIA S. PAULO-PARANÁ, conseguiu com o Governo do Estado, um novo contracto, consolidando e modificando os anteriores; contracto esse publicado no "Diario Official" de 23, tambem de Novembro. — Para conhecimento dos interessados publicamos abaixo a clausula 56a. do contracto em referencia:

"O GOVERNO ratifica inteiramente, como ratificado tem, os titulos definitivos de dominio, expedidos pelo GOVERNO, sob ns. 240 e 241, em 18 de Junho de 1930, cuja validade reconhece, correspondentes ás areas territoriaes de 726.000.000 de metros quadrados e 363.430.800 metros quadrados, respectivamente, a favor da Companhia de Terras Norte do Paraná, ficando, em consequencia, as alludidas áreas de terras, excluidas dos efeitos dos Decretos ns. 1495 e 1.677, de 15 de Junho do corrente anno, expedidos pelo Governo do Estado.

Fica, assim, desfeita qualquer duvida que por acaso pudesse existir sobre os nossos titulos de propriedade

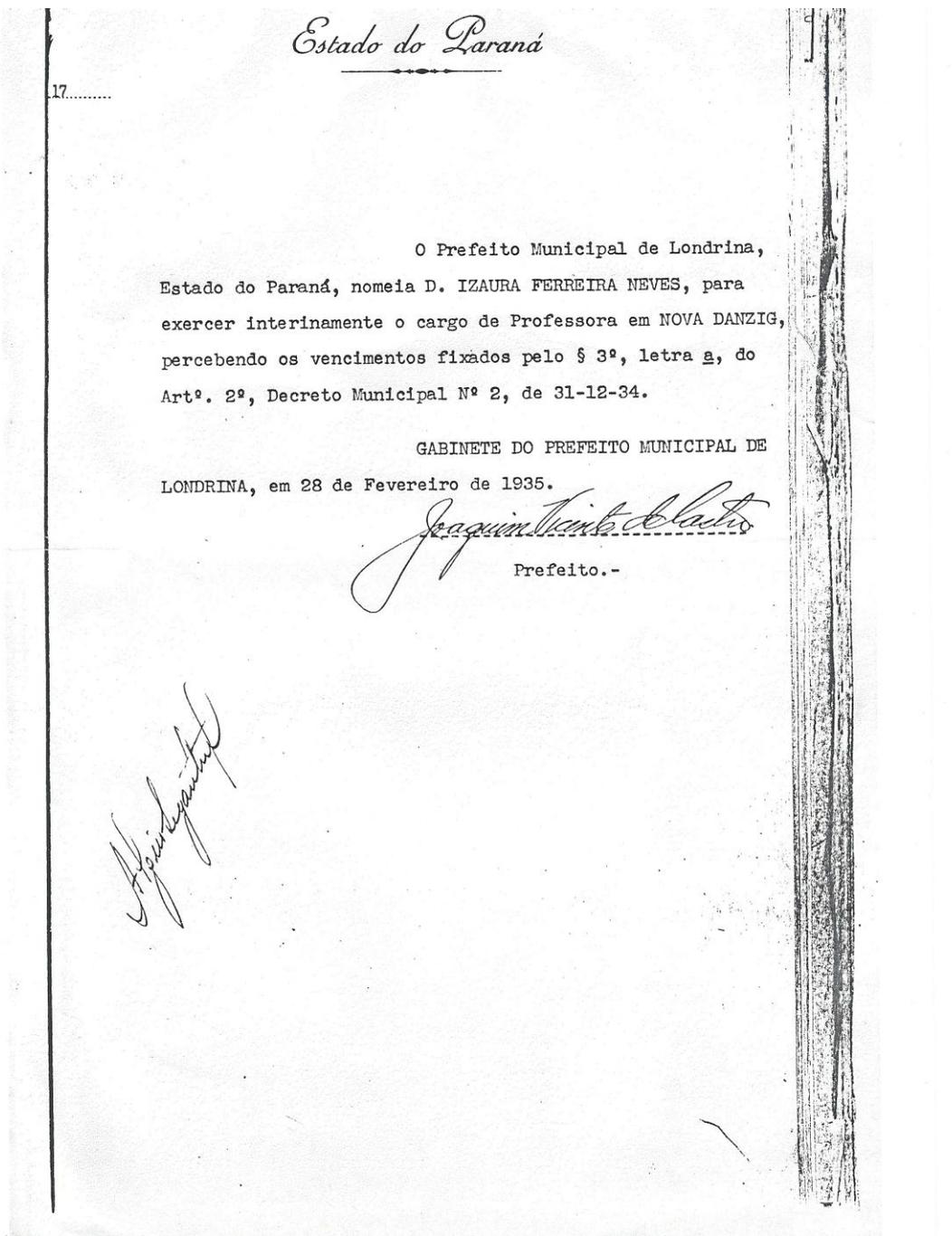
Comp. de Terras Norte do Paraná

<p>Londrina</p> <p>- E. F. S. PAULO-PARANÁ' -</p> <p>ESTADO DO PARANÁ'</p>	<p>Agencia Principal</p> <p>- Rua 3 de Dezembro n. 48 -</p> <p>São Paulo</p>
---	--

Fonte: MUSEU HISTÓRICO DE LONDRINA

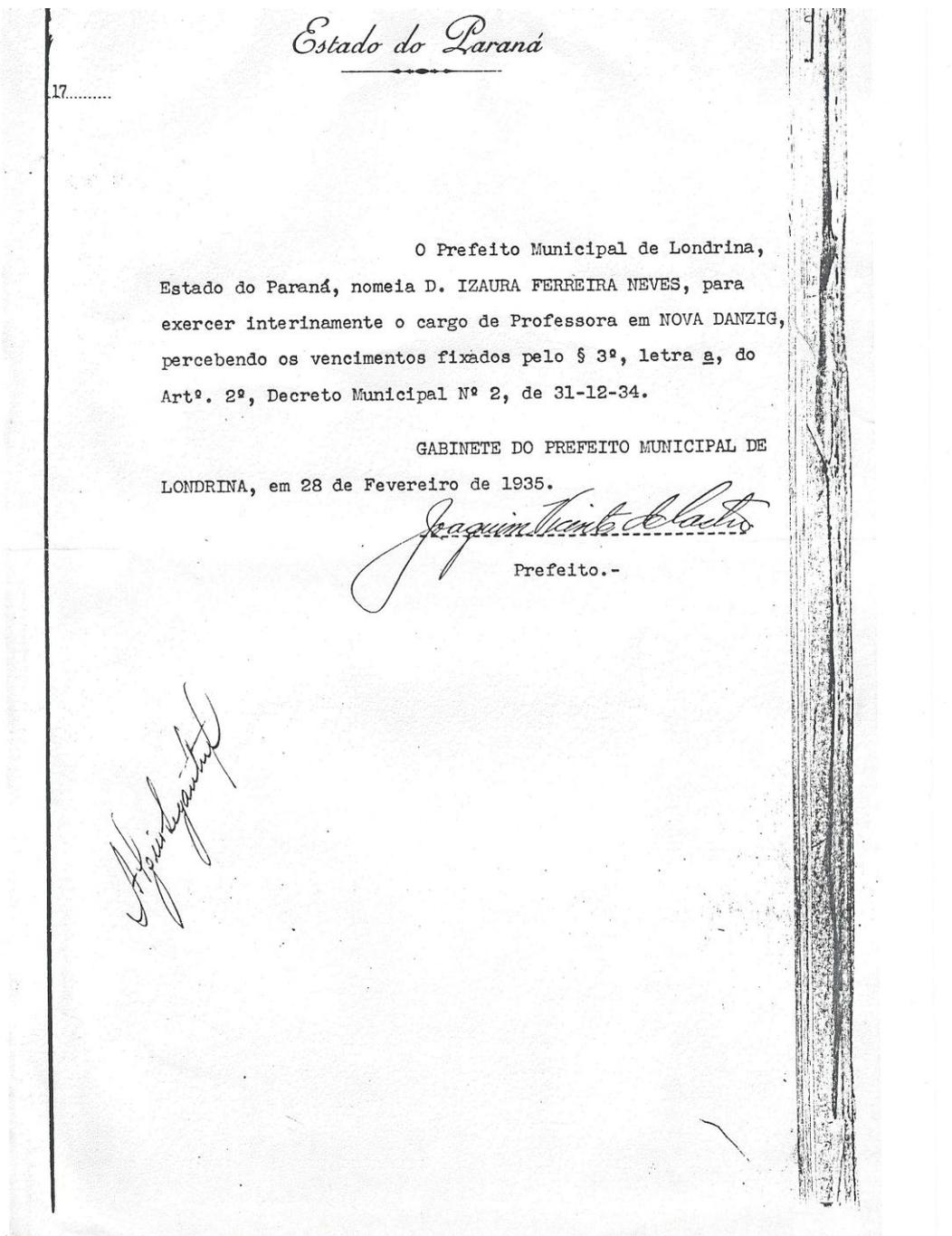
ANEXO D

NOMEAÇÃO DA PROFESSORA IZAURA FERREIRA NEVES EM 28/02/1935



ANEXO D

NOMEAÇÃO DA PROFESSORA IZAURA FERREIRA NEVES EM 28/02/1935



ANEXO E

ATA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA A RESPEITO DO PEDIDO DE DINHEIRO EM PROL DA "ASSOCIAÇÃO ESCOLAR DE NOVA DANTZIG" (1936)

5
e não 0,50%. Pelo sr. secretário foi dito que a resolução de 16 de maio com referência aos serviços a serem designados ao sr. Ribeiro, com referência entre outras ao matadouro de Nova Dantzig, que a Câmara resolveu entrar assim que a concorrência fosse extensiva aos matadouros de Rolândia. Nada mais discutido, o sr. presidente deu por encerrado o trabalho e lançou-se a presente que eu, Honorio Ribeiro, subscreeve e vou assinada.

João Wanderley, com restrição

Josephina de Almeida

Luiz Estrella

Honorio Ribeiro

Dr. João Figueiredo

Acta da 9ª Reunião da 5ª Sessão Ordinária

da Câmara Municipal de Londrina

do dia de setembro de mil e novecentos e trinta e seis, presentes os vereadores João Wanderley e Honorio Ribeiro, no salão nobre do Paço Municipal à hora regulamentar, não havendo número, o sr. presidente, mas com uma reunião para o dia 14. E para constar, lançou-se a presente que eu, Honorio Ribeiro, subscreeve e vou assinada.

João Wanderley.

Honorio Ribeiro

Acta da 10ª Reunião da 5ª Sessão Ordinária

da Câmara Municipal de Londrina.

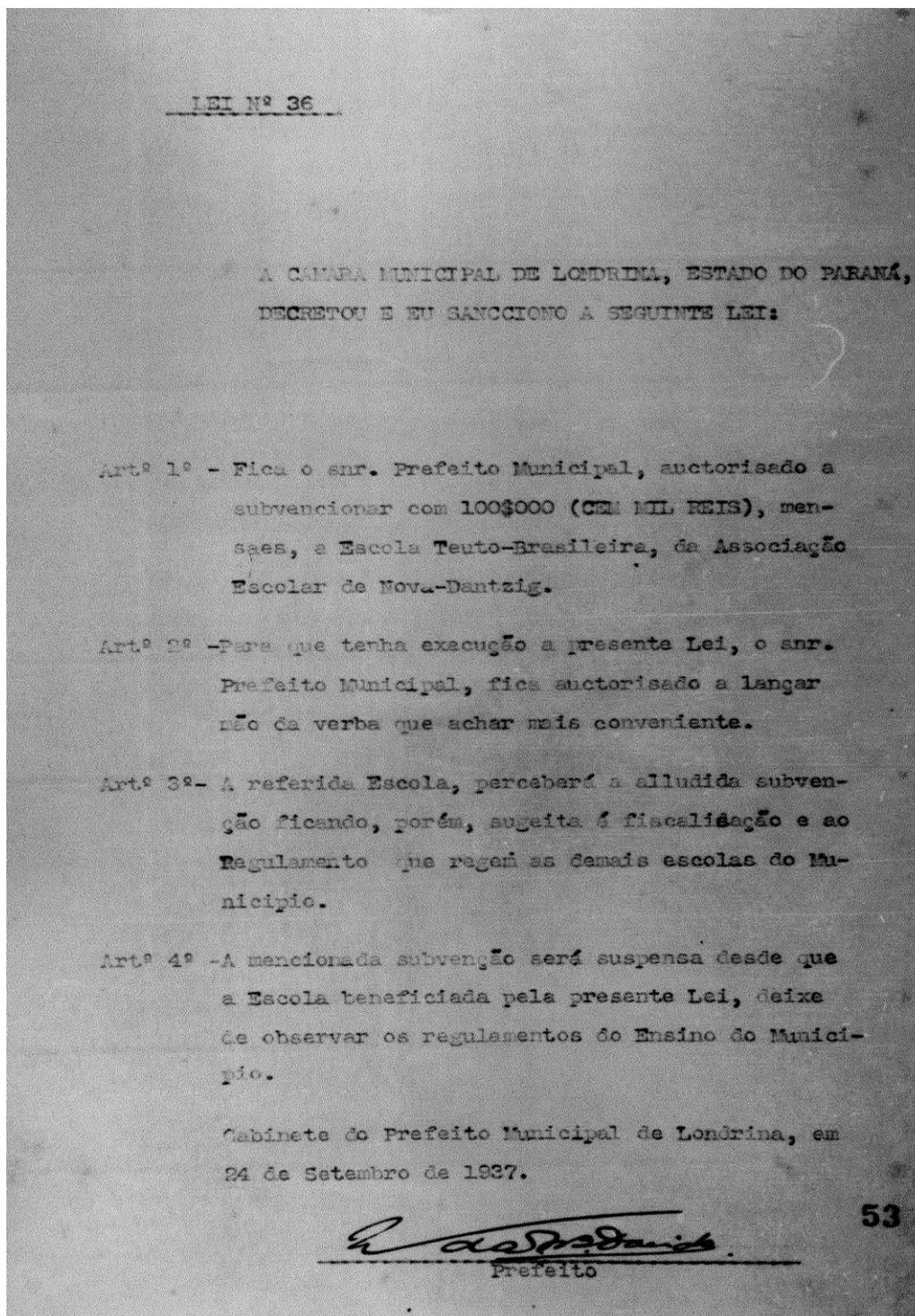
no quatorze de setembro de mil e novecentos e trinta e seis, presentes os vereadores: João Wanderley - Honorio Ribeiro - Luiz Estrella - Dirceu de Almeida e Dr. João Figueiredo, e ausente com justificativo o sr. Juvenal Bandeira, realizou-se à hora regulamentar, no salão nobre do Paço Municipal a

nora Neves de Nov Dautzig pedindo auxilios para pagamento
 de aluguel do predio para escola. A seguir, a requisição
 verbal do sr. Honorio Ribeiro, a Camara delibera applicando
 ao sr. Prefeito Municipal, autorizando-o a prorrogar por 15
 (15) dias o prazo para pagamento do imposto de Lucros
 e propriedade. A Camara delibera tambem, sobre o requerimento
 da professora Yama Neves para se applicar ao Prefeito, concedendo-lhe
 o auxilio pedido, pela verba ja' existente, para pagamento de
 aluguel e limpeza do predio para escola. O sr. presidente
 annunciando que estava em 2.^a discussao o projecto de lei
 n.^o 18, passa a providencia ao sr. Seraphim de Almeida, por o
 se impedido. Este projecto e' unanimemente approved. A seguir
 o sr. Joao Wandoloy assume novamente a presidencia e annuncia
 que estão em 2.^a discussao os projectos n.^o 19, 20 e 21, os
 quaes não approved, cada um separadamente. O sr.
 Honorio Ribeiro requer que a sessão se torne secreta para o
 fim de a Camara nomear definitivamente o Director da
 Secretaria da Banca, que vem sendo exercido interinamente
 pelo sr. Joao Alfredo de Moraes. Retira-se ento e a Camara
 entra em sessão secreta. Terminada esta o sr. presidente
 mandou contar que a Camara delibera por unanimidade
 applicar no cargo que vem exercendo a contabilidade, o sr.
 Joao Alfredo de Moraes. Nada mais constando, o sr. presidente
 deu por encerrada a sessão e para certificar, lavrou
 a presente que eu, Sr. Presidente, subscriso e assigno.

João Wandoloy, com restrição
 Seraphim de Almeida
 D. João Figueiredo
 Luiz Ostrelle

ANEXO F

LEI MUNICIPAL Nº 36 DE SETEMBRO DE 1937 QUE CONCEDEU UM VALOR DE 100 MIL RÉIS SSOCAÇÃO ESCOLAR DE NOVA DANTZIG”



Fonte: CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA

ANEXO G

PROFESSORA IZAURA FERREIRA NEVES COM OS ALUNOS DA ESCOLA MUNICIPAL NO PRÉDIO DA ESCOLA ALEMÃ (DÉCADA DE 1940).



FONTE: Museu Histórico de Cambé

ANEXO H

ATA DA FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO ESCOLAR ALEMÃ (1935)

DEUTSCHER SCHULVEREIN NEU DANZIG ASSOCIAÇÃO ESCOLAR	<u>Urkunde</u>
---	----------------

Am 18. Mai 1934 wurde der Deutsche Schulverein Neu Danzig gegründet, aus dem Entschlüssen heraus den deutschen Kindern hierdurch die Möglichkeit zu geben eine deutsche Schule besuchen zu können. Anfangs wurde der Unterricht in englischen provisorischen Schulgebäude abgehalten, das aus liebenswürdiger Weise von der Familie Proetz zur Verfügung gestellt wurde.

Da es den Bemühungen des Vorstandes gelang, den Hauptausschuss vom Senat der Freien Stadt Danzig, durch dessen Kultursenator Boeck zu erhalten und auch Herr Konsul Heldert vom Deutschen Konsulat in Curitiba, freunlichst seine Hilfe zugesagt hat, wurde der Bau einer eigenen Schule in der Generalsammlung vom 13. Januar 1935 besch.

Durch Schenkung von 2 Stadtplätzen in Neu Danzig nach 26 Maße 6 u. 8, in der Größe von 1135,60 m² und im Werte von ~~Rs. 275.000~~ 275.000, seitens der Cia. de Terras Norte, do Paraná, Londrina, datiert v. 22/10/1933, konnte nunmehr mit dem Bau begonnen werden.

Dieser Urkunde sind beigefügt: ein Mitgliederverzeichnis, die Vereinsstatuten, sowie ein Mitgliedebuch.

Möge Gottes reichster Segen auf diesem Hause ruhen, das gedacht ist als Erziehungsanstalt unserer Kinder und Kindeskinder und als ein Sammelplatz für alles was deutsch denkt und fühlt und noch späteren Geschlechtern ein Vorbild sein möge des einsigen deutschen Volkstums in Brasilien.

Neu Danzig d. 24. Februar 1935

Vorstand	
II. Vors. <u>J. Klein</u> <u>Erich Fuger</u> I. Schriftf. <u>Alberto Koch</u> I. Kassennr.	I. Vors. <u>Carlos Sawade</u> III. Vors. <u>Wimby</u> II. Schriftf. <u>Fritz Jordan</u> II. Kassennr.

DEUTSCHER SCHÜLERVEIN NEU DANZIG		<u>Mitgliederliste</u>	
ASSOCIAÇÃO ESCOLAR			
Nr.	Name.	Nr.	Name
1	Erich Anger	40	Erika Widmann Nilson
2	Arthur Axt	38	Antonia Formade
3	Richard Graefe	36	Hubert Temmery
4	Johann Großmann	35	Erwin Fröhlich
6	Alberto Koch	43	Robert Fier
7	Gaston Kuck	44	Oscar Fier
8	Richard Koske	45	Hermann Rascher
9	Carlos Lavade	46	Waldomiro Lindberg
10	Johannes Schindler	49	Dora Axt
11	Matha Tkotsch	50	Margarita Anger
13	Rudolf Meidam	51	Rita Tkotsch
21	Werner Laase	52	Ronald Tkotsch
22	Otto Gartner	53	Fritz v. Ulaszewicz
24	Bruno Ulaszewicz	54	Cassiano Schönher
25	Otto Herin sen.	55	Annie Ulaszewicz geb. Herndt
27	George Philipp	56	Olga v. Ulaszewicz
28	Eduard Schulz	57	Lena Schönher
29	Max G. Mosimann	58	Charlotte Kück
30	Peter G. Mosimann	61	Hellmut Kamiske
31	Richard Nilson	62	Peter Tkotsch
37	Hanni Schindler	63	Wilhelm Braunschweig

Insammas 42 Mitglieder
Neu Danzig d. 24 Februar 1935
Erich Anger
v. Scharffhuber

ANEXO I

ATA DA FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO ESCOLAR ALEMÃ EM PORTUGUÊS
(1935)Documento

No dia 18 de maio de 1934 foi criada a Associação Escolar Nova Danzig, em decorrência do desejo de oferecer às crianças alemãs dessa localidade, a oportunidade de frequentar uma escola alemã. Logo no início, as aulas foram ministradas provisoriamente em uma pequena construção generosamente cedida pela família Tkotx. Através do empenho da diretoria da associação, foi possível obter pelo Senado da Cidade Livre de Danzig, através do Senador da Cultura, Sr. Baech, a maior parte dos recursos necessários para a construção de um prédio próprio e também Consul Aldert, do Consulado Geral da Alemanha em Curitiba, gentilmente confirmou seu apoio, o que levou a decisão da construção da escola na Reunião Geral do dia 13 de janeiro de 1935.

Pela doação de dois terrenos urbanos em Nova Danzig, quadra 26, datas 6 e 8, com 1.135,60 m² e no valor de Rs. 2.276#900 pela Companhia de Terras Norte do Paraná, de Londrina, datada de 22 de dezembro de 1932, tornou-se possível o início da obra.

Anexado a este documento : uma lista dos associados, os estatutos da associação, assim como um livro de registros.

Que as bênçãos divinas pousem sobre esta casa, que foi concebida como instituição de ensino para nossos filhos e os filhos de nossos filhos e como local de encontro para todos aqueles que pensam e sentem como alemães, e que seja um símbolo para as gerações futuras, do que foi a tradição popular alemã no Brasil.

Nova Danzig, dia 24 de fevereiro de 1935

Diretoria

1. Diretor: J. Schindler

2. Diretor: -----

3. Diretor: Carlos Sawade

1. Secretário: Erich Anger

2. Secretário: ilegível

1. Tesoureiro: Alberto Koch

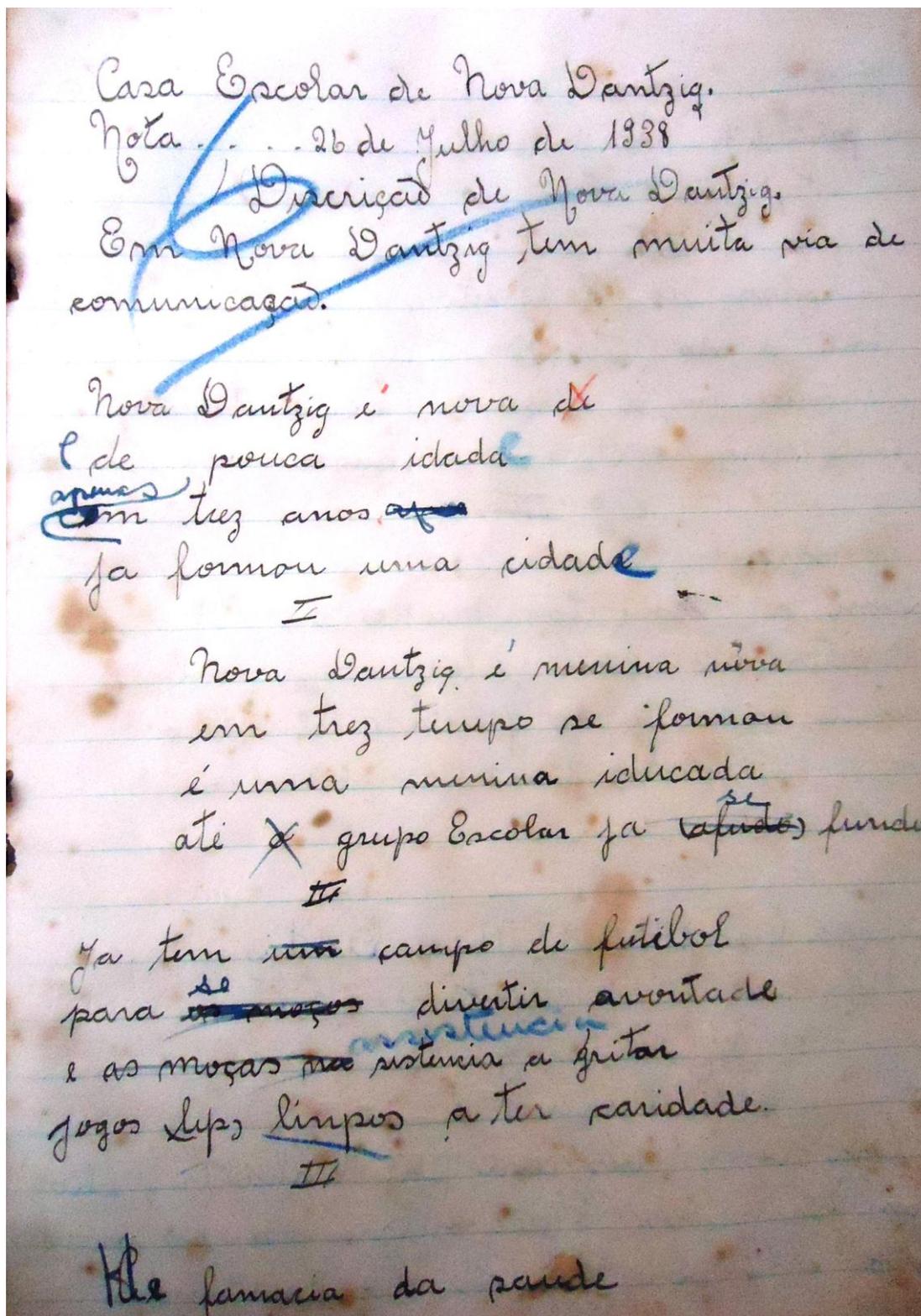
2. Tesoureiro: Rudolf Neudamm

ANEXO J**BAILE NA ESCOLA ALEMÃ (194-J)**

Fonte: MUSEU HISTÓRICO DE CAMBÉ.

ANEXO K

FRAGMENTO DO CADERNO DO ALUNO SEBASTIÃO SERESSUELLA (1938)



e ha adto pova
a farmacia da confiança
a esta no hotel do Cardoso

III

A casa do S. Bento
Com a do lithagio
Se encerram e fizeram um abatimento
Que que nada a nada quase foram as diligadas

IV II

A casa do tacach
com a do (Cra) Maranhão
Cobriram com elles
Quem dizem a do Filizardo estragada
Sebastião Sussuella

Casa Escolar de Nova Dabitzig
Nota... M. de Agosto de 1938

Historia

Era uma vez um pai tinha tres filio
um chamava Pedro, outro Jose e o mais
nova chamava faozinho. Os dois mais

10 de Bandeira

Dentre os objetos que estavam na minha mesa de estudo do pequeno Afriano, um havia que ocupava lugar distinto.

Era um quadro de madeira envernizada através de cujo vidro se via uma bandeirinha nacional, toda feita de pedra.

É a minha inseparável companheira de trabalho.

Cada vez que a encaro, lembro-me dos meus deveres e atiro-me com coragem ao estudo para algum dia poder ser útil a pátria.

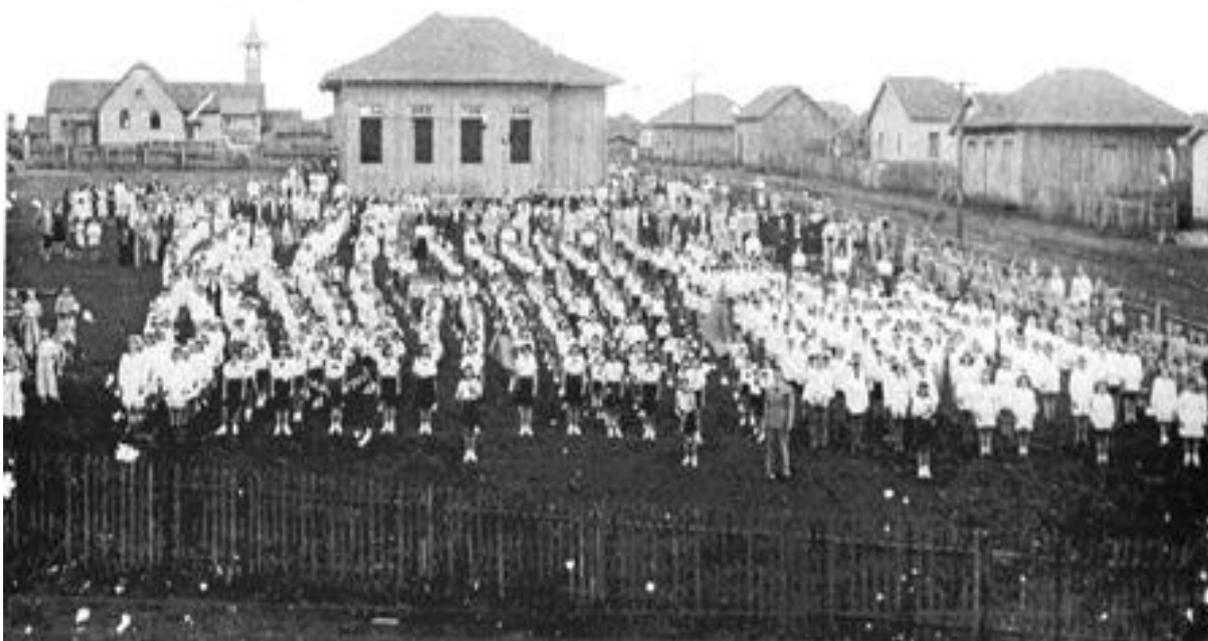
Como ardentemente a estandarte da minha terra e porque o amo quero sempre tê-la diante dos olhos.

Penho fi em que ele será sempre o meu mais fiel guia e que sempre me respeitando o como a imagem do meu adorado Brasil.

Fonte: MUSEU HISTÓRICO DE CAMBÉ

ANEXO L

GRUPO ESCOLAR "OLAVO BILAC" (1939).



Fonte: MUSEU HISTÓRICO DE CAMBÉ

ANEXO M

ESCOLA DO "MEIO" DÉCADA DE 1940



Fonte: MUSEU HISTÓRICO DE CAMBÉ

ANEXO N

IMAGEM DA PARTE EXTERNA DA CAPELA “SÃO JOÃO BATISTA” ANTES DO PROCESSO DE RESTAURAÇÃO.



Fonte: MUSEU HISTÓRICO DE CAMBÉ

IMAGEM DA PARTE EXTERNA DA CAPELA “SÃO JOÃO BATISTA” ANTES DO PROCESSO DE RESTAURAÇÃO



Fonte: MUSEU HISTÓRICO DE CAMBÉ

ANEXO P

REPORTAGEM PUBLICADA NA FOLHA DE LONDRINA DE 06/08/1995

Preservação

Projeto restaura capela do Bratislava

A igreja de madeira, na zona rural de Cambé, tem quase 50 anos e está sendo recuperada através de um trabalho artesanal

Alexandre Sanches
Editoria Norte

CAMBÉ - Parte da história da colonização do Norte do Paraná está sendo resgatada em Cambé. Profissionais do Inventário do Patrimônio Cultural (Ipac), mantido pela Universidade Estadual de Londrina, Museu Histórico de Cambé e a comunidade de Bratislava estão reformando a capela São João Batista. Com quase 50 anos, a igreja construída por mestres carpinteiros de Bratislava recebe sua primeira reforma.

Espaço de centenas de casamentos, batizados, reuniões sociais e festas importantes, a capela foi o centro de um povoado de tradições e origens diversas: eslava, portuguesa, japonesa, alemã e italiana. Mas a ação do sol e da chuva acabou destruindo as paredes de madeira - peroba rosa - e o telhado. Resultado: a base do prédio apodreceu, as vigas de madeira estão infestadas de cupim e o telhado apresenta infiltrações.

Mesmo assim, os fiéis ainda utilizam o local para as missas, celebradas uma vez por mês. Diante do estado lamentável em que se encontra a igreja de 133 metros quadrados, a comunidade de Bratislava pretende demoli-la para a construção de uma nova, de alvenaria. Mas sociólogos, historiadores e arquitetos do Ipac resolveram desenvolver um trabalho de conscientização nos moradores do distrito, que voltaram atrás e decidiram ajudar na realização de uma reforma geral.

O arquiteto Antônio Carlos Zani, 41 anos, é um dos responsáveis pela reconstrução da Capela São João Batista - junto com o arquiteto Ademir Viana Rosa. Ele disse que a atual estrutura será mantida mas as madeiras apodrecidas serão substituídas, além de repostos o piso e as telhas quebradas. A parte elétrica será reestruturada e a fachada ganhará pintura. Todo o

trabalho manual será realizado pela prefeitura.

Artesanal O serviço é artesanal. Os arquitetos vão acompanhar a restauração para que a originalidade da Igreja seja respeitada. Segundo Zani, alguns detalhes mostram a origem eslava de seus construtores. Janelas e portas ponteadas, detalhes da cerca que separa o altar do resto da igreja, e as duas torres são características europeias.

Para o arquiteto, a importância da preservação da capela é que ela é um dos poucos exemplares construídos em madeira na região. "Temos duas igrejas deste porte, a de Bratislava e a do distrito da Selva. Em Bratislava está a principal delas, com duas torres, o que não era comum na região", explica. Ele diz ainda que a Capela tem grande valor histórico por representar um estilo de época e por obedecer a um tipo arquitetônico muito usual no período da colonização do Norte do Paraná.

A Colônia Bratislava, apesar de ser uma só, tinha características diferentes com a "parte de baixo", com predomínio dos eslovacos - conservadores na manutenção de seus valores, normas e idioma pátrio, e a "parte de cima" com os tchecos, alemães, húngaros, italianos, espanhóis, portugueses e brasileiros.

Apesar dos eslovacos dominarem o distrito, com 40 famílias, os portugueses também ganharam muito espaço. A hospedaria da família Silva recebia os patriotas até que pudessem se estabelecer nas fazendas e sítios do distrito, fortalecendo o ciclo do café no Norte do Paraná. O distrito teve até máquina de beneficiamento de café e mercearias (espécies de cooperativas para satisfazer as necessidades materiais). (A.S.)

A Capela de São João Batista não é a primeira igreja do distrito de Bratislava. Na década de 30, durante a colonização da região, a Companhia de Terras Norte do Paraná, que vendeu as terras aos imigrantes eslovacos, alemães e japoneses, que criaram as suas colônias no local, doou um alqueire para que a comunidade constrísse a igreja. (A.S.)

Memória
Representantes do Ipac, prefeitura, comunidade e Museu Histórico estão juntos na restauração

Arte
Operários trabalham artesanalmente para recuperar a Capela

Diversas raças dividiam espaço em Bratislava

Atual capela é a 2ª igreja do patrimônio

Pioneiro não se esquece do cruzeiro

A Capela de São João Batista não é a primeira igreja do distrito de Bratislava. Na década de 30, durante a colonização da região, a Companhia de Terras Norte do Paraná, que vendeu as terras aos imigrantes eslovacos, alemães e japoneses, que criaram as suas colônias no local, doou um alqueire para que a comunidade constrísse a igreja. (A.S.)

O agricultor Rodolfo da Silva, 45 anos, filho caçula dos pioneiros José da Silva (português) e de Isabel Oliva da Silva (eslovaca) é um dos poucos descendentes que ainda mora no distrito. Ele conta que a sua infância foi vivida em torno da pequena igreja que participou de inúmeras festas religiosas e de cunho político. Entre as grandes festas, está

Fonte: MUSEU HISTÓRICO DE CAMBÉ

ANEXO Q

LEI MUNICIPAL DE LONDRINA Nº 16 DE 28 DE JULHO DE 1936 QUE AUTORIZAVA A CONCESSÃO DE VERBAS PARA A SOCIEDADE ESCOLAR BRATISLAVA

LEI Nº 16

A Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte lei:

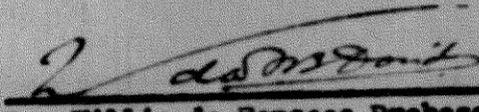
Art. 1º - Fica o Snr. Prefeito Municipal autorizado a conceder à Sociedade Grupo Escolar de Bratislava a importância de Rs. 1:500\$000 (Um conto e quinhentos mil réis) para verba Serviços Públicos de Interesse Comum com o Estado - Instrução Pública, Pequenos Auxílios.

Art. 2º - O prédio para a escola, além dos requisitos de higiene, deverá ser coberto com telhas tipo frances.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

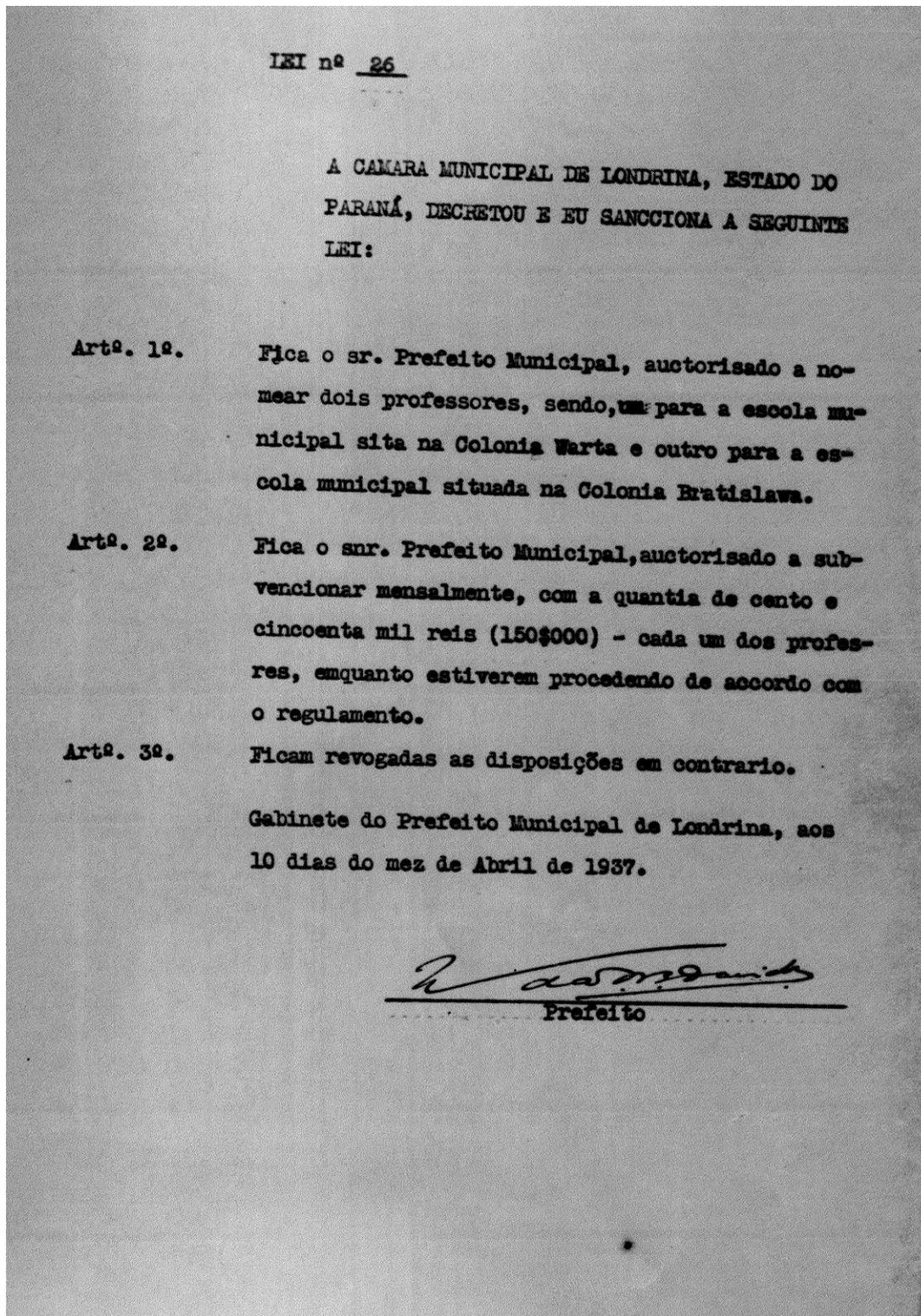
Registre-se e publique-se.

PAÇO MUNICIPAL DE LONDRINA, 28 de Julho de 1936.


Dr. Willie da Fonseca Brabazon Davids
- Prefeito Municipal -

ANEXO R

LEI MUNICIPAL Nº 26 DE 10 DE ABRIL DE 1937 QUE AUTORIZAVA A CONTRATAÇÃO DE UMA PROFESSORA PARA A ESCOLA BRATISLAVA



Fonte: CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA

ANEXO S

REPORTAGEM PUBLICADA NO JORNAL PARANÁ-NORTE DE 19 DE FEVEREIRO DE 1939 SOBRE A ATUAÇÃO DO PROFESSOR BRUNO COMÉGE NA ESCOLA BRATISLAVA EM CAMBÉ

Um estrangeiro recalcitrante

PROFESSOR FÓRA DE LEI

Ha tempos organizou-se no districto de Nova Datzig uma sociedade escolar que tomou o nome de S. Escolar Bratislava. O seu principal fundador, a alma e o braço da citada sociedade, foi o sr. Jasé Torrejais, que não mediu sacrificios para que o seu ideal se concretizasse numa realidade. E tanto luctou e com tal habilidade se houve, que conseguiu que a

Companhia de Terras fizesse doação de um terreno para patrimonio da sociedade. Com tenacidade e muito trabalho foi edificado a casa escolar. O digno prefeito municipal dr. Willie Davids, creou alli uma escola publica municipal e nomeou a respectiva professora. Tudo ia muito bem, muito direito, até que um grupo de estrangeiros fez uma eleição clandestina, tomou conta da Directoria e arrogou-se o direito de nomear um professor estrangeiro para dar aulas, pondo de lado a professora municipal, o que é uma violencia.

O professor estrangeiro, sr. Bruno Comége apesar de avisado continua a dar aulas, a violar a lei, lei que deve respeitar.

O sr. Comége é, portanto, um estrangeiro recalcitrante, como recalcitrante é a directoria da sociedade, directoria clandestina e tambem illegal porque a sociedade deve ter, tambem pela lei, uma directoria composta de brasi-

leiros. Mas demos de barato que isso fique como está, mas, com o que não se pode concordar é que essa directoria, já por si illegal, imponha, a força, um professor estrangeiro e afaste acintosamente uma digna senhorita brasileira, filha de brasileiro e que alli está ensinando creanças brasileiras filhas de estrangeiros.

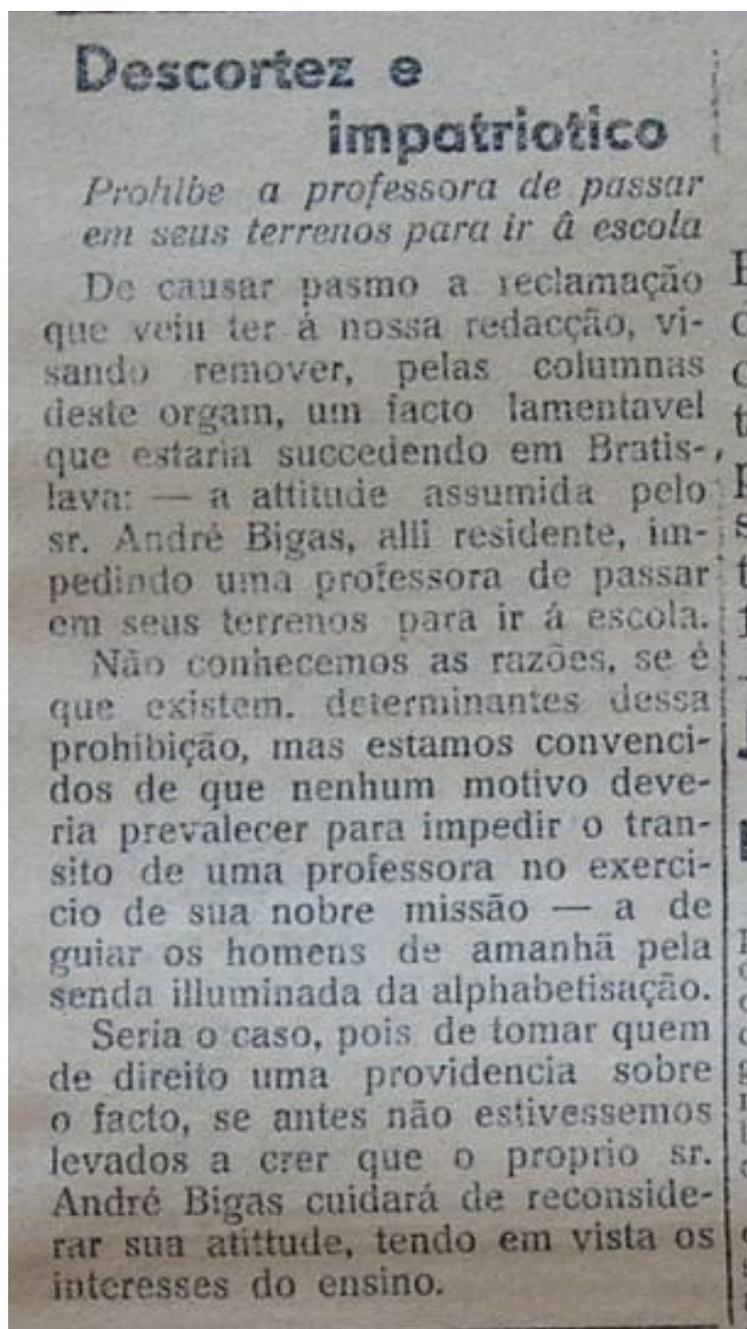
E, para o estrangeiro recalcitrante, para o estrangeiro violador da lei, pedimos as mais rapidas e energicas providencias á Directoria do Ensino e á Prefeitura Municipal para que ponham as cousas nos seus logares e façam lembrar aos estrangeiros recalcitrantes que, no Brasil, quem não respeita a lei do Brasil, será expulso do Brasil.

Circo Theatro Pedro II

Deve estrear sabbado proximo nesta cidade este esplendido Circo, o qual tem um magnifico elenco de artistas que vem recebendo applausos em todas as cidades em que tem trabalhado.

ANEXO T

REPORTAGEM “DESCORTEZ E IMPATRIOTICO” DO JORNAL PARANÁ-NORTE DE 13 DE AGOSTO DE 1939



Fonte: MUSEU HISTÓRICO DE LONDRINA

ANEXO U

CERTIDÃO DE COMPRA E VENDO DO TERRENO ONDE FOI CONSTRUÍDO O GRUPO ESCOLAR" MANOEL RIBAS"(1957)

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



ESTADO DO PARANÁ

COMARCA DE CAMBÉ

SERVIÇO REGISTRAL
RUA ESTADOS UNIDOS, 1.124 – FONE: 3035-3023
HELENA DONIZETTE FADEL
OFICIALA DESIGNADA

CERTIDÃO N.º 1.617

Certifico, que à fls. 216, e sob o nº 452, do livro 3, de Transcrição das Transmissões, foi efetuada a transmissão do seguinte imóvel.–

DATA DO REGISTRO: 15 de Março de 1.957.–

CIRCUNSCRIÇÃO: Cambé.–

DENOMINAÇÃO: Gleba Cafesal, (Lote nº 159-F, destacado do lote nº 159-D).–

= CARACTERÍSTICOS E CONFRONTAÇÕES =

O lote de terras sob o nº 159-F (cento e cinquenta e nove-F), sem benfeitorias, com a área de 0,50 (meio) alqueire paulistas, destacado do lote nº 159-D (cento e cinquenta e nove-D), da Gleba Cafesal, situado neste Município e Comarca de Cambé, havido pela transcrição sob o nº 4.057, do 1º Ofício de Imóveis da Comarca de Londrina, e se acha dentro das seguintes divisas e confrontações:– “PRINCIPIANDO num marco de madeira de lei, que foi cravado na divisa com os lotes nºs 159-D e 159-B, segue confrontando com o lote nº 159-D no rumo NE. 10º 42’, com 88 metros, até um marco de madeira de lei, cravado no espigão; daí mede-se no referido espigão, no rumo NE. 55º 00’ - 52 metros e 40 centímetros, até chegar a um marco semelhante aos demais; deste ponto segue confrontando com o lote nº 159-A, no rumo SE. 76º 37’, na distância de 94 metros e 20 centímetros, até um marco de madeira igual aos demais; prossegue daí, no rumo SW. 32º 21’, confrontando com os lotes 159-D, na distância de 125 metros; deste ponto segue no rumo NW. 82º 45’, confrontando com os lotes números 159-E e 159-B, respectivamente, nas distâncias de 55 metros e 50 centímetros e 25 metros e 20 centímetros, até chegar ao ponto de partida”.– **OBSERVAÇÕES:**– Talão Transmissão inter-vivos nº 392081 de Cr.\$ (livre) sobre o valor de (livre) da Coletoria Estadual desta cidade datado de 11 de Junho de 1.956.–

NOEM, DOMICÍLIO E PROFISSÃO DO ADQUIRENTE:– PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBÉ, no ato representada por seu Prefeito Jacídio Correia, brasileiro, casado, residente nesta cidade.–

NOME, DOMICÍLIO E PROFISSÃO DO TRANSMITENTE:– JOÃO OLIVA e sua mulher, MARIA KUBALAKI OLIVA, rumenos, casados, lavradores, residentes em Londrina.–

TÍTULO:– Compra e Venda.–

FORMA DO TÍTULO, DATA E SERVENTUÁRIO:– Escritura pública lavrada nas notas do Tabelião Manuel Arrabal, desta cidade, no livro nº 35, fls. 181, no dia 18 de Junho de 1.956.–

VALOR DO CONTRATO:– Cr.\$ 7.000,00 (sete mil cruzeiros).–

CONDIÇÕES:– Às do Título.–

1/452.– De acordo com a Escritura Pública de Retificação e Ratificação lavrada nas notas do Tabelião Manuel Arrabal desta cidade, no livro nº 44, fls. 117, em 19 de março de 1.975, foi modificado o número do lote, bem como suas divisas, metragens e confrontações, que passa a ser o seguinte: lote nº 159-D-B (cento e cinquenta e nove-D-B), com a área de 0,50 (meio) alqueire paulista, ou sejam 12.100 metros quadrados, com benfeitorias, subdivisão do lote nº 159-B da Gleba Cafesal, dentro das seguintes divisas e confrontações:– Principiando num marco de madeira de lei, cravado na divisa com os lotes nºs 159-D-A e 159-E, segue com o rumo de 44º 00’NE e distância de 132,00 metros, confrontando com o lote nº 159-D-A, até um novo marco cravado na divisa do lote nº 159-A, -----

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



ESTADO DO PARANÁ

COMARCA DE CAMBÉ

SERVIÇO REGISTRAL
RUA ESTADOS UNIDOS, 1.124 – FONE: 3035-3023
HELENA DONIZETTE FADEL
OFICIALA DESIGNADA

deste ponto confrontando com o lote n 159-A, segue com o rumo de 67° 00' NW e distância de 82,00 metros, até a um novo marco cravado na divisa ainda com o lote n° 159-A, deste ponto e confrontando com quem de direito segue no rumo de 64° 40' SW e distância de 52,73 metros, até um novo marco, daí com o rumo de 20° 00' SW e distância de 91,00 metros, chega-se ao um novo marco na divisa com o lote n° 159-B, deste ponto e confrontando com o lote n° 159-B e mais o lote n° 159-E, com o rumo de 73° 33' e distância de 69,00 metros, chega-se ao ponto de partida da presente medição". Os rumos foram orientados pelo Norte Magnético.-

Vide transcrição n° 3.939, fls. 53, livro 3-G. 7.780,00 metros quadrados;

O referido é verdade e dou fé.-
Cambé, 26 de agosto de 2.013.-

Helena Donizette Fadel
Registradora Autorizada



Fonte: CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE CAMBÉ

ANEXO V

LEI N.08 QUE ALTEROU O NOME DA ESCOLA BRATISLAVA PARA MANOEL RIBAS(1948)

V

Plano H.º

Lei n.º 8,

A Câmara Municipal de Cambé Estado do Paraná em Sessão de 5 de Julho do corrente Ano decretou, e eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

Lei: n.º 8

1.º Ficam criadas no território deste Município, as seguintes escolas:-

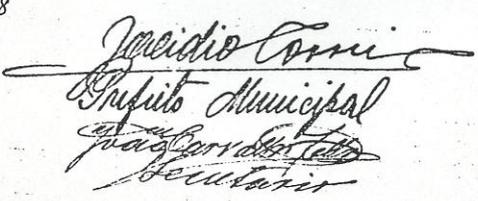
Uma escola com o nome de "Manoel Ribas" localizada no lugar denominado Bratislava, uma escola com o nome "Dr. Clotário Portugal", localizada na Vila-Caçador; uma escola com o nome "Dr. Hugo G. Lima", localizada no Corrego Esperança; uma escola com o nome de "Rui Barbosa", localizada no Corrego Jacutinga; uma escola com o nome de "Humberto de Campos" localizada no Corrego Javalby, e uma escola com o nome de "Castro Alves" localizada no Posto de multiplicação de sementes.

2.º Para reger as escolas Hugo G. Lima, Humberto de Campos e Castro Alves, ficam criados três cargos de professores para G. de acordo com a Lei n.º 4.

3.º Para fazer face a despesa da presente Lei, fica suplementada a verba 3-2. 8-33=0.6 da Lei orgamentaria com a quantia de Cr\$ 6.100,00 (Seis mil e quatorzentos Cruzados).

4.º A presente Lei, entrará em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cambé, em 15 de Julho de 1948


 Jacidino Corri
 Prefeito Municipal
 Secretário

Fonte: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAMBÉ

ANEXO W**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO PREFEITO JACÍDIO CARREIA À
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES NO ANO DE 1949****EDUCAÇÃO**

O primeiro fato ponderavel que desejo citar é o plano de aumento e distensão da rêde de ensino primario municipal.

Nêste ano poudo o Executivo Municipal abrir perto de seis escolas incluindo se dois Grupos Escolares sendo eles os seguintes: — Grupo Escolar Manoel Ribas na Colonia Bratislava — Grupo Escolar Monteiro Lobato — no Quilometro nove da Estrada da Prata — Escola Dr. Clotário Portugal no correço Caçador — Escola Dr. Antonio A. de Carvalho Chaves no Corrego do Cateto, Escola Emiliano Pernetta na Fazenda Santa Maria, Escola Ruy Barbosa no Corrego Jacutinga.

Hoje pode se considerar o Municipio de Cambé, na batalha do rendimento dessas mesmas escolas, além das demais criadas no ano primeiro da vida de Cambé como sendo um dos mais afortunados, na Educação e Cultura de seus filhos.

Desta arte se depreendiio tem, que dos (2.078) alunos que comp em o corpo discente das junções das escolas municipais e estaduais do nosso territorio, concernente às escolas isoladas, o Municipio tem a seu cargo a educação de 437 alunos de ambos os sexos, o que constituem sem duvida um coeficiente, apreciavel, e ao mesmo tempo, trabalhoso ao corpo docente, que a despeito do elevado numero de alunos que lotam uma classe, vêm a constituir um verdadeiro exito no terreno da alfabetisação das crianças.

Como medida substancial, e sem duvida a de maior alcance no sentido de dar solução ao problema, criado a super-lotação das classes, o Municipio aumentou consideravelmente o numero de professores, sendo atualmente de dôze professores na base de 40 alunos para cada mestre, o que vem satisfazer em parte as nossas necessidades.

No terreno da Educação e Cultura, em que o Executivo se mostrou empenhado a construir novas escolas, adaptados com os mais modernos moveis e utensilios e além de funcionarem em edificios de maiores comodidades foram os gastos da Prefeitura nêsse terreno estimados em Cr\$ 171.956,40 sendo que os senhores vereadores poderão analisar de per-si elemento por elemento dos gastos da Educação, que vão apenço ao presente relatorio, com os custos das construções de unidades escolares por unidades escolares, naturalmente destacados do corpo da Execução Orçamentaria.

— 15 —

A Despesa Total do Município de Cambé, no exercício de 1949 foi de Cr\$ 1.574.260,40, cujos dispendios se distribuem em sintense como segue:

DO PESSOAL	565.476,90	
MATERIAL DE CONSUMO E DESPESAS DIVERSAS	453.655,30	
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	555.128,20	
		<hr/>
SOMA GERAL	1.574.260,40	

O Contado

**ARROLAMENTO DOS BENS MUNICIPAIS E MATERIAIS DIVERSOS
APLICADOS NA ADMINISTRAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 1949
NA SEGUINTE INCIDÊNCIAS POR SERVIÇOS:**

	Cr\$	
Grupo Escolar Manoél Ribas	43.636,50	
Escola Monteiro Lobato	19.084,80	
Escola Dr. Clotario Portugal	8.417,70	
Escola Dr. Antonio A.C. Chaves	17.730,40	
Escola Emiliano Pernetá	5.925,80	
Escola Ruy Barbosa	3.588,40	98.383,60
		<hr/>
Matadouro Municipal	289.707,30	
Materiais Diversos	45.928,40	
Móveis e Utensílios	15.259,30	
Ferramentas e Acessórios	13.523,50	
Maquinismos e Acessórios	72.837,10	
Veículos e Semoventes	142.300,00	
Bens da Natureza Cultural	2.303,00	581.858,60
		<hr/>
		680.242,20
		<hr/>

RELATÓRIO

Grupo Escolar Manoél Ribas — Colonia Bratislava

n.º	Descrição	Importancia
Despendios de edificações		
Fevereiro		
61	Areia	120,00
62	Localização de fôças	100,00
Abril		
151	Pregos	68,40
158-c	Parafusos	809,90
159	Oxide de ferro — cimento cal	642,50
165	3 portas	916,40
171	Antonio Curci	
	Mão de Obra 162m. a Cr\$ 42,00.....	6.804,00
176	Pregos 18x24	42,50
	Pregos 15x15	10,00
	Pregos 15x15	20,00
	Pregos 12x12	92,00
	Pregos 16x18	72,00
	Pregos 18x14	127,50
	Pregos 22x18	32,80
178	10 caixilios	2.895,00
183	3 bandeirólas	588,00
193	Ferragens Perfuração de um poço	2.000,00
197-g	Pregos 4 maços 12x12	34,00
	1 maço prego 12x12	12,00
	2 maços de prego 12x12	24,00
	1 maço de prego 18x24	9,00
Maio		
222	Fuaã Tarran	
	3250 tijólos	1.462,00
266	Godofredo Gaviglia	
	2 armarios	600,00
278	Godofredo Gaviglia	
	12 carteiras a Cr\$ 150,00	1.000,00

Junho		
310	Godofredo Gaviglia	
	Saldo do pagamento pela compra supra	800,00
Setembro		
389	Casa Paratodos	
	Dobrade parafusos e pregos	25,50
250	Idem idem como acima	
	23 metros de cabo aço 3x10	184,00
	1 Balde n.º 11	30,00
	Irmãos Donadio & Cia.	
	Pela aquisição de madeirame diversos de cons- trução para o Prédio onde funciona o Grupo, conforme se depreende das contas n.ºs ..	
	229 — 187 e 169	23.330,00
328	José Bigas	
	Um dia de serviços mão de obras no con- certo de carteiras	85,00
Maio		
217	Godofredo Gaviglia	
	Uma estante	700,00
	SOMA	<u>43.636,50</u>

Fonte: MUSEU HISTÓRICO DE CAMBÉ

ANEXO X

ATAS DE EXAMES FINAIS DA ESCOLA BRATISLAVA (1944-1948)

D. G. E. 550-A

Têrmo de Abertura

Servirá este livro para Atas de Exame da
escola isolada de Bratislava

Suas folhas em numero de 25 vão rubri-
cadas por mim Diretor Geral da Educação, com a
rubrica [assinatura] que faço uso.

Diretoria Geral da Educação, em.....de
194.....

[assinatura]
DIRETOR GERAL

Maria Faria 1

Acta de Exame

Cos trinta dias do mês de novembro do ano de 1.944 na escola de Brateslava distrito de Cambé e município de Bondrina regida pela professora Teronica Gonçalves presente o Sr. Jacidio Borreia inspetor municipal, procedeu-se ao exame do presente ano letivo. Pelo livro de matricula verificou-se que a escola estava neste mês com 58 alunos matriculados, sendo 35 meninos e 23 meninas. Dos matriculados 54 pertencem a 1ª Serie, 4 a 2ª Serie. Feita a chamada verificou-se a presença de 58 alunos da 1ª Serie. Concluindo o exame apurou-se o resultado seguinte:

1º Ano - Foram aprovados e promovidos para o 2º Ano os alunos seguintes:

Meninos	Meninas
1 João Galdino	1 Maria Pinhas
2 João Fermine	2 Ana Valicheck
3 José Shuba	3 Margarida Jungatis
4 Antonio Braqueto	
5 Santin Pinhas	
	Total 5 Alunos
	3 Alunas

Foram reprovados por se acharem insuficientemente preparados os seguintes:

Meninos	Meninas
1 José Jungatis	1 Aparicida Campanante
2 Francisco Trimer	2 Ana Shuba
3 Moacyr Aeri	3 Lourdes Garcia
4 Francisco Fermine	4 Rosa Beidacki
5 Stefan Hlescho	5 Maria José de Oliveira
6 Valdemar Braqueto	6 Francisca Mondecki
7 João de Oliveira	7 Yolanda Aeri
8 Geraldo Braqueto	8 Odila Vidoti
9 José Hlescho	9 Rosa Hlescho

10	Sinae Gubani	10	Margarida Beidack
21	Eugenio Campanerute	11	Cipareida Garcia
12	Carlos Jungatis	12	Leuzia overi
13	Louis Ferrino	13	Rosa Coix
14	Horencio de Sousa Marques	14	Maria Shuba
15	Stefan Shuba	15	Maria Jurix
16	João Gubane	16	Leuzia Shuba
17	Roque Gomes	17	Lina Hlescho
18	João Mondecki	18	Julia Hlescho
19	José Braquiti	19	Ruth Sackeser
20	George Beidacke		
21	Milton Fizaia		
22	Moacyr Fizaia		
23	Stefan Linchackeki		
24	João Shuba		
25	José Alculniz	Total	27 alunos
26	João Jurix		19 alunas
27	José Bacrossi		

2º Ano - Foram aprovados e promovidos para o 3º ano os seguintes:

Meninos	Meninas
1 Divanir Carmaroli	1 Lúcia Vidoti
2 João Boracki	
3 João Titimam	
Total	3 alunos 1 aluna

Verificou-se mais a existência de 200 cadernos de linguagem e de caligrafia, desexo e cartografia feitos pelos os alunos durante o presente ano e mais 53 trabalhos manuais. criada mais havendo a constar, eu Teronice Gonçalves professora da escola, lavrei esta ata da qual disseo copia no livro competente, assinada pelo inspetor municipal

Jacildo Correia
Susp. Escolar.

Comissão

Rta de Exame

Nos vinte e dois dias do mes de Novembro do ano de 1945 na escola de Bratislava distrito de Lambé e município de Sondrina regida pelo professor Joaquim Batista Pereira presente o Sr. Jacidio Lourea inspector municipal, procedeu-se ao exame do presente ano letivo. Pelo livro de matricula verificou-se que a escola estava neste mês com 104 alunos matriculados, sendo 63 meninos e 41 meninas. Das matriculadas 86 pertenciam a 1.ª série, 14 a 2.ª série e 4 a 3.ª série. Feita a chamada verificou-se a presença de 86 alunos da 1.ª série, 14 da 2.ª série e 4 da 3.ª série.

Concluido o exame apurou-se o resultado seguinte:

1.º Ano - Foram aprovados e promovidos para o 2.º ano os alunos seguintes:

Meninos	Meninas
1 Augusto Janegitz	1 Carmem Fernandes
2 Luis Ferrino	2 Luiza Schuba
3 Jose Honie	3 Margarida Beidak
4 Moacyr Javali	4 Teresa Carli
5 Nelson Fernandes	5 Iznes Schultz
6 Stefan Pinkachusch	6 Rosa Beidak
7 Roque Gomes	7 Laurinda Cavalaro
8 Adelino Carli	8 Rosa Carli
9 Jose Javali	9 Maria Fernandes
10 João Jurie	10 Yolanda Veris
11 Miguel Fernandes	11 Maria Jurie
12 Jose Machado	12 Maria Schuba
13 João Mondeck	
14 Nelson Fernandes	
15 Celso Fernandes	
16 Waldemar Braqueto	
Total 16 alunos	12 alunas

Foram reprovados por se acharem insufficientemente
preparados os seguintes:

Meninas		Meninas	
1	Manuel Pinhas	1	Margarida Durie
2	Moacyr Reis	2	Antonia Bracconi
3	Francisco Ferrino	3	Ana Helen
4	Geraldo Cavalero	4	Zelinda Mechelin
5	João de Oliveira	5	Luzia Gonçalves
6	Carlos Zifchak	6	Ana Lail
7	Jose Cesar	7	Francisca mandak
8	Antonio Rodrigues	8	Sourdes menete
9	João Hlescho	9	Dice Martellosso
10	Jose Jangates	10	Maria do Carmo
11	Francisco Pinhas	11	Luzia Reis
12	Jose Bracconi	12	Luzia Margonar
13	Jose Garcia Beluci	13	Sourde Garcia
14	Jose Gonçalves	14	Evira Fernandes
15	João Jangitz	15	Francisca Pinhadach
16	Jose Braquete	16	Maria Jangitz
17	Luis Meneguete	17	Maria Gonçalves
18	Pedro Kutelak	18	Catarina Conhecatic
19	Egídio Machado	19	Alzira Meneguete
20	Stefan Schuba	20	Beccilde Breudi
21	Jose Hlescho	21	Maria Martellosso
22	Carlos Jangates	22	Maria Gil
23	Albino Margonar	23	Isabel Magueta
24	Dorides Palesse	24	Rosa Hlescho
25	Antonio Conhecatic	25	Ana Schuba
26	Jose Rodrigues Louro		
27	Émilio Palesse		
28	Jorge Buidak		
29	Adão Mandak		
30	Stefan Hlescho		

31 Adeline Maquia Total 33 alunas
 32 Nirdemar Daquan 25 alunas
 33 Horacio Maquia

2º Ano - Foram aprovados e promovidos para o 3º ano as seguintes:

Meninos		Meninas	
1	Ricardo Cavalari	1	Maria Zifchak
2	João Ferrino	2	Maria Pinhas
3	Antonio Braquito	3	Margarida Jungates
4	Gualdo Braquito	4	Lina Kutelak
5	Pedro Menete		
6	Helio Schultz		
7	Santis Pinhas		
8	Francisco Fernandes		
9	Batolomeu Cesar	Total	10 alunas
10	Celino Braquito		4 alunas

3º Ano - Foram aprovados, concludindo o curso os seguintes:

Meninos			
1	João Borak		
2	João Kutelak		
3	Devanir Armaroli		
4	João Zifchak	Total	4 alunos

Verificou-se mais a existencia de 1.700 cadernos de linguaagem e 2.200 de caligrafia, aritmetica, desenho e cartografia feitos pelos alunos durante o presente ano e mais 230 trabalhos manuais.

Nada mais avendo a constar, eu Joaquim Batista Pereira professor da escola lavrei esta ata da qual deixo copia no livro competente, assinada pelo inspetor municipal e examinadores.

~~Sup. Escolar - Jacildo Couce~~

Saturmina Almerindo
 Maria Almeida Romaniolo
 Joaquim Batista Pereira
 o professor

Ata de Exames

Aos vinte e cinco dias do mês de novembro do ano de 1946 na escola de Bratislava distrito de Lambé e município de Scandrina regida pelo professor Joaquim Batista Pereira presente o Sr. Jacidío Correia inspetor escolar procedeu-se ao exame do presente ano letivo. Pelo livro de matrícula verificou-se que a escola estava neste mês com 83 alunos matriculados, sendo 44 meninos e 39 meninas. Dos matriculados 62 pertencem á 1ª serie, 17 á 2ª serie e 2 á 3ª serie, e 2 da 4ª serie.

Feita a chamada verificou-se a presença de 61 alunos da 1ª serie, 16 da 2ª serie, e 2 da 3ª serie e 2 da 4ª serie.

Concluido o exame apurou-se o resultado seguinte:

1º Ano — Foram aprovados e promovidos para o 2º ano os alunos seguintes:

Meninos

- 1- Antonio Convalie
- 2- Luis Meneguete
- 3- Pedro Kutelak
- 4- Calisto Carl Francla
- 5- João Janegitz
- 6- José Braeron
- 7- Stefan Hlescho
- 8- João de Oliveira
- 9- José Rapchan
- 10- Vantuir Batista Pereira
- 11- José Garcia
- 12- Carlos Kifchak
- 13- Alberto Broada
- 14- José Jungatis
- 15- Moacyr Neri
- 16- Alberto Rapchan

Meninas

- 1- Teresa Convalie
- 2- Margarida Turik
- 3- Ana Honix
- 4- Francisca Kondeck
- 5- Antonia Braeron
- 6- Elvira Fernandes
- 7- Ana Laie
- 8- Catarina Convalie
- 9- Isabel Kaguia
- 10- Maria Janegitz
- 11- Wanda Batista de Sousa
- 12- Maria Gonçalves
- 13- Francisca Rinhacheske
- 14- Lourdes Garcia
- 15- Elena Menote
- 16- Lourdes Menote

- | | |
|--------------------------|------------------------|
| 17- Carlos Jungatis | 17- Illy Eggert |
| 18- Francisco Ferrino | 18- Dirci Karteloso |
| 19- Elinao Versan | 19- Maria Karteloso |
| 20- Adeline Maguia | 20- Maria Pinhachesche |
| 21- Horlio Maguia | 21- Clarice Beraldo |
| 22- Haroldo Krüger | |
| 23- Dyanmas Leusa Castro | |
| Total 23 alunos | Total 21 alunas |

Foram reprovados por se acharem insuficientemente preparados os seguintes:

- | Meninos | Meninas |
|--------------------------|---------------------|
| 1- Jose Kutilak | 1- Rosa Jungatis |
| 2- João Bracon | 2- Antonia Hlesko |
| 3- Hignacio Coix | 3- Alzira Rapchan |
| 4- Idair Marion | 4- Elisabi Benedite |
| 5- Paulo Krüger | 5- Ignez Marion |
| 6- Stefan Kunevalik | 6- Antonia Beidak |
| 7- Elias Fernandes Lopes | |
| 8- Jose Karavieviche | |
| 9- Alfredo Eggert | |
| 10- Raimund Krüger | |
| 11- Manoel Fernandes | |
| Total 11 alunos | Total 6 alunas |

Não compareceram a exames

- Meninos
- 1- Edmundo Eggert - Total 1 aluno

2º Ano - Foram aprovados e promovidos para o 3º anos os seguintes:

- | Meninos | Meninas |
|---------------------|--------------------|
| 1- Moacir Savali | 1- Maria Jurix |
| 2- Miguel Fernandes | 2- Yolanda Veris |
| 3- Adeline Carli | 3- Teresa Carli |
| 4- Celso Fernandes | 4- Maria Fernandes |
| 5- João Jurix | 5- Rosa Beidak |

6- Luis Ferrino

6- Margarida Beidak

7- Jose Davali

7- Catarina Versan

8- Maria Versan

9- Ruth Schaser

Total 7 alunos

Total 9 alunas

Não compareceram a exames os seguintes:

Meninas

1 Elsa Convalie - Total 1 aluna

3º Ano - Foram aprovados, concluindo o curso os seguintes:

Meninas

1- Maria Kifchak

2- Ana Kifchak

Total 2 alunas

4º Ano - Foram aprovados e promovidos para o 5º

Meninos

1- João Kifchak

2- Jose Versan

Total 2 alunos

Verificou-se mais a existencia de 1200 cadernos de linguagem e 800 de caligrafia, desenho e cartografia feitos pelos alunos durante o presente ano e mais 145 trabalhos manuais.

Nada mais havendo a constar, eu Joaquim Batista Pereira professor da escola, lavrei esta ata da qual deixo copia no livro competente, assinada pelo inspetor escolar e mais examinadores.

O Inspetor escolar Jacinto Cruz

Examinadores Anna Kifchak

, , , Luzia Spanhol

, , , Alice Bartorelli

, , , Angelica Bovaletto de Oliveira

O Professor Joaquim Batista Pereira

Ata de Exame

Aos quatro dias do mês de Dezembro do ano de 1947 na escola de Bratislava distrito e município de Cambé regida pelo professor Joaquim Batista Vieira presente o Sr. João Canavieiras inspetor escolar procedeu-se ao exame do presente ano letivo. Pelo livro de matrícula verificou-se que a escola estava neste mês com 51 alunos matriculados sendo 22 meninas e 29 meninos. Dos matriculados 28 pertencem a 2.ª série e 23 da 3.ª série.

Feita a chamada verificou-se a presença de 28 da 2.ª série, e 22 da 3.ª série.

Concluído o exame apurou-se o resultado seguinte:

2.º ano — Foram aprovadas e promovidas para o 3.º ano as alunas seguintes:

Meninos		Meninas	
1	Alberto Broada	1	Ana Honis
2	Adelino Maguira	2	Antonía Bracon
3	Carlos Jungatis	3	Aparecida Barion
4	Sernão Versam	4	Blarice Beraldo
5	Antônio B. Pereira	5	Direa Martellosso
6	Jose Rapcham	6	Elly Eggert
7	Jose Garcia	7	Elina Memele
8	João de Oliveira	8	Isocundes Garcia
9	João Jungatis	9	Laurdes Memele
10	Jose Bracon	10	Margarida Durix
11	Jose Jungatis	11	Maria Pinkachusch
12	Stefan Hoescho	12	Maria Martellosso
	Total	13	Maria Gonçalves
12 alunos	16 alunas	14	Maria Inez da Silva
		15	Francisca Pinkachusch
		16	Francisca Mandeck.

3.º ano — Foram aprovadas e promovidas para o 4.º ano as alunas seguintes:

Meninos	Meninas
Alberto Rapcham	Caterina Versam

2	Adelino Carle	2	Dina Vidate
3	Ruzio Nunes	3	Thema Grote
4	Luis Albuquerque	4	Maria Juris
5	Moacir Tavali	5	Maria Janegim
6	Pedro Stutelah	6	Maria Versan
7	Jose Tavali	7	Maria Fernandes
8	João Juris	8	Nanda B. Sausa
9	Jose Benhab	9	Ruth Saharor
10	João Rigas	10	Edita Vidate
	Total	11	Francisca Olivia
10 meninas	12 meninas	12	Julia Antognans
	não compareceu a exames		
	11 meninas		
1	Teresa Comunalic	Total	1 aluna

Verificou-se mais a existencia de 900 cadernos de Linguagem e 600 de caligrafia, desenho e cartografia feitas pelas alunas durante o presente ano e mais 90 trabalhos manuais.

Alada mais havendo a constar, eu Joaquim Batista Pereira professor da escola, lavrei esta ata da qual deixo copia no livro competente, assinada pelo inspector escolar e mais examinadores.

O inspector escolar

Examinadores *Joaquim*
 ,, ,, *Alice Bertonielli*
 ,, ,, *Edueira Spanholo*

O professor *Joaquim Batista Pereira*

Acta de Exame

Nos 11 dias do mês de Dezembro do ano de 1948 na Escola de Bratislava distrito e município de Cambé regida pela professora Maria de Lourdes Melo presente o Sr. João Panasierez inspetor municipal, procedeu-se ao exame do presente ano letivo. Pelo livro de matrícula verificou-se que a escola estava neste mês com 47 alunos matriculados, sendo 24 meninos e 23 meninas. Dos matriculados 32 pertencem a 1.^a serie, 15 a 2.^a serie. Feita a chamada verificou-se a presença de 32 alunos da 1.^a serie, 15 da 2.^a serie. Concluido o exame apurou-se o resultado seguinte: 1.^o ano foram aprovados e promovidos para o 2.^o ano os alunos seguintes:

Meninos

- 1 Alceu Vidolotti
- 2 José Antonio Andrade
- 3 Paulo Frux
- 4 João Hercho
- 5 João Batista Sabral
- 6 Orlando Carli
- 7 Edmundo Eggert

Total 7 alunos

Foram reprovados por se acharem insuficientemente preparados os seguintes:

Meninos

- 1 Ernesto Mologni
- 2 Pedro da Silva
- 3 Jorge Penhachero
- 4 Andre Hercho
- 5 Nicola Fernandes
- 6 José Meneguette

Meninas

- 1 Regina Marta M. de Oliveira
- 2 Ana Kubalack
- 3 Tereza Schuba
- 4 Veronica Eggert
- 5 Dalisse Batistela
- 6 Maria José de Oliveira
- 7 Izaura Mologni
- 8 Maria Schuba

Total 8 alunas

Meninas:

- 1 Brara Moneck
- 2 Maria Olimpia da Costa
- 3 Graema Batistela
- 4 Antonia Hercho
- 5 Tereza Sabral
- 6

- 7 Nelson de Oliveira
 - 8 Amizio de Oliveira
 - 9 Tarcio Tofarim
 - 10 Alberto Beidach
 - 11 Stefan Herschzo
- Total 11 alunos

Total 5 alunas

2.^o ano foram aprovados e promovidos para o 3.^o ano os seguintes:

- Meninos
- 1 Francisco Trinel
 - 2 Inacio Coic
 - 3 Jose Kazarevich
 - 4 Jose Kudlach
 - 5 Elias Fernandes

- Meninas
- 1 Margarida Penhad
 - 2 Alzira Pafshan
 - 3 Antonia Beidach
 - 4 Udete Farize
 - 5 Ana Kazarevich
 - 6 Maria Mondach
 - 7 Lourdes Farize
 - 8 Edigabete Benete
 - 9 Isabel dos Santos

Total 5 alunos

Total 9 alunas.

Foram reprovados por se acharem insuficientemente preparados os seguintes:

- Meninos
- 1 Hilfredo Eggert
- Total 1 aluno.

Verificou-se mais a existencia de 260 cadernos de linguagem e 352 de caligrafia, desenho e cartografia feitos pelos alunos durante o presente ano e mais 80 trabalhos manuais.

Nada mais havendo a constar, eu Maria de Lourdes Melo professora da Escola, extrai copia do livro competente, assinada pelo inspetor municipal e mais examinadores
 O Inspetor Municipal. Examinadores

A prof. Maria de Lourdes Melo.

Cambridge

V. Inspetor Municipal
Examinadores (a) Carmen Santana de Paoli
Zelda Bezira Berci
Tracy Paschoal de Souza
Catarina Carraro

A Professora Maria de Lourdes Melo

Fonte: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAMBÉ

ANEXO Y

ALUNOS E PROFESSORES DA ESCOLA BRATISLAVA DESFILANDO NA
AVENIDA CENTRAL DE NOVA DANTZIG (194-)



Fonte: MUSEU HISTÓRICO DE CAMBÉ

ANEXO Z

FRENTE DA ESCOLA MUNICIPAL RURAL “ANA ZIFCHACK MAZZEI” (2014)



Fonte: ACERVO PARTICULAR-ISABEL BARION

FUNDO DA ESCOLA AO LADO A IGREJA “SÃO JOÃO BATISTA” E O SALÃO DE BAILE (2014)



Fonte: ACERVO PARTICULAR-ISABEL BARION